



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA**

**FÁBIO VINICIUS ALVES**

**AS CONCEPÇÕES DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM PERIÓDICOS  
ACADÊMICOS BRASILEIROS**

**MARÍLIA**

**2020**

**FÁBIO VINICIUS ALVES**

**AS CONCEPÇÕES DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, *campus* de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientador (a): Profa. Dra. Iraíde Marques de Freitas Barreiro.

**MARÍLIA**

**2020**

A474c

Alves, Fábio Vinicius

As concepções das políticas de formação de professores de educação básica em periódicos acadêmicos brasileiros / Fábio Vinicius Alves. -- Marília, 2020

144 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Iraíde Marques de Freitas Barreiro

1. Educação. 2. Políticas de Formação de Professores. 3. Educação Básica. 4. Campo Educacional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

### **BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Iraíde Marques de Freitas Barreiro  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília

Examinador: \_\_\_\_\_

Prof.º Dr.º Sérgio Fabiano Annibal  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Faculdade de Ciências e Letras, campus de Assis

Examinadora: \_\_\_\_\_

Prof.ª Dra. Raimunda Abou Gebran  
Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE Presidente Prudente

Suplentes:

Prof.ª Dra. Luciana Aparecida de Araújo – Unesp/ Marília  
Maria Eliza Nogueira de Oliveira – Unoeste / Presidente Prudente

Marília, 06 de março de 2020

*Para aqueles que com luta, seguem bradando suas batalhas e entoando suas àdúràs.*

## AGRADECIMENTOS

O início de qualquer atividade sempre traz apreensão em qualquer indivíduo que começa seu caminho, seja ela desde a infância, na chegada a escola, um primeiro dia de aula, de trabalho novo, ao conhecer alguém que te faz bem. Na vida acadêmica não é distinto, trilhar esse caminho fez com que eu me tornasse mais um componente dentro do ensino superior público e de qualidade. Nesse momento começo a ver que estou me tornando o educador que um dia me inspirou, alguém sério e dedicado a instruir alguém que deseja luz, alento e amor por meio do ensino e da aprendizagem.

Estou terminando essa etapa com medo pela primeira vez na vida. Quem me conhece sabe da minha trajetória, das minhas lutas, das minhas derrotas e sorrisos, sou como qualquer um, frágil e temperamental. Findo esse momento com um trabalho que me fez ir além e que me fará um professor melhor, uma pessoa melhor, isso tudo, dentro de quase dois anos e meio de leituras, disciplinas, aulas dadas e novos amigos.

Primeiramente, agradeço ao Orum, a Oxalá e Şàngó que, em suas sabedorias, souberam dar justiça a àquele que luta e crê na dedicação, na força e nos Òrìşàs.

A minha querida orientadora e prof.<sup>a</sup> Dra. Iraíde Marques de Freitas Barreiro, quero agradecer imensamente pela paciência, altivez, seriedade e ensinamentos durante o caminho dentro da universidade, sem ela eu não saberia em que direção seguir e de como aprender com os seus percalços que essa vida apresenta a todo o momento.

Ao estimado professor e amigo prof.<sup>o</sup> Dr. Sérgio Fabiano Annibal, que desde os tempos de orientação na graduação, também me orienta na vida acadêmica e nos dias mais difíceis de lidar. A sua atenção e dedicação me fizeram atingir locais que eu jamais imaginaria estar, muito obrigado mesmo, por tudo e por tanto.

A minha família é o ponto de equilíbrio em tudo isso, nesse momento verto lágrimas de dedicação e amor a todos, sem exceção. A meus pais, Bernadete e Crispim, quero revogar o meu amor imenso, muito por estarem por perto e comigo todas as vezes que precisei, sem hesitar ou perguntar o porquê decidi por isso, o de ser um professor.

De modo algum eu devo me esquecer de alguém que dedica seu amor, carinho e apreço por alguém que por muito tempo buscou um amor para a vida toda. Ana Flávia Lopes é quem cuida de mim, se dedica a me acalmar, dá acalanto e carinho nos dias de lágrimas ininterruptas, seu colo é meu remédio e seu amor é a minha cura de uma loucura qualquer, por ela, ou melhor,

por nós é que me dedico a ser um homem melhor e mais sensível ainda, muito porque juntos, construímos nosso pequeno quilombo, são anos de dedicação e amor. Eu te amo muito, além e mim e de ti, isso não é pouco.

Aos meus irmãos, Rafaela e Flávio, quero desejar muito mais e agradecer mais ainda. Os dois são inspiração para que eu seja um irmão do meio que sempre foi chato para tudo, em um irmão melhor. A minha amada irmã agradeço por estar comigo desde o começo, desde ir pegar um ônibus sem direção ao norte do Paraná para começar uma faculdade, até o momento de me presentear com duas crianças adoráveis e que sempre foram minhas parceiras, mesmo nos dias em que eu precisava me dedicar mais ainda na escrita desse trabalho e elas não deixavam, mas isso é por que elas precisavam da minha atenção e cuidado.

Elas, minhas sobrinhas Beatriz e Bianca, são responsáveis pelos momentos de descanso, de dormir no chão da sala por causa do calor, de sair para andar de bicicleta enquanto eu praticava meus exercícios, de sair para caminhar em manhãs de sol de inverno, por querer me ver bem e então rabiscar minhas folhas e textos que sempre deixava em meu quarto, mas isso é o de menos, o melhor é que elas foram responsáveis pela diversão e aventura em minha curta vida.

Ao meu amado irmão, estendo minhas mãos e um abraço apertado, daqueles que sempre demos quando crianças, muito por ter feito um gol, cortado uma pipa, aqueles abraços quando a vida não nos dava trégua e, principalmente, por ele ter me estendido a mão num momento de muita dificuldade, não só ele como a Mariana, sua companheira da vida. Não me esquecerei jamais do gesto que vocês dedicaram a mim, isso ficará guardado sempre comigo e, quando eu tiver uma oportunidade, quero poder ajudá-los de qualquer forma. Muito obrigado por tudo e por tanto, queridos irmãos e irmãs.

Nesse momento, inicia-se uma vasta lista de irmãos e irmãs da minha vida; são pessoas que me ajudaram de alguma forma dentro e fora desse local de experiências. Ao irmão Luiz Felipe Garcia de Senna, uma amizade que nasceu no dia em que nos tornamos alunos da Unesp Assis e segue sendo essencial em minha jornada, esse garoto vai longe, ele não só merece como vai chegar lá. Agradeço-o muito pela atenção e dedicação nos momentos mais difíceis, ele e somente ele sabe a dor e a beleza de ser quem somos e de o quão longe estamos indo, mesmo com a torcida contra, a gente cai, mas levanta, aguentamos o tranco.

Aqui vai uma menção honrosa a Aline Manfio, sem ela, eu mal conseguiria chegar até a Unesp de Marília para cursar as minhas disciplinas; ela sabia que tinha dias que eu não tinha dinheiro

nem para almoçar e mesmo assim, me dava as caronas sem muitas vezes cobrar, ela merece o melhor em tudo.

Aos amigos Daniel Vieira e Manoela Muniz quero deixar meu abraço e um beijo grande, são seres que carrego comigo o tempo todo. Eles sempre me apoiaram em tudo, inclusive nessa loucura de ingressar no mestrado, justamente para mostrar que o povo preto está aí e continuará nas trincheiras de lutas por seus espaços assegurados, a eles quero desejar todo amor e carinho que houver nesse mundo, são meus irmãos de luta e seguirão comigo até onde puder seguir. Estarei presente para o que eles precisarem, sem exceção. Amo-os e lhes quero bem.

Estendo meus votos ao amigo de sempre e grande ser Edson Rezende. Ele e mais ninguém me ajudou de maneira extraordinária na caminhada de estudos e na aventura de ser professor. Esse ser iluminado inúmeras vezes ajudou no que pôde, com as suas palavras, na concepção de como me portar diante da vida na graduação, uma amizade que nasceu depois de a Manu me apresenta-lo nos corredores da Unesp Assis. Desde então, nossas vidas seguiram caminhos que sempre nos aproxima e mostra que mesmo ficando há dias sem se falar, a cumplicidade e o querer bem seguem intactos, isso é importante em nossas vidas.

Fica aqui o meu agradecimento ao querido amigo Sérgio Rocha, esse cara foi quem me disse para seguir lutando, fazendo as coisas com dedicação, ele é um exemplo incrível de força e maestria, ele me ajudou quando ninguém mais estava por perto, principalmente dentro da universidade. Compartilhamos da mesma ideia, a de que pessoas como nós também possam seguir tendo uma universidade pública e de qualidade para estudar e crescer mais ainda na vida.

Devo agradecer a dois grupos de estudo que me ajudaram na caminhada da compreensão sobre o que é Educação e de como vê-las por diversos prismas. O primeiro é o CEPAE (Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação), nesse grupo soube como me portar e interpretar muitas coisas, a coordenadora Graziela Abdian é uma professora incrível, aprendi demais com ela e em sua disciplina. Porém, outro grupo me fez entender mais o que é a pesquisa, de como ela deve ser feita e quais os caminhos para a investigação e de como ser um cientista, o GEPAC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização Científica) têm me ajudado demais, principalmente a Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciana de Araújo, uma professora incrível e que tem maestria na sua docência.

Por fim, devo agradecer a todos os funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – Unesp Marília -, local que me acolheu no decorrer dos meus novos estudos, apresentando um



novo espaço e pessoas as quais tornaram-se colegas de profissão e de mestrado. Agradeço com muito carinho a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp Assis- o local que me ensinou e ainda me ensina muito. Suas estruturas charmosas de arquitetura única ainda me deixam entorpecido, suas matas são o que acalmam os corações estudantis cheios de sonhos.

Agradeço aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação da Unesp de Marília pela atenção e dedicação num momento tão complicado de desmonte da educação, sem me esquecer dos demais funcionários da unidade.

A Unesp Assis merece menção honrosa por me atender e me acolher com tanta atenção. O Departamento de Educação é a minha segunda casa dentro da universidade, esse local jamais poderá ser esquecido e deve sempre ser mencionado junto aos seus colaboradores. Mas claro, há alguém em especial, a terna e sempre atenciosa Larissa, que a todo tempo tenta nos ajudar da melhor forma possível, obrigado querida.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento e incentivo a esta pesquisa.

Por fim, agradeço cada gesto, cumprimento, abraço e sorrisos dados no decorrer desta etapa nada fácil, sem hesitar, agradeço a todos e peço que sigam por perto, pois, ainda há uma longa trilha a ser explorada nessa vida de lutas.

Obrigado!

ALVES, Fábio Vinicius. Dissertação de Mestrado. **As concepções das políticas de formação de professores de educação básica em periódicos acadêmicos brasileiros.** Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2020.

## RESUMO

Esta investigação teve como objeto de estudo as concepções das políticas de formação de professores da educação básica em periódicos acadêmicos brasileiros no quadriênio de 2013 a 2016 do portal de periódicos acadêmicos da Capes, utilizando como metodologia a análise documental com a abordagem qualitativa conjunta a metapesquisa. O objetivo foi realizar o mapeamento dessas discussões nos periódicos a respeito dessas políticas do campo educacional brasileiro. Foram levantados os principais periódicos e artigos científicos que publicaram sobre as políticas e as principais fontes bibliográficas utilizadas pelos autores dessas pesquisas. Para essas concepções e análises sobre o campo das políticas (BOURDIEU, 1983) nos artigos, foram gerados eixos temáticos para situar os embates das políticas de formação de professores, o que possibilitou a aproximação do campo dos embates do campo educacional. Para a discussão das políticas de formação de professores da educação básica, as reflexões de Nóvoa (1999), André (2013), De Azevedo (1997), Barreto (2015), De Oliveira, Libaneo e Toschi (2012), Tello (2015), Burton (2014), Gatti (2011, 2016, 2019), Saviani (2013), Teodoro (2003) Vieira (2003), Xavier (2014) e Oliveira e Leiro (2019) contribuiram para a investigação. Por conseguinte, a imersão na concepção dessas políticas trouxe à tona dilemas referentes à identidade do professor e a sua valorização na carreira, à idealização da formação universitária dos profissionais da educação básica, a não concepção clara sobre políticas e as políticas de formação de professores, a preocupação com a formação em educação Ead, além de explicitar em quais regiões do país as discussões acerca da formação de professores da educação básica foi mais abordada.

**Palavras-chave:** Educação; Políticas de Formação de Professores; Educação Básica; Campo Educacional;

## ABSTRACT

This research aimed to study the conceptions of basic education teacher training policies in Brazilian academic journals in the 2013-2016 period of Capes academic journal portal, using as methodology the documentary analysis with the qualitative approach joint to metasearch. The objective was to perform the mapping of these discussions in journals about these policies in the Brazilian educational field. The main journals and scientific articles that published about the policies and main bibliographic sources used by the authors of the research were raised. For these conceptions and analyses on the field of policies (BOURDIEU, 1983) in the articles, thematic axes were generated to situate the clashes of teacher training policies, which allowed the approximation of the field of clashes of these policies. For the discussion of the policies of training teachers of basic education, the reflections of Nóvoa (1999), André (2013), De Azevedo (1997), Barreto (2015), De Oliveira, Libaneo e Toschi (2012), Tello (2015), Burton (2014), Gatti (2011, 2016, 2019), Saviani (2013), Teodoro (2003) Vieira (2003), Xavier (2014) and Oliveira e Leiro (2019) contributed to the investigation. Therefore, the immersion in the conception of these policies has brought to light dilemmas regarding the identity of the teacher and his career appreciation, the idealization of university training of basic education professionals, the non-clear conception about policies and teacher training policies, concern about Ead education, as well as explaining in which regions of the country discussions about the training of basic education teachers was further addressed.

**Keywords:** Education; Teacher Training Policies; Basic Education; Educational Field;

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATIVAS**

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Conselho de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia

CONAES - Conferências Nacionais de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

FNDE - Fundo Nacional da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Professores da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

IES - Instituições de Ensino Superior

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNE - Plano Nacional de Educação

PFPEB – Políticas de Formação de Professores da Educação Básica

UAB - Universidade Aberta Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>23</b>
<b>1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENTENDENDO O CAMPO DAS POLÍTICAS</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1 Políticas de formação de professores no Brasil</b> .....	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>52</b>
<b>2 A METODOLOGIA NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO</b> .....	<b>52</b>
<b>2.1 A pesquisa qualitativa e a formação inicial do <i>Corpus</i></b> .....	<b>52</b>
<b>2.2 A formação do <i>Corpus</i>: a seleção dos artigos e o histórico dos periódicos acadêmicos</b> .....	<b>69</b>
2.2.1 Revista Brasileira de Educação – RBE .....	73
2.2.2 Educar em Revista.....	74
2.2.3 Educação – UFSM .....	75
2.2.4 Educação e Pesquisa.....	76
2.2.5 Cadernos de Pesquisa – UFMA.....	78
2.2.6 Educação e Cultura Contemporânea .....	79
2.2.7 Imagens da Educação .....	80
2.2.8 Acta Scientiarum Education .....	81
<b>2.3 ARTIGOS</b> .....	<b>83</b>
2.3.1 Tema dos artigos .....	83
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>106</b>
<b>3 CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL</b> .....	<b>106</b>
<b>3.1 A ação dos programas de iniciação à docência para os cursos de licenciaturas...</b>	<b>107</b>
<b>3.2 Embates no campo das políticas de formação de professores</b> .....	<b>113</b>
<b>3.3 O professor de educação básica, a inserção das políticas na docência e seus dilemas</b> .....	<b>122</b>
<b>3.4 Apontamentos sobre as fontes bibliográficas</b> .....	<b>128</b>

<b>3.5 Considerações Finais .....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>141</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação investigou as concepções das políticas de formação de professores da educação básica em artigos científicos de periódicos acadêmicos do campo educacional brasileiro, pautando-se nos conceitos de Pierre Bourdieu (1983) sobre a teoria da formação do campo e as suas disputas por poder, usando como metodologia a Análise Documental com a abordagem qualitativa de Menga Ludke e Marli André (2018), junto a metapesquisa de Jefferson Mainardes (2018).

Ela nasceu de resultados alcançados na IC realizada durante a graduação entre os anos de 2015 a 2016<sup>1</sup>. A pesquisa teve como tema as políticas de formação de professores por meio de publicações de artigos científicos em periódicos acadêmicos brasileiros que tratavam das políticas de formação de professores entre os anos de 2011 a 2014. O mapeamento foi realizado em periódicos acadêmicos nacionais da área da educação e o intuito era a compreensão do que o campo educacional brasileiro discorria sobre as políticas de formação de professores.

A seleção foi realizada em publicações do primeiro triênio dos periódicos classificados pela Plataforma Web Qualis Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Periódicos que foram classificados em A1 e A2 pela plataforma entre os anos de 2010 a 2012 e do segundo quadriênio da classificação dos periódicos da Plataforma Web Qualis, entre os anos de 2012 a 2014<sup>2</sup>.

Para entender as questões que permeavam os embates ocorridos no campo educacional brasileiro, foi necessário ter coesão e clareza em relação aos aspectos fundamentais para a discussão sobre o assunto, pois, tornou-se fundamental estruturar esse campo de investigação;

---

<sup>1</sup> Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2015/14222-0

<sup>2</sup> As diretrizes de classificação dos periódicos acadêmicos no Brasil mudaram a partir de 2017.

isso se deu por causa dos crescentes interesses em pesquisar as questões que abordam o campo que trabalha as políticas de formação de professores.

O caminho para essa observação foi a realização de leituras e interpretação de autores que já estavam no campo, portando seus estudos e registrando as ações dentro das políticas de formação de professores. Sendo assim, textos, artigos, resenhas e apresentações que são publicados constantemente em periódicos acadêmicos e que tratam do assunto foram essenciais para a estruturação das pesquisas que queríamos aprofundar.

Para esta investigação, preceitos foram levados em consideração no instante da pesquisa da imprensa periódica educacional. Além desta proposição, deve-se recordar que existe um circuito de estruturas que se choca com os campos sociais estruturados; segundo Bourdieu (1983) é o estado de relações entre os agentes e instituições desse espaço que se atrelam com facilidade; isso significa que o capital específico que já acumulou confrontos e os seus resultados é quem direciona e distribui as estratégias dele, ou seja, este corpo sempre está em luta pelo seu poder, isso é dizer que o capital tem seu valor em um determinado campo, tem suas limitações, mas que se transformam sobre outras condições desses espaços e campos sociais.

Sendo assim, a discussão sobre o campo político educacional na formação de professores nos periódicos acadêmicos brasileiros proporcionou a concepção de como estes debates estavam sendo explanados nos últimos anos, já que, tais ações nasceram com as reformas educacionais de nível nacional e sub – nacionais iniciadas e definidas na década de 1980 segundo Gorostiaga e Tello (2011, p. 366), momento em que a globalização começava a impactar o social, uma busca pela eficiência e qualidade dos recursos humanos, tendo como intenção, o aumento da competitividade internacional das economias nacionais.



Isso se estendeu ao Brasil no início dos anos de 1990 quando surgiu a preocupação com a formação do capital humano para o desenvolvimento econômico e social. Desde 2002, com as mudanças das orientações políticas, alguns governos da região acabaram por se reorganizar por causa de suas regulações mais diretas por parte dos estados nacionais e recuperação da educação como direito social.

Entendeu-se que os modelos de ruptura estão assinalados em maior e menor medida de acordo com os diferentes contextos sociais, políticos e nacionais. Por essa razão, a promoção acerca deste assunto traz questões que envolvem essas políticas que têm apresentado relevantes estudos na última década no cenário educacional e, mesmo assim, varia conforme sua abordagem, que, por vezes é articulada abertamente e, outras vezes é taxada como responsável pelo atraso na formação de professores dentro das licenciaturas.

Mesmo sendo uma grande questão, o tema ainda se apresentava submerso e amarrado a discursos que o realçam como função social, mas o responsabilizam como causador da discordância entre os campos de políticas e formação de professores, segundo André (2010, p. 174). Deste modo, o questionamento que fez com que esta dissertação nascesse era: Quais são as concepções sobre as políticas de formação de professores da educação básica no campo educacional nacional em periódicos acadêmicos brasileiros no quadriênio de 2013-2016?

Considerando os resultados alcançados, esta dissertação buscou o desenvolvimento de uma nova investigação para se discutir mais sobre as concepções das políticas de formação de professores da educação básica (PFPEB) e o campo educacional brasileiro, justamente por compreender que na atual conjuntura, é necessário nos aprofundarmos mais neste circuito que se mostra difícil de entender, as suas movimentações e lutas ligados as políticas de formação de professores.

Ao tratar campo educacional, devemos entender que este conceito de campo segundo Bourdieu (1983) é um espaço social comum em que existem relações e forças em embates que visam um benefício de interesses específicos dos participantes deste campo. Com este pensamento, a capacidade de produzir algo por um determinado indivíduo, está associada ao poder social, uma espécie de jogo que monopoliza uma autoridade, uma espécie de detentor da capacidade técnica que remete propriedade de falar e agir legitimamente.

Aqueles que efetuam a pesquisa estão incorporados a um determinado campo; a este se denomina “campo científico”, que exerce suas funções e trabalhos em uma espécie de comunidade de valores nos perímetros das teorias, metodologias, etc. O capital adquirido pelos pesquisadores são conhecimentos acumulados que são usados como uma moeda de troca num mercado; assim surge uma troca de créditos que ao longo das pesquisas podem ser utilizados para se obter mais informações. Entretanto, é necessário sinalizar que o capital de conhecimento alcançado pode não ser de muito valor para si mesmo, pois para valorizá-lo é preciso que outros pesquisadores e o próprio ambiente o reconheçam como importante.

“Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições.” (BOURDIEU, 1983.p. 89-94.).

Para Bourdieu (1983) a estrutura do campo é uma disposição do relacionamento das forças entre os atores ou entidades que se debruçam sobre os embates ou distribuição do capital particular, que, concentrado no decorrer das lutas anteriores, direciona as estratégias dentro de uma estrutura que também está em constante luta, dentro de um embate que está na origem das estratégias direcionadas a transformá-las.

Desse modo, o estudo dessas revistas se tornou importante à medida que a pesquisa acerca dessas políticas de formação de professores em periódicos fez com que a estruturação e

crescimento do campo educacional sejam permanentes. A partir desta reflexão, o campo de formação se apresentou e isso se deu através de leituras e verificação do tema, acumulando de maneira positiva as informações absorvidas. A seleção destes periódicos foi importante a medida em que os agentes do campo se mostraram fortes e com valorosos discursos referentes as políticas de formação de professores. Por isso, a seleção desses periódicos, que foi representativa, tornou-se imprescindível. Por essa razão, o estudo sobre políticas de formação foi focado no período de 2013 a 2016.

Entendeu-se que seria interessante propor como objeto de pesquisa as PFPEB e as concepções dos autores de artigos sobre as políticas no campo educacional brasileiro. Assim, o objetivo geral foi mapear e analisar o que vinha sendo debatido nos artigos científicos dos periódicos acadêmicos brasileiros sobre as PFPEB no campo educacional nacional.

Enquanto isso, como objetivos específicos, buscou-se a identificação e seleção dos principais periódicos acadêmicos brasileiros cujo os autores debatessem sobre as PFPEB no Brasil; realizar o levantamento de artigos publicados nos periódicos de educação selecionados que abordassem o conteúdo; examinar os principais temas tratados pelos artigos sobre as políticas de formação de professores; e correlacionar as principais concepções dos embates das PFPEB discorrido pelos autores dos artigos, assinalando por meio do estabelecimento de eixos o que o campo das políticas de formação de professores vinha debatendo sobre o tema investigado no quadriênio de 2013 a 2016.

Em relação ao referencial teórico pode-se dividir essa discussão em alguns pontos: a compreensão do que é uma política, de como ela se movimenta no campo educacional, de quais são as suas forças e como esse campo é constituído, e por fim, como são as concepções das PFPEB dentro dos artigos.

Para a discussão dos aspectos relacionados as políticas de formação de professores, as reflexões de Nóvoa (1999), André (2013), De Azevedo (1997), Barreto (2015), De Oliveira,

Libaneo e Toschi (2012), Tello (2015), Burton (2014), Gatti (2011, 2016, 2019), Saviani (2013), Teodoro (2003) Vieira (2003), Xavier (2014), Oliveira e Leiro (2019) dentre outros; o conceito de campo: Bourdieu (1987; 2004) contribuíram para a investigação.

Para tanto, este documento está organizado em capítulos que procuraram tratar o tema das PFPEB a partir das perspectivas teóricas, através da formação do campo e os seus embates, provindo das concepções sobre as políticas de formação de professores e as leis, decretos, portarias e deliberações efetuadas pelo poder executivo no decorrer das reformas educacionais.

O primeiro capítulo tratou das primeiras compreensões referentes sobre o que é uma política, como ela nasce ou é criada, como ela se insere no campo educacional e a suas estruturas. Em seguida, as discussões voltaram-se as Políticas de Formação de Professores no Brasil, uma subseção que discorreu sobre como se deram as políticas nacionais em educação a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, as suas deliberações e mudanças no decorrer dos anos.

Neste contexto, apresentaram-se as tendências da globalização na educação, os modelos econômicos neoliberais e a intervenção de órgãos internacionais que no fim da década de 1990 era quem ditava os novos modelos educativos.

Para García (1999) a formação do campo educacional está voltada para a pesquisa do campo político educacional de formação de professores amparando-se em fatores de uma proposição de objetos próprios, com uma metodologia singular e um corpo social de cientistas com uma comunicação própria, participando no desenvolvimento da pesquisa e concordância da formação de professores como um elemento essencial na importância da ação educativa.

De acordo com André (2010, p. 174), isso ocorre justamente pelo tema ainda ser visto muito preso a discussões sobre a função social do professor que também é apontado como causador do desacordo entre as dimensões das políticas de formação de professores.

O segundo capítulo apresentou a metodologia no decorrer do processo de investigação. Nele pode-se compreender a pesquisa qualitativa, a análise documental e a formação do corpus da pesquisa, de como foi a seleção dos periódicos no portal da Capes. Para isso, um protocolo estabelecido desde o início da investigação serviu como norteador na seleção dos periódicos acadêmicos de educação e dos artigos científicos que apresentaram estudos sobre as PFPEB.

O primeiro passo foi a exploração e a busca dos periódicos na Plataforma Sucupira, site mantido pela Capes. Ao analisar os periódicos classificados em A1 e A2, com a ajuda dos descritores “políticas de formação de professores”, “políticas educativas”, “políticas de formação de professores” “políticas de formação de professores para educação básica” e “formação de professores”, os resultados do emprego desses descritores geraram uma seleção de 8 periódicos acadêmicos nacionais e que se classificaram em A1, enquanto os periódicos A2 obtiveram um total de 10 itens, dividindo-se entre todas as regiões do Brasil, porém, as que apresentaram dados sobre o tema da dissertação vieram do Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste do país.

Os periódicos acadêmicos A1 selecionados para o estudo estabelecido foram os *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, *Ciência & Educação*, *Educação & Realidade*, *Educação e Pesquisa*, *Educação em Revista*, *Revista Educação da Universidade Federal de Santa Maria*, *Educar em Revista* e a *Revista Brasileira de Educação*.

Os periódicos eleitos em A2 foram a *Acta Scientiarum Education*, *Cadernos de História de Educação*, *Cadernos de Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão*, *Eccos Revista*, *Imagens da Educação*, *Práxis Educativa*, *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, *Revista Diálogo Educacional*, *Revista Educação e Cultura Contemporânea* e *Revista Educação em Questão*.

Assim, depois da seleção dos artigos científicos, verificação de dados protocolares como data de publicação, o número de publicação dos periódicos, análise dos resumos de cada um deles, a realização de resumos completos dos artigos, checagem de discussão, metodologia, resultados e considerações, chegamos ao montante de 39 artigos que apresentaram em seus estudos alguma abordagem sobre as PFPEB. Desse número, uma nova seleção, mais restrita, foi realizada com o uso dos mesmos descritores, delegando um total de 8 revistas e 11 artigos que apresentaram em seus estudos as concepções das políticas de formação de professores de educação básica.

O terceiro capítulo trouxe a concepção das políticas de formação de professores da educação básica no Brasil e está dividido em três eixos temáticos, são eles: “A ação de programas de iniciação à docência para os cursos de licenciaturas”, “Embates no campo das políticas de formação de professores de educação básica” e “ O professor de educação básica, a inserção das políticas na docência e seus dilemas”.

Estes eixos trataram de apresentar a análise de cada um dos autores dos artigos a respeito das políticas de formação de professores e de como elas impactaram essa estrutura do campo educacional, debatendo as leis e diretrizes que guiaram as licenciaturas, organizações, locais de formação de professores a alcançar metas estabelecidas pelos planos educacionais. Além destes, o capítulo também traz os apontamentos sobre as fontes bibliográficas usadas pelos autores dos artigos selecionados para a investigação das políticas e o campo educacional.

Nóvoa (1999, p. 14-20) discorre que as considerações sobre a constituição do professor devem ser alçadas pelo ambiente da formação político educacional e que ela deve ser constante, pois, assim, os professores contam com a habilidade de reestruturar as suas trilhas e a partir de aí problematizar seu exercício em ambiente escolar, podendo reelaborar e desenvolver sua dimensão escolar como espaço formador.

Apesar da importância crescente que alguns governos apresentam como reformas educativas e especialistas que assinalam as tendências políticas de fortalecimento profissional de docentes, é preciso atentar-se ao que se deseja sobre o professorado e que isso ainda se encontra distante.

Esta investigação se justifica, assim sendo, pela oportunidade de ter acesso a um corpo de estudos e discussões político educacionais sobre as PFPEB no campo da educação brasileira, e desse modo, compreender sobre como essas políticas de formação defrontaram-se neste embate de forças característico do campo. Foi a conjuntura propícia para que pudéssemos compreender o contexto do discurso executado por integrantes que estão mais aparentes no campo mediante a seus dispositivos. Neste caso, as revistas contribuíram para constituir um discurso predominante, que auxiliou o capital específico que nutre a movimentação do campo educacional nacional.

A partir do que foi proposto, a investigação apresentada nessa dissertação almeja ser relevante socialmente, contribuindo diretamente para o crescimento do pesquisador no caminho acadêmico, refletindo sobre os resultados alcançados na ação de investigação realizada no ambiente do Mestrado e sem esquecer, na atuação profissional direta com as políticas de formação de professores de educação básica.

Assim, espera-se que esse material possa fomentar e auxiliar na compreensão do tema abordado, assim como na implantação de políticas públicas de formação de professores de educação básica, além de aventar o interesse pelos resultados e discussões na esfera acadêmica e também, suscitar um ponto de partida para novas investigações sobre o tema.

## **CAPÍTULO I**

### **1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENTENDENDO O CAMPO DAS POLÍTICAS**

Este capítulo tem como propósito apresentar discussões sobre a movimentação da concepção das políticas de formação de professores da educação básica no contexto brasileiro, especificamente o profissional do ensino fundamental. Tais discussões proporcionarão uma observação sobre como se constitui a política, a formação do campo e as políticas educacionais no Brasil.

Para iniciar uma investigação que tem como cerne, as políticas de formação de professores, é necessário compreender saber o que se entende como política, o que se pode compreender quando se fala em políticas educacionais e principalmente, quando se discute, sobre o campo e as políticas formação de professores.

Segundo De Oliveira, Libâneo e Toschi (2017) existem razões importantes para entender e analisar as relações existentes entre o sistema educativo e as escolas; isso se dá pelas políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares que detêm ideias, valores, atitudes, práticas e intenções que influenciam as escolas e os profissionais que nelas atuam. Contudo, esses mesmos profissionais podem ou não ser adeptos a tais políticas e diretrizes escolares, ou de maneira mais clara, dialogar e reformular, de modo colaborativo, as práticas formativas de um aluno com uma base sócio crítica suficiente para o entendimento da sociedade.

Para tanto, observou-se, também, os meios usados para a inter-relação das políticas educacionais, a coordenação e gerenciamento das escolas e suas práticas pedagógicas em sala de aula.



As conjunturas para compreender esses conhecimentos passam pelo entendimento e análise das políticas educacionais, das reformas do ensino e os planos e diretrizes organizacionais e curriculares para os planos escolares das instituições de ensino, mas claro, numa perspectiva histórica. É necessário situar o sistema escolar, as escolas e o trabalho do professor no ambiente das transformações ocorridas na sociedade atual.

Além disso, é preciso desenvolver conhecimentos e saberes para se praticar de forma participativa e eficaz as atividades de gestão e organização de escolas e as transformações dessas práticas. Esse é um conjunto de conhecimentos que precisa ser investigado e executado afim de obter as contradições dos aspectos do sistema educacional e os sujeitos que atuam no campo das políticas de formação de professores.

Quando se fala de política, alguns autores observam-na como algo plural, um passo a mais que permite múltiplos objetivos de estudos no campo político educacional. Segundo Tello (2015) alguns pesquisadores entenderão que essa postura é um atrevimento conceitual, já que o desenvolvimento desse campo de estudo leva a questões metodológicas que podem incorrer numa valorização, por uma perspectiva do sujeito ou, por outro lado, do objeto.

Segundo Vieira (2003), são pelas normatizações declaradas pelo poder público, por meio de documentos oficiais que podemos investigar a intenção, as possibilidades e as realizações concretas que construíram ou constroem a nossa realidade educacional; são produções culturais dentro de um espaço sócio-político. É nessa análise que visualizamos os confrontos do que foi promulgado e realizado.

Burton (2014) discorre sobre o Estado e a sua relação na elaboração de políticas para a educação, um Estado em expansão e fornecedor de serviços para um estado mínimo no mundo globalizado e neoliberal, uma visão que envolve mudanças na política e nas políticas para educação. Segundo Burton (2014. p. 318):

Atualmente, o estudo da política educacional é diferenciado do campo mais geral da ciência política. Entretanto, antes dos anos 1970 [...] o estudo geral de política quanto da política educacional era primeiramente baseado na existência de instituições e seu funcionalismo, sejam aquelas conscientemente formadas (por exemplo, as estruturas formais, tais como executivos, parlamentos, burocracia) ou aquelas que estavam enraizadas na sociedade (por exemplo, comportamentalismo, cultura política). Essas abordagens juntamente com o conceito e análise do poder contribuíram para um maior entendimento do porquê de determinadas políticas serem preferidas a outras no campo da educação, bem como a maneira como seu sucesso ou insucesso subsequente poderia ser considerado. Essa abordagem conjunta da ciência política e da política da educação começou a mudar durante os anos 1970. Isso se deve muito a um crescente ceticismo em relação aos modos de análise anteriores (predominantemente americanos) na ciência política que tinham fornecido o espaço para ideias e modelos econômicos ganharem influência dentro da disciplina. A mudança das instituições formais e o comportamentalismo fizeram surgir uma escolha mais racional e explicações do mundo orientadas ao indivíduo. Nesse ponto, porém, a relação entre a política da educação e a ciência política mais abrangente começa a divergir. Os pesquisadores que trabalhavam com a política da educação mantiveram uma perspectiva, sem dúvida, mais abrangente, incluindo perspectivas da Sociologia, Antropologia, Administração Pública, Desenvolvimento Humano e do Currículo [...] ou seja, uma abordagem mais multidisciplinar embasou o reconhecimento da natureza crescentemente complexa da política da educação.

Ao observar esse contexto de análise, é importante assinalar que as políticas, neste ambiente, são os meios pelos quais o poder é empregado, de maneira a influenciar a natureza e os assuntos de um governo; ela é a questão que firma a autoridade de valores e constitui operações organizacionais que tem intenções de formar uma imagem ideal de sociedade.

É preciso entender que há alguns detalhes sobre como a política é referenciada, é possível observar a presença de um conjunto de elementos que se importam com o conhecimento das prescrições e orientações sobre as obrigações, as discontinuidades ou as falhas de uma política.

Outro detalhe importante é a centralização do poder, algo que aponta que a política não é vista como uma resposta simples e direta aos predominantemente interesses, mas sim, como resultado de um procedimento de negociação entre grupos de ações econômicas, políticas e sociais que normalmente se conflitam dentro do campo, nesse caso, o campo educacional.

Para Teodoro (2003) a concepção de políticas é o ponto de partida preciso para que o estudo da política educacional seja uma conjectura crítica do poder e do Estado, ou melhor, que ela seja estudada como uma construção e não uma dedução comum, pois, a estruturação das

políticas educacionais e de formação é uma ação política, visto que, “ela não releva somente o que ela é designada em língua inglesa, policy (linha de conduta, modo de implementar, estratégia), mas também de politics ( que supõe uma visão, a procura de grandes finalidades)” (TEODORO, 2003, p. 30-31).

Seria esse um modo de se estabelecer propriedades que não detêm harmonia para a adaptação de diferentes necessidades, isso é antes de tudo, coordenar a relação de forças entre essas demandas conflitantes com a democracia, a seleção, a centralidade sobre as bases e a abertura de novas escolas, por exemplo. As políticas de educação e de formação expressam o modo como uma sociedade pensa sobre ela mesma, se certifica e se constrói para o futuro.

Já para Burton (2014) as políticas mostram-se diferentes do estudo mais abrangente do contexto em que elas foram efetuadas, pois, apresentam-se especificadas e limitando os planos de ação ou objetivos reais. Sabe-se que elas podem ser públicas ou privadas no campo da educação e que a política pública é a mais aparente, isso porque ela envolve um conjunto de medidas feitas pelo Estado e formadas por distintos agentes. Assim, as políticas são produtos acumulados de um processo em que diversas opções são apresentadas e julgadas como medidas a serem implementadas e avaliadas sistemicamente.

Dentro desses preceitos, há uma versão idealizada que avança uma maneira contínua de formação de políticas que sucedem outras ações políticas ainda em experimentação. Para Burton (2014) alguns estudos apresentam dados sobre a formulação de políticas e de como elas têm se retratado mediante a um processo mecanizado em que agentes tomam medidas para um dado problema, uma interação entre si para a criação de medidas que serão implementadas.

Segundo Burton (2014), são duas as formulações de políticas, a primeira denomina-se racional e de processo linear e são apoiados pelo conhecimento científico e técnico e com modelos cumulativos que se apoiam por um consenso sem interesse próprio e de modo

eficiente, tendo uma previsibilidade e coerência em sua execução, isso é, atinge os interesses em comum entre uma população que deseja sanar seus problemas e os seus políticos que vão de encontro a solução de tais ocorrências e criam as ações políticas necessárias. Enquanto isso, o outro modelo se apoia num processo não linear, composto por várias formas de conhecimento sem consenso, algo que atinge o interesse próprio com uma eficiência imprevisível e incoerente, algo que comumente ocorre quando se tenta criar políticas que visam buscar soluções que, muitas das vezes, não atingem ou não concebem a real necessidade daqueles que precisam de uma política.

As políticas apresentam-se em montagens negociadas que podem não se situar de modo ordenado, despido de valores e interesses, contudo, a consciência sobre a falta de coerência ligada à construção de políticas tem se confrontado com o destaque do liberalismo no mercado na política educacional, uma pressão que direciona as finanças, algo que gera cortes de despesas do setor governamental. Essa é uma resposta à incredulidade pública e política relacionada ao desempenho do Estado.

Compreende-se que essa guinada sobre a ideologia ocorreu somente depois de um processo político de disputas após os anos de 1970, um conflito que ocorreu por causa da implementação das políticas, uma imposição feita “de cima para baixo, com a diminuição do papel daqueles que atuam efetivamente na prática e o crescimento dos grupos econômicos.” (BURTON, 2014, p. 321).

Nesse embate sobre a formulação das políticas, há quem apenas concentra-se em políticas que sejam visíveis na sua formulação, que seus componentes e resultados sejam considerados a medida de suas possibilidades de agraciamento já pré-determinadas. Um ponto que remete ao entendimento de Estado, uma parte compreendida como apenas uma instituição formal que legisla e tem burocracia como extensão, isso põe em evidência os interesses profundos que dirigem o Estado e as suas ações.

Segundo De Azevedo (1997) o estado liberal situado na burguesia passou a incorporar uma compreensão de legitimidade de aumento dos direitos políticos; isso fez com que emergisse a concepção de democracia utilitarista e que logo foi apresentada como uma neutralidade do Estado sobre seu papel de garantidor dos direitos políticos dos cidadãos, tais como educação e aplicação de leis. Entende-se que esses fundamentos de liberdade e individualismo são ações que justificam o mercado regulador e que ele também delega as riquezas e rendas, imaginando uma potencialidade das habilidades e competitividade sobre o ganho para, assim, produzir o bem-estar social.

Pode-se visualizar ações como essa, segundo De Azevedo (1997), quando vemos o Banco Mundial, por exemplo, uma organização que tem como preceito o trabalho para com os mais pobres e o apoio a frentes de desenvolvimento social e econômico, mas que apresenta políticas que limitam a realização de atividades como essa. Isso acontece pelo foco neoliberal que a organização se direciona, um Estado limitado e com privatizações, o que leva a uma desregulação do mercado que prejudica os mais desfavorecidos socialmente.

Entende-se que se concentrar na transformação visível das políticas pode encobrir as fontes de poder mais poderosas, o que leva a um foco no processo de criação de políticas que destacam alguns agentes que causam danos a outros. Assim, é preciso reconhecer os componentes não vistos e ignorados que orientam o Estado, examinando suas obrigações e distintas concepções a ele integrado.

Assim, o estudo das políticas constrói um processo de investigação que pode proporcionar tanto uma base de informação sobre a qual as políticas são criadas, como uma construção crítica sobre políticas já existentes. Neste caso, os objetos que formam tais políticas estão em um limiar dominante, um campo que proporciona informações que apoiam o processo de elaboração delas e geram apontamentos para a implementação prática, enquanto em um segundo patamar, o que predomina são as intenções centradas na análise de processos que

influenciam ou regulam a construção das políticas e os seus efeitos sobre os grupos sociais, os valores, a dedução e as ideologias que estão na estrutura da construção do campo das políticas.

A formação do campo, para Bourdieu (1983), se apresenta concomitantemente como espaços estruturados, sendo que neles, as propriedades dependem das posições desses locais, o que pode levar a uma análise independente dos traços característicos dos componentes que ocupam esses espaços.

Nestes locais existem leis gerais que funcionam constantemente e que dão informações sobre as suas atividades; são propriedades específicas que fazem avançar o entendimento dos mecanismos universais dos campos que se especificam em relação as variações e suas propriedades. Porém, compreende-se que em cada campo, seja ele sobre gramática, moda ou religião, se encontrarão embates ou disputas específicas, seja entre o novo e o antigo, uma disputa que esbarra na entrada de novas propriedades junto a defesa de um monopólio que tenta excluir uma possível concorrência.

Um campo acaba por desenhar-se através da definição dos objetos ou metas de disputas e dos interesses específicos que são intransigentes aos objetos de luta e aos interesses próprios de outros campos e que não são perceptíveis por aquele que não foi formado para acessar esse espaço, pois, cada local alocado nesse campo de interesses resulta na indiferença em relação a outros benefícios ou investimentos que, assim, são vistos como absurdos.

Para que um campo se movimente, é preciso que existam itens que estejam em disputas e pessoas preparadas para enfrentar a luta; elas precisam estar dotadas de *habitus* que demandem conhecimento e reconhecimento das leis dessas disputas e dos objetos de disputas. Segundo Bourdieu (1983), *habitus* evoca a noção básica do hábito, ou seja, aparenta algo que se assemelhe a ações repetitivas, mecânicas, um ato repetitivo e não reprodutivo, algo que para ele não é usual.

O autor diz que a utilização do verbete inicial se diferencia em um ponto primordial, *habitus* é um capital que permite ter percepção, apreciação e ação para se operar condutas de conhecimento prático, nascidas do mapeamento e de certificação de estímulos de agentes dispostos a reagir na estruturação do campo.

Já a estruturação do campo e de seus espaços é o relacionamento da força entre os que agem ou instituições que estejam engajadas nos embates dentro do campo, ou seja, na distribuição do capital específico que, conservados no decorrer de lutas anteriores, norteia as estratégias. Esta estrutura, originada dessas estratégias e que está destinada a transformá-la, também está em disputa constante, são lutas em que o espaço é o campo e têm como objetivo monopolizar a violência da autoridade legítima, uma autoridade específica que é a característica do campo marcado, ou seja, em permanência ou conservação da estrutura de distribuição do capital específico.

Discorrer sobre capital específico é falar que o capital tem validade em relação a um determinado campo e num estado de especificidade de força; aqueles que monopolizam o capital específico, estabelecido pelo poder ou autoridade específica desse local, aspiram a meios de conservação, enquanto os que detêm menos capital tendem a ações de subversão ou heterodoxia. Isso faz com que as movimentações exacerbam rupturas sobre outros capitais específicos que eram conservadores e também que o silêncio dos que dominam as disputas seja quebrado. Para Bourdieu (1983, p.89-94):

Outra propriedade, já menos visível, de um campo: todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum, a saber, tudo aquilo que está ligado à própria existência do campo: daí a cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio, deixada em estado de doxa, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo. Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo (mais ou menos completamente dependendo do campo) para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo (a seleção e a cooptação dão sempre muita atenção aos índices de adesão ao jogo, de investimento) e no

conhecimento (prática) dos princípios de funcionamento do jogo. Eles são levados às estratégias de subversão que, no entanto, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de fato, as revoluções parciais que ocorrem continuamente nos campos não colocam em questão os próprios fundamentos do jogo, sua axiomática fundamental, o pedestal das crenças últimas sobre as quais repousa o jogo inteiro.

Posteriormente a visualização de como são as políticas e de como é o campo e as suas estruturas, adentraremos a um segundo ponto que se inferiu nas políticas de formação de professores no cenário brasileiro e o seu debate em pauta após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

### **1.1 Políticas de formação de professores no Brasil**

A educação no Brasil sempre esteve à deriva nas mãos da mudança política resultantes de cada governo novo, junto a isso, os cenários social, financeiro, cultural e governamental acabam por traduzir as transformações sofridas pela educação nos últimos anos.

Xavier (2014) disserta que a pesquisa sobre a formação de professores no Brasil é regida por um termo geral comum, a Profissão Docente, já os temas mais investigados são as das condições da profissão. Até o ano de 2006 o maior estudo esteve voltado a formação de professores, para a carreira profissional e as condições do exercício do trabalho de professores. O que auxiliou nessa reunião de interessados sobre o tema foi a criação de uma rede de pesquisadores entre Brasil e Portugal, isso porque o interesse cresceu sobre a formação docente de países de língua lusófona.

Mas para se entender as políticas docentes que se encontram no bojo das políticas educacionais e as constituem, a história das políticas e ao que elas remetem deve ser considerado. Principalmente por saber que as suas bases descendem do contexto nacional e internacional em que elas se inserem, pois, existem demandas de diferentes âmbitos que buscam



responder as ações evolutivas das tradições educativas em que as políticas foram desenvolvidas e colocadas em prática (GATTI et al., 2011).

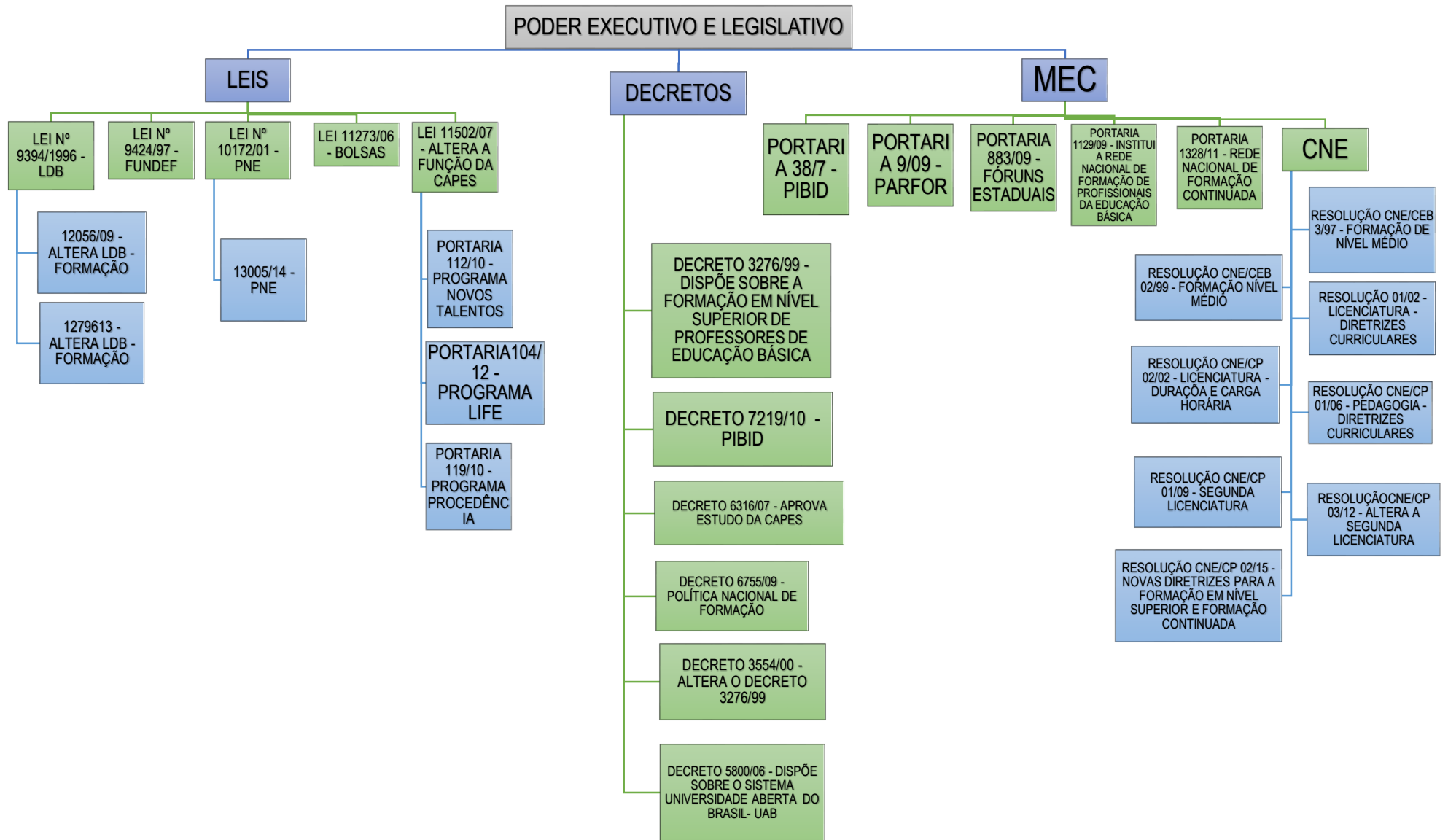
Nas palavras de André (2013) as pesquisas sobre a formação de professores no Brasil aumentaram e o número de dissertações e teses que falam sobre o assunto, porém, o que se pretendia ouvir eram o que dizem, o que pensam, sentem e fazem sobre uma educação de qualidade e como alcançar uma formação numa aprendizagem efetiva e que seja significativa para os alunos de graduação.

Para Gatti (2016) essa discussão está na pauta das questões públicas e junto a isso, a formação de professores para a educação básica, um debate com a participação de diversos atores sociais e distintas perspectivas. Elas se originam desse mesmo cenário sócio cultural e educacional onde surgem questões associadas a qualidade da escolarização das novas gerações no país, uma parcela populacional com vistas a melhoria das condições de vida e o surgimento de novas oportunidades.

Oliveira e Leiro (2019) apontam que para entender melhor a problemática das políticas de formação de professores da educação básica (PFPEB), é preciso revisitar a produção legislativa instituída no Congresso Nacional, em específico, apontam a 53<sup>a</sup> e 54<sup>a</sup> Legislaturas. As fontes levantadas na investigação foram os dados do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, locais em que as tramitações de Projetos de Lei são criadas e passam por avaliação.

O mapeamento realizado foi o de propostas entre 2007 e 2014, porém o ponto de partida para o reconhecimento do papel do Legislativo na construção de políticas públicas foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), entendendo que a partir da promulgação dessa lei, o país iniciou a busca da transformação cobiçada para a educação.

A indagação de Oliveira e Leiro (2019) é a de como foi o processo de elaboração e preparação das PFPEB no Brasil? Para averiguar o caminho dessas políticas, leis, decretos e portarias publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), a criação de um Mapa dessas políticas, leis, decretos e resoluções foi feito pelos autores, veja:



O que nos ajuda na figura acima é a compreensão de como as resoluções foram delegadas pelo MEC e CNE sobre as licenciaturas e os níveis de formação de professores no Brasil, entendendo, é claro, que até o ano de 2015 as resoluções referentes as PFPEB sofreram alterações é que até o espaço de tempo de investigação desta pesquisa, não se teve novas normas.

Barreto (2015) explana que os professores no Brasil pertencem a uma subdivisão que exerce ocupação profissional em educação, um número que precisa atender cerca de 51 milhões de alunos de escola básica no setor público, o que não gera surpresa, porém, explica a ação de prover dos formadores de docentes e a qualificação de profissionais que são impulsionados a crescer e estarem juntos ao ensino superior no intuito de crescer. Uma evolução que segue a linha da expansão de cursos de formação docente e a crescente oferta de novas oportunidades à população.

Segundo Barreto (2015, p. 681):

De escolarização tardia, o Brasil logrou universalizar a frequência ao ensino fundamental obrigatório apenas na virada do milênio. Em 2006, sua duração foi ampliada de oito para nove anos, e em seguida, emenda constitucional n. 59/2009 estendeu a obrigatoriedade escolar dos 4 aos 17 anos, o que acaba por abranger os estudantes desde a pré-escola até a idade correspondente ao término do ensino médio. Ademais, do reconhecimento da educação como um direito da criança pequena desde os primeiros meses de vida pela Constituição Federal de 1988 decorre também o dever público de oferecer creches até os 3 anos de idade. Embora a natalidade da população tenha diminuído drasticamente no país e esteja abaixo da taxa de reposição, as demandas pela expansão da educação escolar são grandes, uma vez que esta constitui o modo dominante pelo qual são formadas as crianças e os adolescentes nas sociedades contemporâneas.

Este é um local que representa um espaço que é fecundo para a formação de professores e um mercado de trabalho que cria propostas para docentes que atuam na área. Entretanto, há ponderações existentes nessa euforia, pois, se há mercado, há demanda e oferta como em qualquer ação de compra e venda. Mas neste caso, a educação é tratada como uma mercadoria a ser oferecida e, portanto, deve oferecer cursos que sejam formadores de fato (Barreto, 2015).

A expansão das licenciaturas na última década de 2010, gerada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996), tem-se apresentado como um problema para a oferta de cursos superiores que sejam bem estruturados. Barreto (2015) lembra que mesmo com a certificação dos cursos em todo o território nacional, a melhoria da educação básica não passa por esse avanço aparente, pois, ainda existem problemas que são decorrentes das características reconhecidas desses cursos.

Porém, Barreto (2015) alerta para outras questões pertinentes a políticas de formação de professores de educação básica no Brasil, a autora reflete sobre quando o MEC assumiu o papel na formação de docentes da educação básica, entendendo que esse deveria ser um processo contínuo e que deveria ser trabalhado desde a formação inicial do indivíduo até o decorrer da carreira profissional. Mas os últimos anos têm sido difíceis para as universidades, que mesmo tendo novas políticas para o acesso à educação, apresentam dificuldades para a sustentação das licenciaturas.

Barreto (2015) diz que essa expansão aconteceu somente nos cursos EaD, e que os presenciais já apresentavam sinais de declínio a pelo menos 5 anos. Problemas que estão relacionados a estruturação dos cursos, da oferta de novos modos de educação e currículos há nos defasados. Uma situação que mostra um problema que tem sido recorrente para as universidades, uma encruzilhada que se encontra na maioria dos cursos de licenciatura.

Criou-se então, junto ao MEC e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), A Universidade Aberta do Brasil (UAB), modelo de auxílio de formação de professores com o intuito de cooperar junto aos Institutos de Ensino Superior (IES) públicos, Governo Federal e redes de educação de estados e municípios, a oferta de ensino a distância com recursos do Fundo Nacional da Educação (FNDE). A intenção de ampliar as oportunidades de educação também se espalhou para o setor público que criou novos espaços de formação e especialização para os profissionais da educação básica nacional.

André (2013) aponta questões pertinentes que também atingem dúvidas relativas a formação de professores e as políticas que são adotadas para a profissão em outras esferas internacionais, elas partem do estudo de novas competências que os professores devem adquirir na atual sociedade, tornar a profissão de professor mais atrativa, seja ela na ingressão do trabalho quando no decorrer da carreira, sendo que, a imagem e o prestígio social são pontos também delegados.

O que se vê nesse panorama, segundo a autora, é a heterogeneidade entre os diversos segmentos da sociedade, as desigualdades de acesso a diversos bens públicos e inclusive a uma educação, mesmo tendo movimentos ativos que buscam maior equidade social. Um reflexo da bipolaridade que se coloca junto a dinâmicas sociais complexas e que participam dessa vida que tem relações comunitárias e grupais em distintos grupos, organizações e instituições que interagem com as mudanças nas ciências e tecnologias que apreciam o dia-a-dia e que se relacionam com os fluxos das esferas do trabalho e das artes (GATTI, p. 177, 2016).

Tais movimentos colocam-se como ondas que recaem sobre compreensões, consciências e necessidades que geram novas perspectivas; em meio a isso, professores e gestores educacionais trabalham perante crianças e jovens com efetivas diferenças em suas vidas e a sociedade local que nasceram, são pensamentos, comportamentos, atitudes construídas em seus contextos.

Em uma pequena retrospectiva apresentada em “Formação de Professores: perspectivas”, em mais uma de suas diversas contribuições para o campo educacional brasileiro, Bernadete A. Gatti discorre sobre algumas políticas educacionais efetuadas nos últimos vinte e cinco anos relacionados a formação de professores para a educação básica.

Neste escrito a autora aponta ações efetuadas nas políticas nacionais de formação iniciadas nos anos de 1990, onde o MEC desenvolveu um programa de financiamento a IES

que formulassem propostas integradas e inovadoras para as licenciaturas que elas ofereciam. Isso tudo após a Constituição de 1988, conforme Saviani (2013), que em suas palavras cita a nomeação da educação como o primeiro dos direitos estabelecendo-se como direito social.

Uma comissão de especialistas analisava as propostas apresentadas por diversas instituições e assinalavam quais quesitos atendiam o edital e definiam quais eram as condições para a qualificação das propostas para, assim, receberem o subsídio financeiro. Esse programa teve um grande volume de apoio a várias instituições e apontamentos de resultados de êxito da iniciativa, uma integração a currículos que modernizavam a formação de professores. Entretanto, o programa não foi continuado e logo após nasce outro instrumento de incentivo, era o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF -. Este programa era voltado mais para a formação continuada de professores do ensino fundamental.

Gatti (2016) explica que no final de 1996 foi promulgada a Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Em seu contexto original o quesito dos profissionais da Educação foi descrito com itens que discutem questões de princípios e de estruturas, dinâmicas formativas para diferentes esferas de ensino e formação de professores. Em relação a professores da educação básica, o texto falava da formação de profissionais da Educação e que ela deveria apresentar como fundamentos “a íntima associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço” (GATTI, 2016, p. 119).

Oliveira e Leiro (2019) discutem que na primeira década da LDB, os artigos 61, 62 e 63 destacam-se pela especificação sobre a formação de professores, parâmetros que incluem a associação da teoria e da prática junto a experiências anteriores como profissional da educação, apontado também as especificidades sobre a formação do professor da educação básica, dizendo que este deveria ter Nível Superior em Licenciatura. Exigência essa destacada no corpo da lei

através das disposições transitórias que dita a década da educação e sua ação de 10 anos para que os professores se regulamentassem para a continuação de suas atividades.

Gatti, Barreto e André (2011) explicam que a demanda sobre essa decisão se tornou um desafio para a União, estados e municípios, já que o atendimento aos docentes dependia das características e necessidades de cada local que requeria essas ações. A garantia para isso foi a regulação do financiamento pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, criando o FUNDEF.

Após essa definição, cria-se as diretrizes nacionais para a Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) que foi responsável pela definição das diretrizes.

O texto manteve como eixo de formação a ideia sobre o aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades como ações formativas, o que era visto como prática de ensino, algo que permeia as condições para ser cena de uma superação do desmembramento na formação dos professores. Isso ainda é perceptível nas estruturas dos cursos de licenciatura, o que permite a visualização das dificuldades do trânsito das normas à realidade.

De acordo com Gatti (2016) o texto dessa lei atualizou-se ao criar novas alternativas, que seria a formação ser realizada em institutos superiores de educação associados a universidades ou até em centros de educação superior, o que previa a institucionalização das “escolas normais superiores”, eram novas estruturas que formavam especificamente profissionais do magistério. Atualmente a lei não cita as escolas normais superiores, somente a ideia foi mantida no artigo 62, a formação em nível médio para se atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Em seguida a autora cita o PNE (Lei n. 13.005/2014) que na meta 15 cita sobre o acesso à formação universitária para todos os professores de educação básica, informando a não



concretização da ação da política e que a meta ainda precisa ser alcançada. Logo após Gatti (2016) informa que um estudo realizado em 2013 apresentou alguns resultados importantes, noticiando que cerca de 77,2% dos professores com nível superior concluído ou em andamento já trabalhavam nos anos iniciais do ensino fundamental e que 88,7% a dos que trabalhavam nos anos finais do ensino fundamental regular.

Atualmente a LDB mantém os três incisos do primeiro texto original, informando que as instituições que formam professores poderiam partilhar essa formação em etapas, dividindo também os programas de aperfeiçoamento, o que daria a oportunidade de realizar o curso em ciclos que alternassem a formação teórica com a capacitação em serviço. Mas o texto também alerta que para qualquer tipo de formação para educação básica, trezentas horas deveriam ser instituídas obrigatoriamente para a prática de ensino, uma primeira aparição sobre esse quesito na legislação, o que indica as questões pertinentes sobre a metodologia de ensino e o aprofundamento do professor nas leis que regem a sua profissão.

Adiante Gatti (2016) informa sobre as primeiras resoluções e pareceres do CNE nos anos de 2001 e 2002. Eles expressavam caminhos diretos relativo à formação para o magistério e uma proposta de diretrizes gerais curriculares que em 2002 compuseram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores para a educação básica, um texto que se centrou no desenvolvimento de competências pessoais, de área social e profissional do docente, requerendo que a formação fosse para a atuação do professor em diferentes níveis e modalidades da educação básica e observação dos princípios que direcionam o profissional a uma atuação com foco no curso, coerência na formação e competências necessárias para a compreensão da construção de todo o processo de conhecimento sobre crianças e adolescentes.

A resolução n. 2/2015 do CNE<sup>3</sup> informa que a importância agora é a do compromisso social com as diversidades existentes e a superação das desigualdades no contexto educacional. A resolução n. 1/2002 também ambientava que a prática deveria ser presença constante em todo o curso de formação do professor.

Gatti (2016) lembra em seus escritos e cita os eixos articuladores que compunham as matrizes curriculares dos cursos de formação docente, eram deliberações que falavam dos distintos âmbitos de conhecimento profissional, da interação, comunicação, desenvolvimento da autonomia intelectual do profissional em educação, da relação interdisciplinar e disciplinar, da formação comum e específica dos professores e outras fundamentações que ao fim, deixaram de ser considerados pelas instituições de ensino superior e pelo próprio CNE e conselhos estaduais nos cursos de licenciatura. O que fez prevalecer a forma já enraizada de reproduzir os conteúdos.

Segundo Gatti (2016), várias diretrizes que falavam das licenciaturas em disciplinas específicas foram homologadas nos anos 2000 sem considerar as orientações estabelecidas pelo CNE. A Pedagogia só foi efetivada como um curso de graduação como licenciatura em 2006, muito em função das disputas realizadas no campo e que levaram em consideração a formação do profissional para a educação infantil e para os primeiros anos do ensino fundamental.

Oliveira e Leiro (2019) citam que no campo da regulamentação das diretrizes dos cursos de formação de professores da Educação Básica, o CNE, em 2006, publicou a resolução CNE/CP nº 01/2006, que instituiu a necessidade da licenciatura.

As atribuições situadas pelos documentos do CNE e do MEC no decorrer dos anos 2000 a 2014 foram retomados recentemente pela Resolução CNE/CP n. 2/2015.

---

<sup>3</sup> Atualmente há uma nova resolução que define as bases para a formação de professores de educação básica, é a resolução n. 2/2019 e que revogou a resolução de 2015. Ela está disponível no site do MEC - <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>

Oliveira e Leiro (2019, p. 6) explicam que:

A partir da segunda metade dos anos 2000, iniciou-se um reposicionamento do papel do Estado no direcionamento das políticas de FPEB no Brasil. Assim, é possível reconhecer um papel mais ativo e condutor do governo federal, na tentativa de promover a articulação das ações desenvolvidas, notadamente daquelas realizadas pelas instituições públicas e entre os demais entes da federação. Para tanto, criou-se um aparato legal e institucional que delineia a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da EB, numa perspectiva de instituição de um Sistema Nacional de Educação.

Neste tempo, diversos programas de formação de professores foram criados pelo MEC entre os anos de 2003 e 2009, são eles: Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil – ProInfantil, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o Pró-Licenciatura e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, o Pibid, e também foi constituída a Universidade Aberta do Brasil, a UAB. Entretanto, ainda não existem resultados que apresentem claramente a melhoria da qualidade para a formação de professores da educação básica.

Segundo Oliveira e Leiro (2019) as leis instituídas na 53<sup>2</sup> e na 54<sup>a</sup> no ano de 2007 implicaram diretamente na direção das PFPEB no Brasil, nesse momento a expansão dos recursos para a formação de professores, a delegação de um novo órgão responsável pelas políticas de formação inicial e continuada, além dos projetos e programas de desenvolvimento para as ações de crescimento, iniciaram a aprovação das leis de ampliação e fortalecimento das PFPEB. Foram as Lei nº 11.494, de 20 de julho de 2007 e a Lei nº 11.502, de julho de 2007.

A primeira lei transformou o FUNDEF em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), uma lei que se estendeu para professores do Ensino Médio e que dá recursos para a construção de políticas de grande bojo para a formação de professores e valorização dos profissionais.

A segunda lei impactou na modificação das competências e a estrutura organizacional da Capes, dizendo que o artigo 2º determina que o MEC subsidiaria a formulação das PFPEB

e Superior, “a finalidade é induzir e fomentar a formação inicial e continuada, o que poderá ser em convênio com estados, municípios e Distrito Federal e exclusivamente por meio de convênios com as instituições de ES públicas e privadas.” (OLIVEIRA E LEIRO, 2019).

O que merece atenção é a Lei nº 11.502/07, ela é quem indicou as normas da formação inicial e de como ela aconteceria, no primeiro inciso a atividade seria preferencialmente exercida na modalidade presencial e dividida quando preciso em Educação a Distância, enquanto um segundo inciso diz que a formação continuada utilizará os recursos EaD.

Sabe-se que para se atuar como professor dos anos finais do ensino fundamental e médio, a exigência sempre foi a de profissionais formados nas licenciaturas, entretanto, segundo Barreto (2015) a LDB também abrange a EaD que passa a ser considerada uma modalidade de educação formal, porém, a preocupação passa a ser a sua forte expansão e a baixa qualidade oferecida para a formação de docentes.

O que se tem como fato novo é a expansão das licenciaturas na década de 2001 a 2011 e um aumento das matrículas, principalmente as de ensino à distância que saltaram de modo estrondoso, de 0,6% para incríveis 31,6% até o ano de 2011. Nas falas de Barreto (2015) as inscrições para o curso de Pedagogia, por exemplo, foi o que mais teve crescimento dentro da educação superior privada, enquanto a proporção de outros cursos à distância não atinge 20%.

Entretanto, as dificuldades da EaD se apresentaram segundo Barreto (2015, p. 698-999), que diz:

Às dificuldades apontadas para os cursos de licenciatura em geral acrescem-se as que são próprias do modelo de EaD. [...]As que dizem respeito ao sistema [...] têm sido reiteradamente apontadas: insuficiente discussão do projeto pedagógico dos cursos, que tende a reproduzir os de formação presencial, e por vezes resvala para um pragmatismo reducionista que desdenha a fundamentação das questões mais amplas envolvidas no processo educativo; parcelarização do trabalho docente, com sobrecarga do tutor; questões de formação, atuação e profissionalização do tutor, relacionadas à precariedade das formas de contratação; dificuldade de integração dos cursos no âmbito das IES, com tendência à criação de estruturas paralelas; dupla valoração do trabalho dos professores das universidades, sendo mais bem avaliados os que se dedicam à pesquisa do que os dedicados à formação docente. Além disso, o

modelo único de EaD, produzido pelo padrão de financiamento adotado pelo FNDE, dificulta ou inviabiliza o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais condizentes com os diferentes contextos das instituições formadoras e as necessidades dos alunos-professores. A excessiva centralização do modelo encontra dificuldades de operacionalização, seja no âmbito das IES que trabalham no sistema, seja das redes de educação básica. E, embora financiadas pelo governo federal, essas ações dependem de infraestrutura e de condições de funcionamento das secretarias de educação dos municípios e estados para a liberação dos estudantes-professores para os cursos de formação, as quais muitas vezes não estão presentes.

Para Saviani (2009) o problema da formação de professores dentro das Licenciaturas não será sanado sem a fortificação dos cursos das Faculdades de Educação, também não será resolvido por elas apenas, isso passa pela justaposição dos atuais currículos dos bacharelados e de um currículo pedagógico e didático, organizado e trabalhado pelas universidades e faculdades. O autor lembra que a formação profissional envolve os objetivos e competências específicas e requer uma estrutura organizacional adequada e diretamente direcionada a execução da função do professor.

Para essa estruturação, Saviani (2009) explana sobre uma confluência de elementos, sejam de distintas instituições ou faculdades, de faculdades de Educação que atualmente estão separados por uma dualidade dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado.

Em perspectivas mais atuais, Gatti (2016) observa que o acúmulo de análises e documentos produzidos no país a respeito da educação e da formação de professores de educação básica na década dos anos 2000, fez aparecer várias políticas que tinham como proposta a superação dos problemas das condições estabelecidas por elas.

No ano de 2007, segundo Oliveira e Leiro (2019), a atuação da Capes foi regulamentada como instrumento de fomentação e aprovado pelo Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007, nele a discriminação era a da inter-relação das políticas de formação de professores e a criação de programas que atuassem setorialmente ou regionalmente e tivesse finalidade formativa.

Jardilino (2014) comenta que entre 2007 e 2010, a formação inicial foi focada e seguidamente começaram outros programas de formação, entre eles está o primeiro programa, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que foi regulamentado pela portaria do MEC nº 38, de 12 de dezembro de 2007 e posteriormente ampliado pelo Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010.

Nos anos 2009 houve a promulgação da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério de Educação Básica e que tinha como moção à formação de professores já em serviço e à formação continuada, entretanto, sem atingir as questões curriculares que eram apontadas como problemas na formação inicial de professores. Vários programas foram colocados em ação pelo Ministério da Educação, eles contavam com o auxílio das universidades públicas e financiamentos dirigidos, mas, infelizmente vários desses programas foram criados e se desenvolveram de maneira desarticulada.

Segundo Gatti (2016, p.117-133):

Os ideais propostos no Decreto n. 6.755/2009 também não se refletiram nas realidades dos cursos oferecidos. Nos princípios nele enunciados, ressalta-se a importância de que o projeto dos cursos refletisse a especificidade da formação docente e assegurasse organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação, de que houvesse articulação entre teoria e prática e entre formação inicial e continuada, de que se reconhecesse a escola como um espaço necessário de formação inicial e continuada, considerando os saberes da experiência docente. Questões reiteradas em vários documentos oficiais e em documentos representativos de associação do campo da Educação não foram incorporados à maioria dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior [...]. Paralelamente a essa política, foi criada a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica, cuja a concretização não foi avaliada.

Entre as políticas e o que elas propõem como efetivação há uma diferença que é preciso ter atenção, pois, muitas das vezes as construções das propostas eleitas nas políticas e dos programas não são suficientes para atender as demandas necessárias, é preciso mais diálogos e discussão a respeito das necessidades e dimensões que precisam ser atingidas. Assim, foram

constatados através das pesquisas e avaliações educacionais efetuadas, eram políticas propositivas e as de ação relacionadas à docência na educação básica.

Segundo Gatti (2016) as indicações e resoluções do CNE dos anos 2000 em diante tiveram poucos avanços, mesmo tendo políticas de níveis estadual e federal de formação de professores para educação básica e na educação básica. Isso porque algumas condições continuaram as mesmas, sem transformações a respeito da valorização das licenciaturas nas universidades que ainda mantém currículos segmentados e com deficiência na formação didática e das práticas. Fora isso, ainda há a redução na formação de professores, o aumento da formação docente à distância sem ajustes curriculares e locais apropriados para a execução dos cursos, má orientação nos estágios, entre outros pontos revelados pelas investigações efetivadas nos últimos anos pela autora.

Nas palavras de Oliveira e Leiro (2019), não se pode esquecer que um novo momento do atendimento para a educação foi incorporado recentemente à educação básica; isso por meio da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e que foi direcionada para o ensino fundamental, o único com frequência compulsória antes de 2009 e teve a sua taxa de matrículas elevada de 94,9% para 97,7%, sabendo que o aumento do tempo da etapa estendeu-se de oito para nove anos.

Segundo os autores esse processo reflete as dificuldades para se efetuar mudanças quando isso implica em alterar condições culturais, principalmente pelas perspectivas esboçadas a partir dos contextos vistos pelas avaliações como a Avaliação Nacional da Alfabetização, Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, dos dados dos censos escolares da educação básica e ensino superior. Entretanto, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os resultados alcançados em suas avaliações, elas não tecem boas expectativas no que diz respeito à qualificação da escolarização no Brasil até o atual momento.

A nível estadual, Gatti (2016) cita as ações do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, através da indicação da CEE n. 112/2012 e da Deliberação CEE n. 111/2012 que estabeleceram para as instituições de ensino superior como complementação específica relacionadas ao currículo do estado, uma modificação para 30% das disciplinas dos cursos das Licenciaturas, um aumento das matérias a respeito da formação didático-pedagógica, uma negociação que requereu negociações com as Instituições municipais e estaduais que ofereciam o curso licenciaturas.

Já nos anos de 2014 e 2015 a partir de consultas, discussões e debates realizados, importantes orientações foram realizadas a respeito de modificações na formação de professores para a educação básica, ações realizadas para mobilização na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), incluindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Conferências Nacionais de Educação (Conaes).

Segundo a autora, as observações realizadas refletiram nas disposições da Lei n. 13.005/2014 que aprovou o decênio 2014-2024, os documentos definiam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduandos e cursos de segunda licenciatura. Tais documentos pretendem alterar o procedimento de encurtamento sofrido pela formação inicial de professores nas graduações no ensino superior, alocando uma perspectiva social e ética em relação às licenciaturas, uma maneira de atender à base nacional comum.

Gatti (2016) apresenta em seu texto o parecer da CNE/CP n. 2, de 9 de junho de 2015 que afirma em seu item 2 do tópico II a concepção sobre o conhecimento da garantia do projeto de educação nacional e o envolvimento dos conhecimentos específicos interdisciplinares e pedagógicos para a construção do conhecimento através do constante diálogo entre as distintas visões sobre o mundo, destacando o papel central do campo da Educação para a formação profissional docente. Outra Resolução, a CNE/CP n. 2, 1 de julho de 2015 afirma igualmente a



intencionalidade sobre a educação, apresenta também no art. 8º as especificidades dos egressos e sobre como deverão estar aptos a dominar os conteúdos específicos, as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino levando em consideração a interdisciplinaridade e a adequação às diferentes fases de aprendizado entre outras questões.

Gatti et al. (2019) apresentou ideias sobre o estudo das políticas e a distinção do estudo do contexto político, compreendendo que estes são elementos mais singulares e que podem existir sobre o respaldo de variados cenários políticos. São estratégias de ação, propostas e programas que em regra estão associados a uma administração ou área social organizada.

Em “ Professores do Brasil: Novos Cenários de Formação” escrito por Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) uma reflexão foi explanada sobre a formação de professores e professoras no contexto da expansão da escolaridade no Brasil no século XXI.

Na primeira década destacada apresentam-se informações importantes para se compreender a formação docente, a continuidade de governos democráticos na América Latina e a crescente economia pela exportação dos commodities, principal renda dentro das américas, favoreceu a saída da pobreza de muitas pessoas, gerando uma busca pelo crescimento educacional e social.

Dentro desta referência, destacam-se a ampliação dos direitos fundamentais da população pelas mudanças econômicas e educacionais, que se diversificaram e cresceram nas rupturas da educação tradicional.

Gatti *et. al* (2019) acrescentam que três grandes programas de incentivo não voltados às licenciaturas diretamente ajudaram na busca de novas vagas para o acesso ao ensino superior e que ajudou na permanência dos estudantes nos cursos, apoios financeiros por concessão de bolsas ou empréstimos, são eles: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(Reuni), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Esses programas fizeram com que o financiamento público aumentasse atingisse populações excluídas historicamente, pois, apenas na virada do século XXI, o Brasil venceu em colocar todas as crianças de 7 a 14 anos em escola e com a frequência escolar obrigatória, algo que permitiu o aumento expressivo da escolaridade da população em todos os níveis do sistema educacional, resultados que nasceram das mudanças estruturais vistas em distintos segmentos da sociedade e o aumento da renda per capita entre os mais pobres (GATTI et al., p. 100, 2019).

Gatti *et. al* (2019) comenta que está em curso no MEC, discussões referentes a regulamentação de propostas sobre a Residência Pedagógica para a formação de professores. Estas são ações já experienciadas no colégio Dom Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, na Unifesp – campus de Guarulhos, em São Paulo e no Estado de São Paulo.

Uma política de formação de professores que visa auxiliar o aluno de licenciatura dentro do curso e com uma previsão de 80 mil bolsas a serem concedidas. O que se vê é uma nova pretensão de crescimento dentro da nova Política Nacional de Formação de Professores mostrado pelo MEC no final de 2017, assim, segundo Gatti (2019, p. 64):

Ela apoia-se nas disposições do PNE, em especial suas metas 15 e 16 e na Resolução CNE/CP 2/2015 e parte de diagnóstico abrangente sobre a educação básica e os cursos de formação de professores. Os princípios dessa política enunciados são: regime de colaboração entre União, redes de ensino, instituições formadoras; visão sistêmica; articulação IES e escolas de educação básica; domínio dos conhecimentos previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); articulação teoria e prática; interdisciplinaridade, interculturalidade e inovação; formação humana integral. As dimensões a serem consideradas são: formação inicial (mobilização e avaliação) e formação continuada (regulação e pesquisa e informação). Anuncia-se a concretização da Base Nacional de Formação de Professores, prevista na Resolução CNE/CP 2/2015, que norteará o currículo para formação de professores, com consulta pública prevista para 2018 e contempla várias linhas de ação, a saber: programa de residência pedagógica e modernização do Pibid, visando a induzir melhoria da qualidade na formação inicial; oferta de 250 mil vagas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), com reserva de 75% das vagas para 1ª e 2ª licenciaturas, e oferta de aperfeiçoamentos em conteúdo (TIC, matemática e português para ingressantes nos cursos da UAB); no Prouni (Lei nº 11.096/2005) é proposta a ampliação do benefício para professores graduados sem licenciatura, em serviço, e para 2ª licenciatura, com

flexibilização da legislação atual a fim de garantir preenchimento das vagas (hoje, 36% das vagas oferecidas estão ociosas).

Para ela, a referência relativa à formação de professores de educação básica, documentos como esse, que destrincham as políticas, abrem perspectivas que permitem enxergar possibilidades de mudanças na atual situação da educação nacional.

A visão geral da educação brasileira mostra ainda hoje as dificuldades e o quão se está distante de ofertar uma formação escolar de qualidade a todos os brasileiros e uma formação mais consistente aos docentes. Na educação é preciso considerar o tempo, ele é essencial, uma vez que não há como se resolver problemas de aprendizagens cognitivas, sociais e relacionais de uma hora para a outra. Existe um tempo que deve ser considerado para que as mudanças sejam efetivas, para que novas mediações e postura sobre a cultura sejam efetivas. Devemos nos lembrar que as mudanças não acontecem sem políticas de ação que sejam concretas, assim, deve-se aprender que sem um planejamento de desenvolvimento e implementação de proposições sem o devido apoio necessário e vigilância, não existirá adequação e evolução.

A autora fala que tais mudanças não acontecerão sem o entendimento e compreensão de culturas que passam pelas mediações precisas para alterar atitudes e meios de agir; Entende-se que aqueles agentes que são mentores e implementadores das políticas e programas que trazem a visão de novas necessidades da educação precisam se envolver com novas posturas, pois, estes atores são pessoas e profissionais que já detêm concepções já construídas, assim, representações valores podem ser filtrados e novas informações podem ser ouvidas e bem debatidas.

Gatti (2016) informa que essas ações não serão desenvolvidas sem as tensões que o campo da educação gera no cenário atual em que nos encontramos submersos. É preciso interpretar as orientações postas nos documentos recentes e a suas reais pretensões, a ruptura com o que está alinhado nos cursos de licenciatura e nas culturas de ensino superior, algo que

denota como uma evolução dos currículos e as suas dinâmicas na proposição de objetivos e compromissos sociais pertinentes. Sem essas medidas, sem o compromisso das comissões e grupos de pesquisa em educação, as transformações não serão processadas.

A educação no Brasil e a formação de professores encontram-se numa situação pouco atraente, ela está longe do que visaram as políticas educacionais. O quesito está em um patamar de intenção para a melhoria e de como atuamos na formação e na educação das futuras gerações, num estado de consciência preciso para os coletivos que desejam construir novos marcos, referências e práticas que possam atuar em movimentos que mobilizam apoios e iniciativas para gestão local e regional das responsabilidades de formação mais apropriadas com as reais necessidades da educação para uma população tão diversas que vivemos.

Este capítulo buscou apresentar os principais pontos a serem observados em relação a dissertação sobre as políticas de formação de professores para a educação básica, aqui nos deparamos com as leis, legislações, resoluções e implicações existentes na política e de como o campo educacional se estruturou diante das reformas ocorridas desde o final dos anos 1980. Pudemos observar quais são os pertinentes temas apresentados pelos investigadores do campo, examinamos como foi a evolução e de como as políticas surgiram na intenção de atender as necessidades de uma população que vem tentando crescer e se tornar mais apta no decorrer da evolução das disputas ocorridas no campo educacional.

O capítulo a seguir apresentará a metodologia estabelecida para a realização desta investigação, de como os periódicos foram selecionados, quais protocolos foram estabelecidos, quais eixos temáticos foram encontrados e quais artigos foram elencados para a análise sobre quais discussões são vistas no campo educacional nacional a respeito das políticas de formação de professores de educação básica entre os anos de 2013 a 2016.

## CAPÍTULO II

### 2 A METODOLOGIA NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

#### 2.1 A pesquisa qualitativa e a formação inicial do *Corpus*

O presente capítulo tem como objetivo, apresentar a metodologia utilizada para a seleção e análise das discussões sobre as PFPEB, de como os artigos foram elencados e como se distribuem dentro do campo educacional brasileiro.

Por se tratar de uma investigação de abordagem qualitativa usando a análise documental por meio da metapesquisa, o *corpus* fundamentou-se pelos periódicos acadêmicos selecionados. Além dessa discriminação, compreende-se que no contexto brasileiro, a investigação em educação tem em sua face, a abordagem da pesquisa denominada estado da arte ou “pesquisa do conhecimento”. Temas como o da alfabetização no Brasil, os rumos da pesquisa brasileira em educação, as tendências das pesquisas acadêmicas, formação de professores e as políticas educacionais, são recorrentes no âmbito do estado da arte, segundo De Almeida Ferreira (2002).

Ela é definida com um caráter bibliográfico e trazem em comum o desafio do mapeamento e discussão de uma determinada produção acadêmica em distintos níveis do campo do conhecimento; além disso, busca responder aspectos e importâncias que são destaque em diferentes anos e locais de estudo. De Almeida Ferreira (2002, p.258) lembra que as investigações do estado da arte:

Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A autora fala que os pesquisadores que usam dessa metodologia são energizados pela sensação da não totalidade do conhecimento de estudos e pesquisas em determinados campos de conhecimento que mostram crescimento tanto qualitativo como quantitativo, destacando

principalmente as reflexões de pesquisas desenvolvidas em nível de pós-graduação que é divulgada dentro desse campo e é pouco divulgada fora dele.

Gatti, Barreto e André (2011) apresentam algumas reflexões sobre o foco do estado da arte e as fontes de informação sobre a pesquisa ligado aos problemas da docência na educação básica no Brasil. O panorama apresentado fala de um setor nevrálgico na sociedade atual, pois, a importância dos professores em geral e no quesito emprego, não são menores que em países desenvolvidos e nem são memorizados em sua relevância social e política.

O que é visto encrustado nas pesquisas em educação são as legislações, características da formação inicial presencial e a distância, modelos especiais de formação empreendidos por administrações públicas, o perfil dos professores e dos que estão se licenciando, além de particularidades relativas à educação continuada nas redes de ensino criadas nas transformações das políticas ocorridas no decorrer dos anos, junto à carreira e à remuneração.

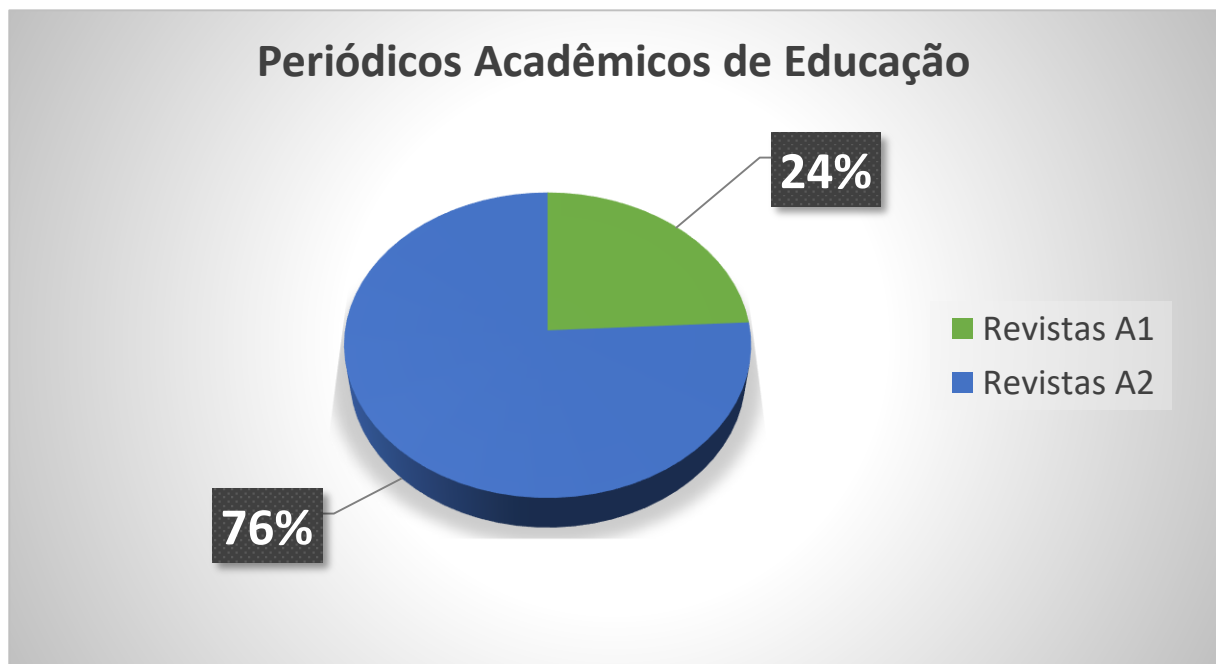
Assim, a busca inicial pelos periódicos se deu ao acessar a Plataforma *Qualis* Sucupira, um ambiente online que dispõe de mecanismos de averiguação bem claros e específicos para uma investigação. Ela mostra uma seleção primária de Evento de Classificação onde pode se optar por bases do triênio de classificação dos periódicos entre os anos de 2010 a 2012 e uma segunda seleção que mostra a classificação de periódicos do quadriênio de 2013 a 2016.

É preciso entender que até esta data, a seleção e qualificação dos periódicos realizados pela CAPES mudaram. Em 2017 e 2018 a seleção e organização dos periódicos passou por uma reformulação mediante a novas sugestões de um Grupo de Trabalho formulado para essa atividade, uma ação anual que ajudou no processo de avaliação e melhora na classificação para a divulgação científica no país (CAPES, 2018).

Logo abaixo há mais uma área de seleção que oportunizou ao investigador a visualização da Área de Avaliação, local onde estão reunidos os principais temas dos periódicos acadêmicos, logo depois, existem mais três outras áreas que pode se introduzir alguns dados

dos periódicos, tais como ISSN (International Standard Serial Number), que é o número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas, muito comum de serem vistos em livros e revistas da área acadêmica e que servem para a identificação e catalogação de uma obra escrita. Adiante existe uma área em que se pode digitar o título de qualquer periódico e outra área que se pode decidir por periódicos que foram selecionados e catalogados como A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

Nesta dissertação, as investigações guiaram-se na busca de periódicos que estivessem bem avaliados no ranking que a própria CAPES construiu, e assim, as pesquisas foram efetuadas entre as classificações A1 e A2 na Área de Avaliação do tema Educação e que corresponde ao quadriênio de 2013 a 2016. Nas investigações, pôde-se observar o registro total de 121 periódicos acadêmicos apresentados pela Plataforma Sucupira, dados estes que são geridos e editados pela CAPES e que se classificam em A1, sendo que a classificação em A2 apresentou um total de 380 registros, que somados totalizam 510 periódicos de Educação. Veja o gráfico abaixo:



Fonte: Resultados da investigação realizado na Plataforma Sucupira nos periódicos selecionados A2 do quadriênio de 2013 - 2016, 2018.

Outro passo dado foi o emprego de descritores nos periódicos que foram visitados em suas próprias páginas online ou pelo Scielo (Scientific Electronic Library Online), uma biblioteca científica eletrônica de livre acesso e de modelo cooperativo de publicação digital de periódicos acadêmicos científicos brasileiros. Os descritores utilizados para se encontrar os artigos nas revistas foram: “políticas de formação de professores”, “políticas educativas”, “políticas de formação” “políticas de formação de professores para educação básica” e “formação de professores”. Os resultados do emprego desses descritores geraram uma seleção de 8 periódicos acadêmicos nacionais e que se classificam em A1, enquanto os periódicos A2 obtiveram um total de 10 itens, totalizando em apenas 18 periódicos.

Os periódicos acadêmicos A1 selecionados para o estudo nesta investigação foram o *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, *Ciência & Educação*, *Educação & Realidade*, *Educação e Pesquisa*, *Educação em Revista*, *Revista Educação* da Universidade Federal de Santa Maria, *Educar em Revista* e a *Revista Brasileira de Educação*. Os periódicos eleitos em A2 foram a *Acta Scientiarum Education*, *Cadernos de História de Educação*, *Cadernos de Pesquisa* da Universidade Federal do Maranhão, *Eccos Revista*, *Imagens da Educação*, *Práxis Educativa*, *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, *Revista Diálogo Educacional*, *Revista Educação e Cultura Contemporânea* e *Revista Educação em Questão*.

A seleção dos artigos também apresentou um grande número de objetos, os selecionados em A1 são 25, já os selecionados em periódicos A2 somaram 13, o que deram uma totalidade de 38 artigos científicos que apresentaram em suas escritas alguma abordagem sobre as políticas de formação de professores de educação básica.

A seleção dos itens que falavam do contexto nacional das políticas de formação de professores de educação básica foi efetuada e apresentaram os seguintes títulos:

#### QUADROS DE ARTIGOS SELECIONADOS NOS PERIÓDICOS



A1	A2
O discurso pedagógico oficial na Argentina (2003-2013): trabalho docente e igualdade	Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam
Formação docente, um projeto impossível	Políticas de formação de professores nos anos 1950: problematizando os “anos dourados” do Instituto de Educação do Rio de Janeiro
A formação docente no contexto da inclusão: para uma nova metodologia	O PIBID no bojo das políticas educacionais de formação de professores
Políticas públicas para formação de professores de Ciências e Matemática: complementação pedagógica para bacharéis e tecnólogos	A CAPES e a regulação da formação de professores da educação básica
A formação de professores em artigos da revista <i>Ciência &amp; Educação</i> (1998-2014): uma revisão cienciométrica	MODELOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas
O Discurso da Qualidade da Educação e o Governo da Conduta Docente	Políticas de formação de professores e docência no ensino médio brasileiro
O que a Formação Contínua deve contemplar? O que dizem os professores	Políticas educacionais para a formação docente na educação básica
Formação de Professores e Didática para desenvolvimento humano	O PIBID no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência
Escolas/ Classes Multisseriadas do Campo: reflexões para a formação docente	Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações
O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação	Produção de conhecimento sobre políticas para formação e carreiras docentes no Brasil
Relações entre pesquisa em ensino de Ciências e formação de professores: algumas representações	A urgência de propostas inovadoras para a formação de Professores para todos os níveis de ensino
10 anos da Lei Federal nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas	Legislação Educacional para a Formação de Professores para a Educação Básica
Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária	As políticas de formação e a crise da profissionalização docente: por onde passa a valorização?
Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México	
Construções coletivas em educação do campo inclusiva: reflexões sobre uma experiência na formação de professores	
Um esboço crítico sobre “parceria” na formação de professores	

Formação de professores e educação de jovens e adultos: o formal e o real nas licenciaturas	
Políticas curriculares e profissionalização: saberes da prática na formação inicial de professores	
Expansão da educação superior e formação de professores nos estados do Pará e do rio grande do Norte	
Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e PIBID	
As práticas discursivas do banco mundial: políticas educacionais na América Latina e no Caribe	
Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão	
O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho	
Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores	
Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos	

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor/ 2019

Para a realização desta investigação, utilizou-se uma abordagem qualitativa mediante a análise documental dos periódicos acadêmicos pela metapesquisa, porém, antes foi necessário entender o que é a pesquisa em educação com as abordagens qualitativas existentes, pois, sempre foi evidente o interesse dos investigadores do campo da educação e ainda mais pelo uso desse tipo de pesquisa. Mesmo com o grande crescimento e divulgação dessas metodologias, a dúvida sempre pairou sobre a real característica de uma investigação acadêmica qualitativa, isso se debruça em quando utilizá-la ou não e de como se apresenta o rigor científico nessa espécie de arguição (LUDKE E ANDRÉ, 2013).

Segundo Ludke e André (2013, p. 12):

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como a sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo do campo.

As autoras citam outros pontos da pesquisa qualitativa, falam dos dados coletados e que são majoritariamente ricos em descrições em vários documentos, abordam sobre a preocupação com a metodologia e não com produto e a análise de dados que tem tendência em ser intuitivo.

Ludke e André (2013) discursam que é importante lembrar que a pesquisa na atividade humana sempre apresenta valores, preferências, interesses e princípios que orientam o investigador e qualquer ser que esteja inserido como membro de uma comunidade específica, o que o fará refletir sobre o seu trabalho de pesquisa, os valores acrescentados por ele, os princípios considerados importantes e sua relevância.

Qualitativamente a pesquisa em educação também sofreu alterações e influências das evoluções ocorridas nas ciências humanas e sociais, uma vez que por muito tempo a investigação em educação no Brasil seguiu modelos que se encaixaram em matrizes das ciências físicas e naturais. Assim, nestes moldes, por longos tempos a educação foi estudada solitariamente como se fosse algo puramente físico e que gerava resultados mediante a experimentos laboratoriais e que suas variáveis seriam as influencias que cada uma delas exerceria sobre o estudo em cheque.

Segundo Ludke e André (2013, p. 4):

Com a evolução dos próprios estudos na área da educação, foi-se percebendo que poucos fenômenos nessa área podem ser submetidos a esse tipo de abordagem analítica, pois em educação as coisas acontecem de maneira tão inextricável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e, mais ainda, apontar claramente quais são as responsáveis por determinado efeito. Claro que se pode tentar um esforço no sentido de um estudo analítico, como se faz na chamada pesquisa experimental, mas é importante lembrar que, ao fazê-lo, está-se correndo o risco de submeter a complexa realidade do fenômeno educacional a um esquema simplificador de análise. Isso pode inclusive acarretar o sacrifício do conhecimento dessa realidade em favor da aplicação acurada do esquema.

Especificamente, a *Análise Documental*, mesmo sendo pouco explorada não só na educação como em outras esferas, pode ser constituída numa técnica rica de abordagem de dados qualitativos, seja analisando informações adquiridas por outras técnicas ou elucidando

aspectos novos de um problema ou tema. Neste método são considerados documentos qualquer material escrito que possa ser usado como fonte de informação sobre a conduta de qualquer indivíduo, são itens que se caracterizam por leis, regulamentos, normas, pareceres, memorandos, discursos, cartas, jornais, roteiros, entre outros itens que apresentam corpo escrito e que explique alguma ideia ou possível reflexão sobre algo (LUDKE e ANDRÉ, 2013).

Este tipo de análise tenta identificar informações efetivas em documentos a partir de questões ou hipóteses de importância. Arquivos assim apresentados destacam uma fonte estável e rica que podem ser consultados inúmeras vezes no decorrer do tempo, além de servirem de base a diferentes pesquisas que ganham mais estabilidade nos resultados alcançados. São uma fonte poderosa que pode mostrar evidências que fundamentam afirmações e declarações de investigadores diversos.

Já o conceito da metapesquisa passa pela abordagem realizada por Mainardes (2018) que descreve este tipo de análise como uma pesquisa sobre a pesquisa, um elemento que visa explicar o processo de uma investigação sobre uma área ou tema com um campo específico. Segundo o autor, na literatura de língua inglesa esse termo é utilizado como *meta-research* e *meta-study*, que numa tradução simples pode surgir como meta-estudo ou meta-pesquisa, entretanto, alguns autores argumentam que a primeira sentença é a mais apropriada para este tipo de relação, a de análise e interpretação de dados de outros estudos. Na área das Ciências Biológicas e da Saúde a definição se apresenta como uma disciplina em evolução, ela visa melhorar avaliar a eficiência das práticas de investigações para gerar resultados mais concretos utilizando a análise de métodos, modos de apresentar os dados, reprodutibilidade, avaliação e estímulo.

Segundo Mainardes (2018) para as Ciências Humanas e Sociais a metapesquisa pode ser usada para a realização de uma avaliação de uma investigação científica, reconhecimento de características, tendências e fragilidades para o desenvolvimento de um campo ou eixo

temático de estudo. A metapesquisa se diferencia de uma revisão literária, sistemática, estado da arte ou de conhecimento, ela é dirigida pela disciplina e requer engajamento do avanço da pesquisa, pois, segundo Mainardes (2018, p 305):

Os estudos de revisão (revisão de literatura, revisão sistemática, estado do conhecimento, estado da arte) estão orientados para projetos de pesquisa: as pesquisas precedentes são revisadas principalmente como uma fase preparatória para a realização de novos projetos de pesquisa. É por meio da revisão de literatura que o pesquisador familiariza-se com o conhecimento já construído sobre a temática de pesquisa e identifica possíveis lacunas que necessitam ser preenchidas em novos projetos de pesquisa. Geralmente, os trabalhos de revisão de literatura preocupam-se mais em sintetizar os resultados de um conjunto de pesquisas, dispensando menos atenção aos fundamentos teóricos das pesquisas revisadas. A metapesquisa, por sua vez, busca analisar, especialmente, os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes no desenvolvimento teórico do campo do qual as pesquisas fazem parte.

Normalmente a metapesquisa visa analisar os fundamentos teóricos das pesquisas e o significado destes fundamentos no desenvolvimento teórico do campo que as investigações se encontram. Dentro destas perspectivas, o uso da metapesquisa neste trabalho busca o estudo dos resultados e processos usados pelos autores dos artigos publicados e selecionados.

Mainardes (2018) explica que o acúmulo de pesquisas acadêmicas e o crescimento do campo das Políticas Educacionais alavancou o interesse pela prática das metapesquisas. Porém, já existiam questionamentos sobre o emprego e o não emprego, sobre a explicitação de referências teóricas e a relevância da prática da metapesquisa.

Entretanto, é preciso destacar que no fim da década de 1990 os estudos de metapesquisa foram antepostos por estudos de revisão que mapearam a produção e identificaram tendências das investigações acadêmicas realizadas. Agora, as preocupações mais recentes é a qualidade e a importância de analisar as pesquisas, os fundamentos teóricos, o papel da teoria na investigação, porém, essas são ações muito novas e que demandam de aprofundamento conceitual e teórico.

No processo de investigação, alguns desafios da metapesquisa são elencados por Mainardes (2018), falam sobre o pesquisador e que se ele está interessado em realizar esse

procedimento ele necessitará de uma visão diversificada de perspectivas epistemológicas aplicadas no campo elegido da pesquisa. É fundamental também que o pesquisador saiba que toda a classificação é eventual e está conjunta a proposição inicial, é preciso identificar as perspectivas e os posicionamentos a partir do marco teórico, dos autores e estilo de análise usados nos trabalhos selecionados.

A consistência e a coerência das investigações e publicações precisam ser analisadas dentro da ótica empregada pelo autor da pesquisa, além de expressar o referencial teórico e os princípios éticos que nortearam seu próprio estudo. Ainda assim, a identificação do posicionamento epistemológico dos autores dos trabalhos selecionados e analisados é um encargo complexo, isso se deve pelo contexto em que eles foram elaborados, já que será preciso entender sobre o momento econômico, histórico, político e social.

E assim, para evidenciar a temática desta dissertação, a escolha dos documentos que foram analisados para a fomentação desta investigação, não foi aleatória. Criou-se um protocolo de verificação para que a qualidade dos artigos fosse atestada e usada para a seleção dos principais arquivos que apresentaram o tema das políticas de formação de professores de educação básica.

Para tal, o documento é configurado para se analisar os seguintes dados iniciais: Título do periódico, a sua qualificação, ano, volume, título do artigo, autores, filiações, palavras-chave, síntese do resumo e resumo original. Além dos itens destacados, há lacunas para a conferência das etapas que constituem a redação do resumo. Abaixo podemos ver o protocolo efetuado para cada artigo, esse foi o modo encontrado para organizar e fichar os artigos que foram selecionados:

<b>Periódico:</b>	<b>Qualis:</b>
<b>Ano:</b>	<b>Volume / Número:</b>
<b>Título do Artigo:</b>	
<b>Autores:</b>	
<b>Filiações:</b>	

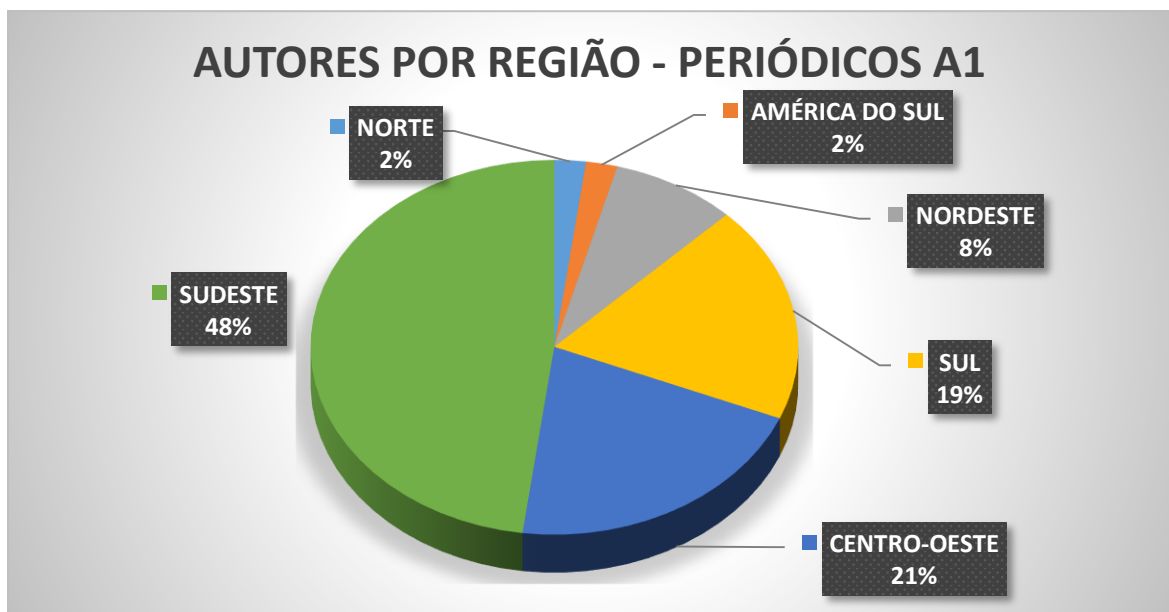
<b>Palavras-chave:</b>				
<b>Síntese do resumo:</b>				
<b>PARTES DO RESUMO</b>	<b>DISCUSSÃO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>RESULTADOS</b>
<b>SIM</b>				
<b>NÃO</b>				
<b>Resumo Original:</b>				

Fonte: RCF - FAPESP processo nº 2015/14222-0. / 2019.

O uso deste protocolo permitiu que novos dados fossem gerados para que a observação inicial sobre como está estruturado o campo educacional brasileiro perante as políticas de formação de professores de educação básica começasse a ficar um pouco mais elucidado.

Abaixo vemos os números obtidos por meio da investigação efetuada diretamente no site da Plataforma Sucupira, os resultados alcançados são as porcentagens de autores e as regiões que eles representam conforme as suas filiações, ou seja, institutos de educação superior, universidades e faculdades que os escritores sinalizam em seus artigos.

Para isso, novos gráficos com alguns dados foram elaborados para que assim, iniciássemos as primeiras análises sobre o campo. Vejamos:



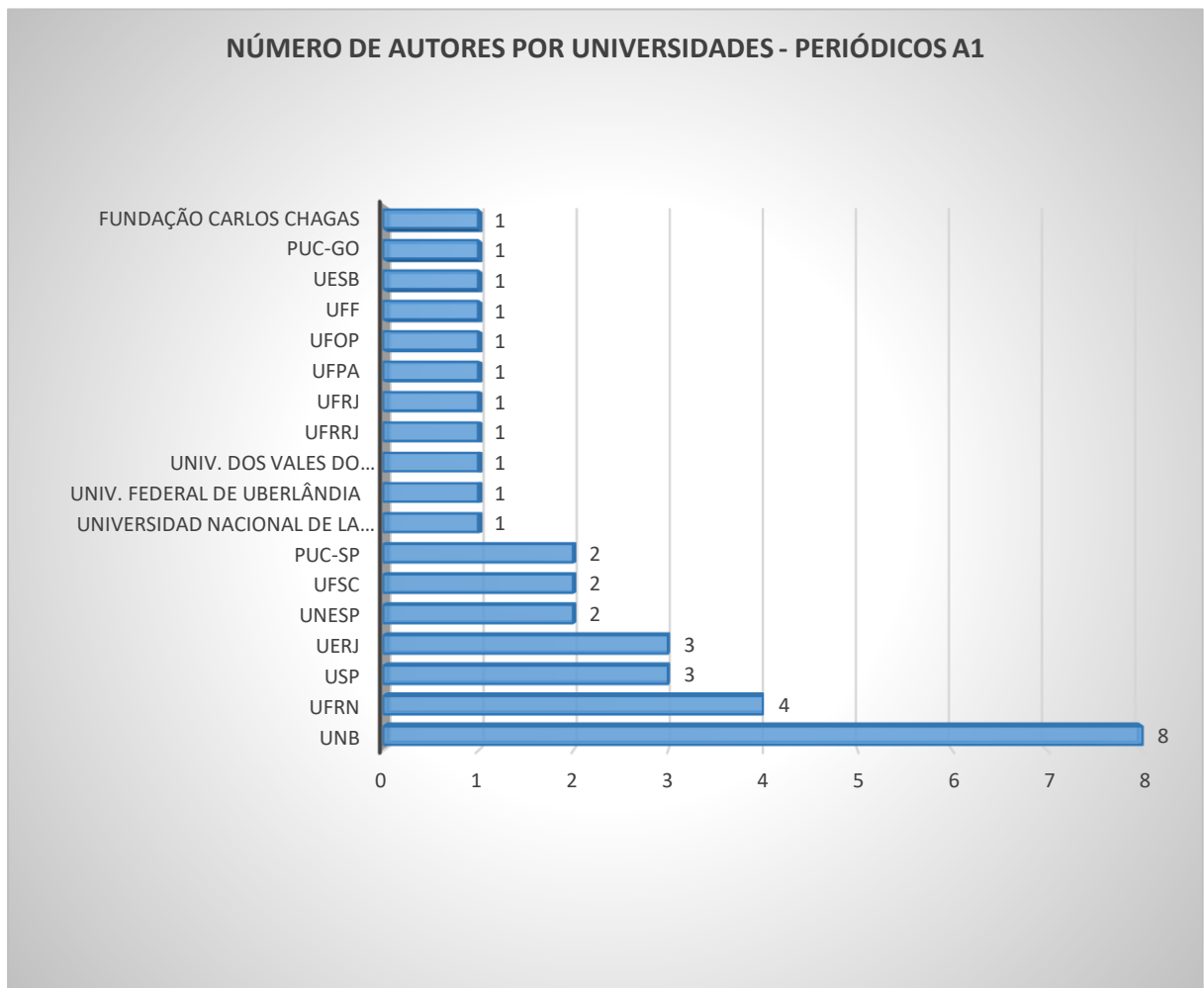
Fonte: Resultados da investigação realizado na Plataforma Sucupira nos periódicos selecionados A1 do quadriênio de 2013 – 2016. / 2018.

A região que teve a maior porcentagem na representação foi a Sudeste (48%), a segunda foi a região Sul (21%) e a terceira foi a região Centro-Oeste (19%). Para uma melhor visualização e compreensão destes dados, foi preciso observar cada um dos artigos selecionados e separar cada uma das instituições que os autores apontaram como núcleo de suas formações, sendo assim, seguem alguns números alcançados dentro da análise documental dos periódicos acadêmicos selecionados em A1. Os itens elencados foram selecionados dentro dos respectivos periódicos acadêmicos: Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas (São Paulo), Ciência & Educação (Unesp – Bauru – São Paulo), Educação & Realidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS), Educação e Pesquisa (USP – São Paulo), Educação em Revista (Universidade Federal de Minas Gerais – MG), Revista Educação (Universidade Federal de Santa Maria – RS), Educar em Revista (Universidade Federal do Paraná – Paraná) e a Revista Brasileira de Educação ( Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd – RJ).

Já os espaços que os autores citam em seus artigos advém das seguintes instituições de ensino: Região Norte - Universidade Federal do Pará (UFPA) com 1 representante; Região Nordeste: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com 3 representantes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com 1 representantes; Região Centro-Oeste – Universidade de Brasília (UnB) com 8 representantes; 1 Pontifícia Universidade Católica de Goiás com 1 representante PUC-GO; Região Sudeste – 3 representantes pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 6 representantes pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Presidente Prudente, 1 representante da Universidade de Campinas (UNICAMP); 1 UNESP Bauru; 1 Universidade do Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, 1 Universidade Federal de Uberlândia, 4 representantes da Universidade de São Paulo (USP), 1 – Fundação Carlos Chagas; 1 da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 1 da Universidade Federal de Ouro



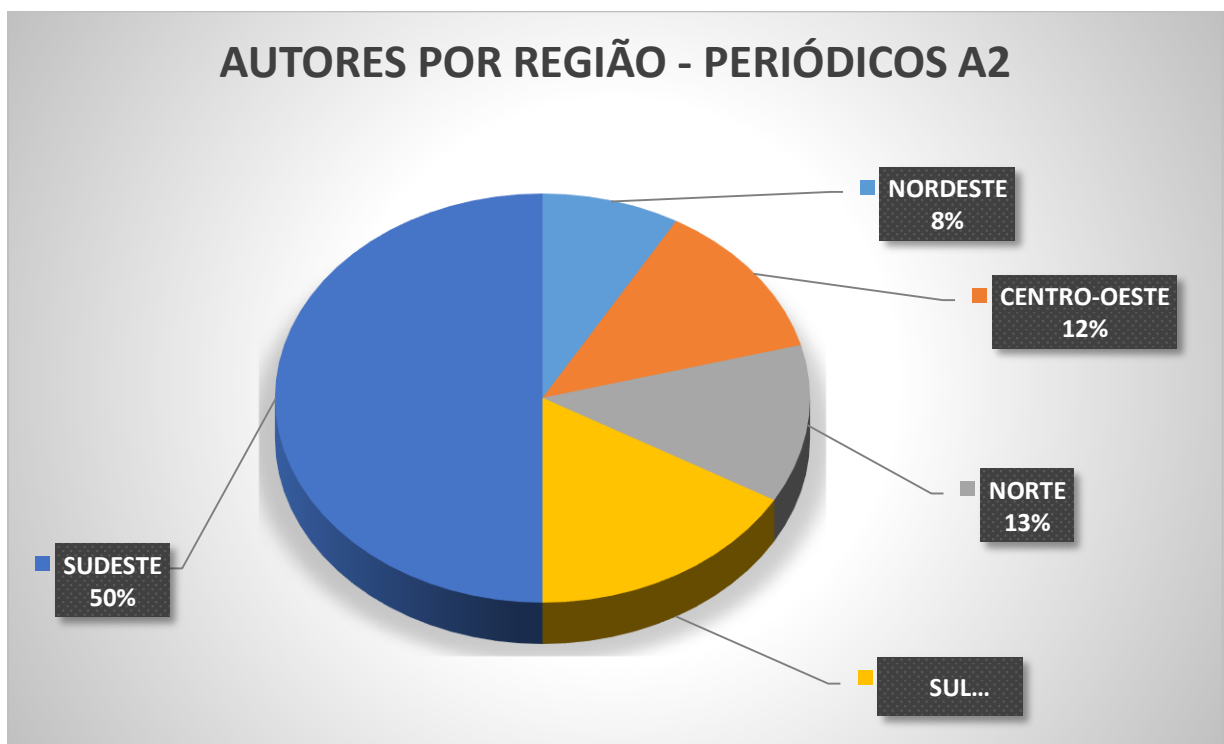
Preto, Minas Gerais, 2 da PUC São Paulo, 1 da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e 1 representante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Sul do país apresentou 1 representante da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), 2 da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Rio Grande do Sul, 1 Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo também do Rio Grande do Sul, 1 representante da Universidade de Londrina (UEL), do estado do Paraná, 3 da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná e 2 representantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), do estado de Santa Catarina. Da América do Sul, surgiu apenas 1 representante da Universidad Nacional de la Plata –UNLP– y del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires (UBA). Vejamos o gráfico:



Fonte: Artigos dos periódicos acadêmicos A1 selecionados na Plataforma Sucupira no último quadriênio, conforme protocolo estabelecido.

Segundo os números analisados, observou-se uma grande incidência de pesquisadores pertencentes a universidades que se encontram nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, isso se dá pelo avanço intelectual e de pesquisas efetuadas em distintas regiões que publicaram em periódicos que são de grande expressão no campo educacional brasileiro.

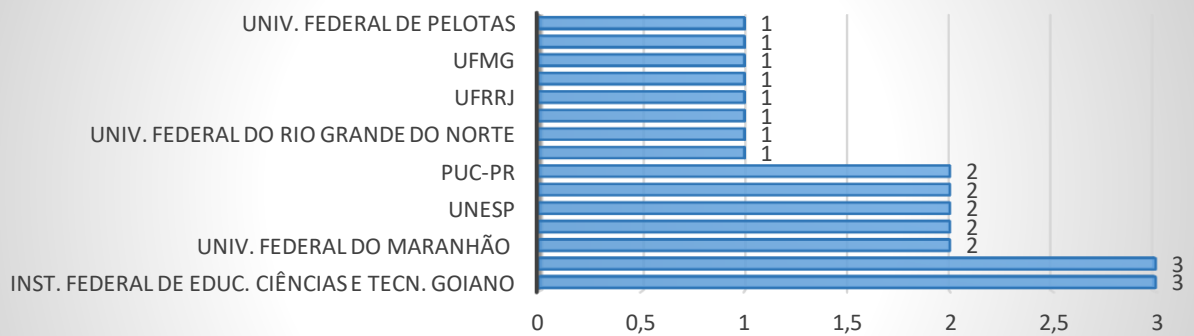
Em seguida, observamos os periódicos acadêmicos classificados em A2, os indivíduos e as suas filiações, além da região em que eles se encontram, vamos aos resultados:



Fonte: Resultados da investigação realizado na Plataforma Sucupira nos periódicos selecionados A2 do quadriênio de 2013 - 2016, 2018.

Neste gráfico vemos, uma vez mais, a consolidação da região Sudeste como força maior (50%), enquanto a região Sul também mostra a sua importância (17%). As regiões Centro-Oeste e Norte têm uma boa expressão, porém, ao observar a origem de cada um dos autores e as suas filiações, temos um número curioso de indivíduos:

## NÚMERO DE AUTORES POR UNIVERSIDADES - PERIÓDICOS A2



Fonte: Artigos dos periódicos acadêmicos A2 selecionados na Plataforma Sucupira no último quadriênio, conforme protocolo estabelecido. / 2019

Ao verificarmos os resultados das buscas realizados nesta investigação, tivemos autores que representaram as seguintes instituições de ensino superior: Região Norte – 2 autores da Universidade Federal do Maranhão e 1 da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOP); da região Nordeste temos 1 autor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e 1 do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; no Centro-Oeste observamos 3 autores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; da região Sudeste avistamos 2 autores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2 da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Araraquara, 3 autores da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), 2 da Universidade de São Paulo (USP), 1 da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP) e 1 representante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), enquanto no Sul do país temos 2 autores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), 1 da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e 1 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Os periódicos A2 apresentam uma interessante diversidade de pesquisadores que publicaram seus estudos, segundo os gráficos, as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil têm expressiva participação no número de investigadores sobre a educação no cenário da política de formação de professores.

Atenta-se aqui ao fato de que algumas instituições, visto nos gráficos acima, apareceram como novos polos de informação sobre as políticas, são locais os quais não apresentavam uma contínua publicação em educação e em revistas que são consideradas fortes no campo educacional, são institutos e pesquisadores que surgiram justamente nas novas políticas e reformas educacionais dos últimos 10 anos no Brasil. A criação e a expansão de institutos e universidades federais geraram novos investigadores e polos que, agora, mostram-se fortes nas disputas das concepções sobre educação.

Posteriormente à descrição dos gráficos informativos, algumas observações foram consideradas, o domínio, por exemplo, das regiões Sudeste e Sul do país, uma concentração considerável do campo educacional brasileiro. Há também uma expressiva soma de universidades federais que apresentam estudos sobre a égide educacional nacional, ao total foram 15 instituições. Além disso, existe também a publicação de Institutos Federais de Educação e de Tecnologia.

O que vimos no momento da captação dos periódicos e análise dos autores, foi a grande quantidade de estudos referentes as ações de políticas de formação de professores, um tema que está ligado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, assunto do qual teve

expressivo aparecimento na busca e seleção dos artigos, principalmente nas regiões norte e nordeste do país.

Nesse momento, vemos uma primeira movimentação do campo, mas, para que possamos compreender como o campo se forma, necessitamos entender um pouco sobre esse conceito.

Ao tratar campo educacional, devemos entender que este conceito de campo segundo Bourdieu (1983) é um espaço social comum em que existem relações e forças em embates que visam um benefício de interesses específicos dos participantes deste campo. Com este pensamento, a capacidade de produzir algo por um determinado indivíduo, está associada ao poder social, uma espécie de jogo que monopoliza uma autoridade, uma espécie de detentor da capacidade técnica, ela remete propriedade de fala e agir legitimamente. Aqueles que efetuam a pesquisa estão incorporados a um determinado campo, a este se denomina “campo científico”, que exerce suas funções e trabalhos em uma espécie de comunidade de valores nos perímetros das teorias, metodologias, etc. O capital adquirido pelos pesquisadores são conhecimentos acumulados que são usados como uma moeda de troca num mercado, assim surge uma troca de créditos que ao longo das pesquisas podem ser utilizados para se obter mais informações. Entretanto, é necessário sinalizar que o capital de conhecimento alcançado pode não ser de muito valor para si mesmo, pois para valorizá-lo é preciso que outros pesquisadores e o próprio ambiente o reconheça como importante.

Para Bourdieu (1983, p. 89):

A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias anteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições.

O estudo dessas revistas se torna importante à medida que a pesquisa acerca dessas políticas educacionais de formação de professores em periódicos faz com que a estruturação e crescimento do campo educacional para as PFPEB sejam permanentes. A partir desta reflexão, o campo de formação se apresentará a quem investiga e isso se dá por meio de leituras e verificação do tema, acumulando de maneira positiva as informações capitadas.

Para García (1999) a formação do campo educacional está voltada para a pesquisa do campo político educacional de formação de professores amparando-se em fatores de uma proposição de objetos próprios, com uma metodologia singular e um corpo social de cientistas com uma comunicação própria, participando no desenvolvimento da pesquisa e concordância da formação de professores como um elemento essencial na importância da ação educativa.

Isso ocorre justamente pelo tema ainda ser visto muito preso a discussões sobre a função social do professor que também é apontado como causador do desacordo entre as dimensões das políticas educacionais de formação de professores, de acordo com André (2010, p. 174).

O subitem a seguir nos ajudará a entender quais foram os artigos selecionados e os periódicos acadêmicos em que foram publicados; verificamos também a formação do *corpus* ao checar seus históricos de vida e os elementos que os constituem.

## **2.2 A formação do *Corpus*: a seleção dos artigos e o histórico dos periódicos acadêmicos**

Neste tópico iniciamos o estudo da vida dos periódicos acadêmicos selecionados, as suas publicações e quais foram os períodos em que o tema das PFPEB tiveram mais presentes na divulgação de estudos referentes ao tema da pesquisa.

Dentro dos dados alcançados e de alguns resultados apresentados durante a investigação em sua primeira parte, observou-se algumas movimentações do campo educacional nacional que se refere as PFPEB, logo, delimitamos quais textos se enquadraram dentro do principal cerne

desta pesquisa e como se constituem as histórias dos periódicos em que os artigos selecionados foram publicados.

Para que a investigação fosse estruturada, a utilização dos mesmos descritores o uso do painel de protocolo e o resumo completo de cada um dos artigos foram ferramentas fundamentais para a Análise Documental de cada um dos textos que foram selecionados, o uso deste recurso resultou numa filtragem ainda maior sobre uma nova seleção de artigos que serviram para a edificação desta dissertação.

A escolha dos artigos pautou-se na temática da investigação, sendo assim, os textos selecionados foram: “Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos” da *Revista Brasileira de Educação*, “Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores”, “Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores”, “Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão” do periódico *Educar em Revista*, “Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e PIBID” do periódico *Educação* da Universidade Federal de Santa Mariana e “O tema da formação de professores: trajetória e tendências do campo na pesquisa e na ação”, do periódico *Educação e Pesquisa* da Universidade de São Paulo. Os artigos selecionados nessa etapa são de periódicos A1.

Dos periódicos acadêmicos A2, os itens eleitos se apresentaram nos seguintes enunciados: “Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam” do periódico *Acta Scientiarum Education* “O pibid no bojo das políticas educacionais de formação de professores” do periódico *Cadernos de Pesquisa* da Universidade Federal do Maranhão, “A capes e a regulação da formação de professores da educação básica” também do *Cadernos de Pesquisa* da Universidade Federal do Maranhão, “Legislação Educacional para a Formação de Professores para a Educação Básica”, publicado no periódico *Educação e Cultura*

*Contemporânea* e “O pibid no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência”, publicado pelo periódico *Imagens da Educação*.

É preciso esclarecer que o início desta investigação se executou com a pesquisa das informações essenciais dos periódicos, foram a sua apresentação, a visualização de sua história, as suas publicações sobre as políticas de formação de professores de educação básica entre o triênio de 2013 a 2016 que geraram os dados iniciais.

Saber de seus nomes completos, seus volumes iniciais, seus números de edições e publicações até a data presente, além das regiões em que elas se estabelecem e as suas classificações através do sistema *online* que as categorizaram em *Qualis* pela plataforma *Sucupira* da CAPES nos deu um grande aporte para que a partir daqui se pudesse iniciar a análise das concepções das PFPEB dentro dos artigos.

As categorias investigadas permeiam o *Qualis A1* e *A2*, este tipo de informação foi levado em consideração por causa dos mecanismos que os periódicos acadêmicos utilizam para apresentar os artigos, esses aparelhos ou instrumentos de pesquisa serviram para se adentrar nos sistemas de avaliação, as regras e demais dados relevantes para a composição dos dados coletados nesta dissertação.

A seguir, há uma tabela que apresenta os dados iniciais dos periódicos acadêmicos selecionados conforme os artigos eleitos para a formação do *corpus*:

<b>QUADRO DOS PERIÓDIOS SELECIONADOS</b>				
REVISTAS	ANO DE NASCIMENTO	Nº DE EDIÇÕES /PUBLICAÇÕES	REGIÕES	QUALIS
RBE – Revista Brasileira de Educação	1995	23 Volumes / Fluxo Contínuo	Rio de Janeiro - Sudeste	A1



Educar em Revista	2000	35 Volumes / Bimestral	Paraná - Sul	A1
Educação - UFMS	1977	44 Volumes / Fluxo Contínuo	Rio Grande do Sul - Sul	A1
Educação e Pesquisa	1975	45 Volumes / Trimestral	São Paulo - Sudeste	A1
Cadernos de Pesquisa - UFMA	1985	26 Volumes / Trimestral	Maranhão - Nordeste	A2
Educação e Cultura Contemporânea	2004	16 Volumes – 43 números / Trimestral	Rio de Janeiro - Sudeste	A2
Imagens da Educação	2011	9 Volumes / Quadrimestral	Paraná - Sul	A2
Acta Scientiarum Education		42 Volumes / Contínua	Paraná - Sul	A2

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor. / 2019

Para Mainardes (2018) é necessário dizer que na metodologia de análise da metapesquisa não tem como objetivo o julgamento dos artigos e trabalhos realizados pelos autores, o objetivo claro é compreender as tendências do campo com base no recorte efetuado pelo pesquisador. Assim, é possível elencar as concepções compreendidas nas pesquisas de PFPEB e classificar os periódicos acadêmicos dentro de eixos sistematizadas no exercício de análise e seleção dos artigos científicos.

A importância da conjuntura desses periódicos acadêmicos é a de esclarecer as suas estruturas e “pô-las” como importantes mecanismos de construção da significação da discussão do campo educacional nacional e conceber a composição da identidade destes meios de comunicação científica. Já a análise do corpo editorial de cada revista é significativa para se analisar as regiões e instituições de origem dos membros dos periódicos e, dessa maneira, entender a contextualização do que realiza o tema das políticas de formação de professores estarem em tamanha quantidade em algumas regiões e pouco em outras localidades.

### 2.2.1 Revista Brasileira de Educação – RBE

A *Revista Brasileira de Educação* (RBE), no momento da investigação, completa os seus 24 anos de produção de conhecimento, e agora, com publicações contínuas. São artigos inéditos e dossiês que abordam temas da área da educação, majoritariamente resultados de pesquisas. Excepcionalmente são publicadas traduções de artigos estrangeiros editados anteriormente em livros ou em periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

São publicados também documentos e resenhas. Na seção Documentos, são divulgados textos coletivos elaborados pela ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) ou por associações afins, bem como documentos recentes (leis, pareceres, normalizações), oriundos de órgãos governamentais e que tratem de questões de interesse da área educacional. Ensaio teórico que expressam posicionamentos sobre temas polêmicos e atuais são publicados na seção Espaço Aberto.

Seu Conselho Editorial é integrado por membro de várias universidades nacionais e internacionais, neste periódico destacam-se componentes na Unicamp, da Universidade Federal Santa Maria, Universidade do Estado da Bahia, da Universidade Estadual do Ceará, Universidade do Estado de Santa Catarina, do Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional – México, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,

da Universidade Federal do Paraná, da Universidade do Minho – Portugal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal do Pará.

O que se vê ainda é uma grande concentração de universidades do Sudeste e Sul do país, ressaltando as federais principalmente, enquanto as internacionais se localizam na América do Sul, Europa e também da América do Norte.

Eu seu próprio portal, o periódico apresenta os links de acesso para as regras e instruções aos autores, ali podemos visualizar o escopo e política, a forma e preparação de manuscritos, a política contra plágio e más-condutas em pesquisa.

Dentro do período em que a investigação foi realizada, a revista apresentou poucos artigos que tinham como serve a PFPEB.

### 2.2.2 Educar em Revista

O periódico *Educar em Revista* pertence ao setor de educação da Universidade Federal do Paraná e apresenta em seu escopo a missão de publicar textos em fluxo contínuo, são artigos originais e advindos de pesquisas na área educacional, tais como traduções e entrevistas de grande interesse acadêmico. A sua proposição é a de abordar questões atuais e significativas para a compreensão dos movimentos e fenômenos educativos e aceita trabalhos diretamente ligados à área da Educação.

O seu processo de avaliação é efetuado pelos pares e os textos recebidos são encaminhados para dois pareceristas *ad hoc*, com título de doutor, nacionais ou internacionais com produção reconhecida na área de avaliação. O anonimato dos autores e pareceristas são preservados durante todo o processo de comunicação no Sistema Eletrônico de Revistas. O parecer constitui-se em um breve texto com considerações a respeito da submissão, sendo registrado no sistema. O parecer final deve ser: a) Aceito; b) Correções obrigatórias; c) Submeter novamente para avaliação; d) Enviar para outra revista; e) Rejeitar; f) Ver comentários. Caso ocorram pareceres divergentes, o artigo é enviado para um terceiro consultor.

Seu corpo editorial está constituído pela editora chefe Gizele de Souza, Professora da Universidade Federal do Paraná/UFPR, sua editora adjunta é Catarina Moro, professora da Universidade Federal do Paraná, seu conselho editorial é formado por integrantes da própria Universidade do Paraná e outros que se distribuem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal Fluminense, Universidad de Santiago de Compostela, Espanha, Universidade de São Paulo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dentre outras que se localizam entre o Sudeste e Sul do Brasil, Sendo que há apenas um representante da América do Norte, da Universidade de Princeton, nos EUA. Uma demanda de universidades europeias não foi encontrada durante a investigação.

O periódico apresentou no ano de 2013 sua maior contribuição em artigos que abordam o tema das políticas de formação de professores de educação básica no Brasil.

### 2.2.3 Educação – UFSM

Segundo o histórico apresentado pelo periódico *Educação* (UFSM), a sua origem é do ano de 1970, o ano da primeira publicação e volume chamado “Boletim Centro de Ciências Pedagógicas”, já em 1978 passou a ser chamado de “Revista do Centro de Educação” e só então em 1982 passa a ser conhecida como “Educação – (UFSM)” e com a sua publicação semestral. Uma história que completa seus 44 anos e demarca uma trajetória sem parada e de êxito. Desde 2017 as publicações passam a ser somente em formato eletrônico.

Seu escopo está fixado na maioria dos indexadores internacionais e tem a visibilidade expressiva no contexto de periodização da área educacional, além disso, apresenta, comumente, a busca por publicações de trabalhos inéditos na área, resultante de pesquisas e práticas refletidas teoricamente e que se destine a estudantes, professores, pesquisadores e interessados em Educação.

A editora chefe do periódico é Sueli Salva da Universidade Federal de Santa Mariana, já os editores de seção até o ano de 2019 são Luiz Caldeira Brant de Tolentino Neto, Ana Carla

Hollweg Powaczuk, Cláudia Ribeiro Bellochio, Doris Pires Vargas Bolzan, Elisete Medianeira Tomazetti, Luciane Wilke Freitas Garbosa, Luiz Gilberto Kronbauer e Sueli Salva, todos pertencentes a Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dentro da revista científica, o conselho editorial nacional é formado por integrantes de universidades como Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Rio Grande do Sul, Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas e Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A composição do conselho editorial internacional é encabeçada por universidades da América do Sul, da Europa e América do Norte, vale destacar as universidades da Espanha e Portugal que têm presença expressiva.

A investigação efetuada nos períodos de 2013 a 2016 mostraram que os temas deste periódico permearam assuntos relativos a escritas e contextos, educação e trabalho, narrativas autobiográficas, a educação de jovens e adultos, sobre o PIBID, os cursos de Pedagogia, ensino superior, Performance e Educação, adentrando ao ensino de Filosofia, Educação e Ensino de História, e só no último período, em 2016, surge o assunto relacionado às PFPEB, tratando das leis, diretrizes e bases educacionais.

#### 2.2.4 Educação e Pesquisa

O hoje conhecido periódico *Educação e Pesquisa* tinha o nome de “Revista da Faculdade de Educação”. A partir de 1996 a revista científica iniciou uma inflexão ao incluir artigos produzidos fora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, assim, a participação crescente de autores estrangeiros foi latente.

Já em 1999, a comissão de publicações da FEUSP, a qual incluía a editora da revista, estudou a trajetória da revista e propôs uma guinada que significou a modernização e a ruptura completa com a comunidade local. Assim, seu projeto editorial foi reestruturado e teve como escopo as referências e padrões vigentes para as publicações científicas internacionais, nesse momento, ela passou a ser divulgada em versão eletrônica e incluída na biblioteca Scielo, com acesso total e aberto ao público interessado.

Após a reforma efetuada, as publicações passaram a ser semestrais, contudo, nos anos de 2004 ela passou a ser quadrimestral e em 2010 para trimestral. Este crescimento fez com que a vazão de artigos a serem corrigidos e submetidos aumentasse fortemente, o que exigiu uma correção rigorosa de sua editoração. Ao menos 75% de cada fascículo foram destinados à divulgação de artigos científicos inéditos, submetidos à arbitragem por pares, que abrangem o espectro de temáticas que levam à educação que se apresentam com contribuições pertinentes à evolução da área.

Com um histórico de publicações desde o seu nascimento nos anos de 1975, o periódico acadêmico tem se mostrado um grande expoente na área educacional com uma média de 843 artigos submetidos e recebidos por meio da plataforma OJS da Scielo, um sistema que oferece segurança aos autores, transparência e rapidez no processo de revisão e análise, um corpo editorial formado por mais de 500 revisores ah doc ligados a grandes instituições de pesquisa.

As suas políticas editoriais são bem clara e são amparadas por direitos autorais e licença de uso, princípios éticos e conflitos de interesse bem discriminados no seu próprio portal de acesso.

Hoje o periódico consta com um Plano de Metas para o triênio de 2017 à 2019, são o estabelecimento de ações que falam da manutenção e aprimoramento das publicações, ditam sobre a atuação para o aumento da qualidade dos artigos a serem publicados, rogam também sobre a captação de artigos de maior qualidade ou que apresentem temas de fronteira de

conhecimento que sejam capazes de mobilizar o interesse da comunidade acadêmica e outras metas que envolvem a atuação de garantia de financiamento das atividade da revista ao seu acesso dentro e fora do país.

Os editores chefes são Émerson de Pietri - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil e Rosângela Gavioli Prieto - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Já os editores assistentes são em sua maioria da USP, enquanto isso, seu conselho editorial é composto por estudiosos de universidades nacionais federais e internacionais, são principalmente dos EUA e da Europa. Um importante nome deve ser destacado aqui, o de Antônio Nóvoa da Universidade de Lisboa e que aparece como referência forte no estudo de formação de professores.

No período de busca, o periódico abrangeu temas sobre a política educacional, políticas inclusivas, públicas e direcionadas para a educação em geral no ano de 2013, 2014 e 2016 outros temas sobre educação foram publicados nos outros anos.

#### 2.2.5 Cadernos de Pesquisa – UFMA

O *Cadernos de Pesquisa* é um periódico publicado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPPG) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e tem suas publicações trimestralmente lançadas desde 2009 para a circulação nacional e internacional, exclusivamente em formato eletrônico. O seu interesse é como o de outros periódicos acadêmicos, a publicação de artigos científicos que se atrelam a área da Educação.

Seu corpo editorial é formado por duas editoras científicas, são a Prof.<sup>a</sup> Dra. Iran de Maria Leitão Nunes, Universidade Federal do Maranhão e Prof.<sup>a</sup> Dar Francisca das Chagas Silva Lima, Universidade Federal do Maranhão. A Comissão Editorial é composta pelos professores Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro, Prof. Dr. Cícero Wellington Brito Bezerra, Prof. Dr. Clenilton Costa dos Santos, Prof. Dr. Lívio Martins Costa Júnior, Prof.<sup>a</sup> Dra. Lucyléa Gonçalvez França, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria da Glória Almeida Bandeira e a Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do

Desterro Soares Brandão Nascimento, todos pertencentes da Universidade Federal do Maranhão. Além destes, a assistência editorial é realizada por Rosângela Guedêlha da Silva, Universidade Federal do Maranhão e a editoração eletrônica, a Capa é realizada por Amaury Araújo Santos, Universidade Federal do Maranhão.

O Conselho Editorial apresenta profissionais que estão nas principais universidades brasileiras e internacionais, porém, a força das universidades federais neste conselho é bem aparente e pode ser visualizado em seu portal de informações.

Criada no ano de 1985, a revista *Cadernos de Pesquisa* sempre buscou a divulgação de pesquisas realizadas por professores e alunos de programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão e de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais. Até os anos de 2012, o periódico era impresso e publicava trabalhos científicos, inéditos e multidisciplinares de qualquer área do conhecimento, hoje a dedicação está voltada para o campo da educação.

Neste periódico, a incidência do tema sobre as PFPEB são nos anos de 2014, 2015 e 2016 e trazem como tema o PIBID e a regulamentação da CAPES para regulação da formação de professores de Educação Básica.

#### 2.2.6 Educação e Cultura Contemporânea

O periódico acadêmico *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, conhecido como REEDUC, apresenta-se como um meio de divulgação de trabalhos inéditos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, afirmando que o seu compromisso é a de ampliação do debate sobre os desafios da Educação pelas mudanças que caracterizam a cultura hoje.

Ela é sustentada pelo Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estácio de Sá que, desde 2004, tem sua publicação ininterrupta. Seu modo de publicação passou a ser totalmente online em 2010, tendo as publicações físicas anteriores sendo digitalizadas. Soube-



se também que a sua publicação de artigos científicos é trimestral e apresenta resultados de investigações de carácter teórico e/ou empírico, revisão crítica de literatura de cunho educacional, sendo ela temática ou metodológica, ensaios, resenhas de livros, entre vistas com profissionais da área educacional. Ainda aceita proposta para organização de números temáticos.

Em sua página online, onde oferece acesso livre para leitura e downloads, a revista apresenta acesso a links sobre as suas políticas, maneiras de como submeter um trabalho e informações sobre o patrocínio, mapa do portal, sobre os seus sistemas de publicação e estatísticas.

Um desses locais apresentam seu corpo editorial que é composto pelas editoras-chefes Monica Rabello de Castro e Jaciara de Sá Carvalho da Universidade Estácio de Sá, as editoras-gerentes são Helenice Maia Gonçalves da Universidade Estácio de Sá e Inês Barbosa de Oliveira, UNESA/UERJ.

Os editores assistentes são pertencentes a universidades nacionais conceituadas no campo educacional nacional, já no quesito internacional, o periódico não apresenta muita relevância e está apoiado por apenas uma universidade latino-americana, uma norte-americana e uma outra europeia.

Neste periódico, apenas um artigo foi selecionado, nos outros períodos os temas variaram entre a criança na escola, administração e gestão escolar e educação e mídias.

#### 2.2.7 Imagens da Educação

O periódico *Imagens da Educação* é resultado de um convênio comemorado entre os Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Sul do Brasil, ela é formada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Universidade Federal de Santa Mariana (UFSM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

É um periódico que tem publicação quadrimestral de artigos originais de temáticas vinculadas à Educação sob três campos de investigação: Políticas Públicas e Gestão Educacional; Estudos de Imagens e Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores. A sua missão está bem clara em seu foco e escopo, a divulgação de estudos que dão respeito à Educação, disseminar conhecimentos produzidos pela comunidade acadêmica, contribuir para a melhoria da Educação formal e não formal e estimular o uso de diferentes fontes para a pesquisa focada na Educação.

As principais editoras são Maria Terezinha Bellanda Galuch e Terezinha Oliveira, ambas da Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Enquanto o conselho editorial é formado por sua maioria, de pesquisadores de universidades do Sul do Brasil, principalmente da Universidade Federal de Santa Maria.

Com 25 itens já publicados, o periódico iniciou as suas atividades no ano de 2011 e hoje se consolida como uma importante peça para a compreensão do campo educacional no eixo sul brasileiro de universidades e institutos superiores de educação.

Apenas um artigo foi selecionado deste periódico, um trabalho realizado em 2016 e que aborda o assunto desta dissertação.

#### 2.2.8 Acta Scientiarum Education

O periódico Acta Scientiarum Education publica textos originais e de temáticas educacionais e está sob dois eixos relevantes. O primeiro é sobre História e Filosofia da Educação e tem como finalidade a divulgação de pesquisas que falem dos meios formativos da natureza biográfica, institucional, social, formal e não formal. O segundo eixo culmina na

Formação de Professores e objetiva a divulgação de estudos relativos aos aspectos que direcionam a prática docente, como a Educação Básica e a Educação Superior, além do vínculo entre a pesquisa e à docência.

Sua missão se resume a viabilização do registro público do conhecimento e a sua preservação, além disso, a publicação de resultados de investigações que apresentam novas ideias ou propostas científicas inovadoras é o que move a disseminação de informações pelo periódico. Conhecimentos gerados pela comunidade científica, agilidade no processo de comunicação na área educacional são pontos apresentados no portal da revista. Além disso, a sua publicação é de modo contínuo e on-line, tendo seu acesso totalmente livre.

Seu escopo editorial é composto por revisores e editores da Universidade Estadual de Maringá, com editores associados da Facultad de Ciencias Sociales da Argentina, da Facultad de Filosofía de Santiago del Chile, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, da UFSM, da Facultad de Educación de Salamanca, Espanha. O periódico tem um grande conselho nacional formado por universidade federais e estaduais, seu conselho internacional apresenta membros principalmente da Europa.

Este periódico acadêmico apresentou entre 2013 a 2016 temas que abordam a Educação não Formal a Educação Formal, História da Educação, Formação de Professores, educação básica, o ensino universitário e as políticas que norteiam, mapeiam e tornam possível a educação. Perpassando por assuntos de estudos sobre a Educação sob múltiplas perspectivas, revisão histórica da educação no Brasil, para na penúltima publicação de 2016 apresentar um artigo que aborda diretamente a PFPEB.

Terminada a análise sobre o escopo e as características de cada um dos periódicos, pode-se ver que em sua grande parte há um texto claro e direcionado de que tipo de artigos cada um deles deseja receber e as normas para que se possa publicar em suas edições. O que chama a

atenção é a equipe editorial que cada um deles apresenta em seus sites, porém, existe algumas dificuldades em acessar alguns desses dados, além disso, o ano de nascimento delas e as suas origens não estão bem claras e aparentes.

As suas periodicidades são bem informadas, porém, algumas chamadas não estão bem divulgadas, o que limita saber o tema que cada uma das publicações acaba por priorizar, isso facilitaria o acesso ao saber de cada um deles, já que este é um dos tópicos que mais aparecem nelas, a do desejo de divulgar os seus saberes e torna-los acessível a todos.

No próximo tópico adentramos nas publicações selecionadas, observando se há desde seus resumos, a sua metodologia, objetivos, discussão e resultados sobre os estudos abordados em PFPEB, além de observar o tema de cada um deles de maneira mais sintetizada.

## **2.3 ARTIGOS**

### **2.3.1 Tema dos artigos**

No decorrer das análises, através do protocolo, foi possível identificar dados referentes a região e a instituição de cada um dos autores dos artigos científicos elencados, além de alguns aspectos do campo educacional brasileiro; com isso, foi possível observar como estão dispostas as contribuições científicas no país e no exterior por exemplo. Há também as tendências sobre as PFPEB existentes nas publicações selecionadas nos periódicos, no que se refere aos temas eleitos para serem compreendidos e que datam do período do último quadriênio da Plataforma Sucupira, do ano de 2013 até 2016.

Neste item foram apresentados a relação dos artigos selecionados diante dos descritores e indagação inicial desta dissertação. Neste momento, os textos eleitos mostraram os principais temas tratados sobre as PFPEB. A partir dos títulos dos artigos selecionados acerca das políticas de formação de professores de educação básica, por exemplo, investigou-se especificidades sobre o tema, itens que discutiram sobre as políticas de formação de professores, as políticas já

criadas e seus desdobramentos, as políticas referentes a profissionalização dos professores dos anos iniciais de educação básica, pontos de tensão e dilemas, identidade e trabalho, conflitos entre o estágio obrigatório e outras políticas de formação de professores, as tendências e trajetórias no campo da pesquisa em educação no Brasil.

Há discussões sobre a regulação e as agências formuladas pelas políticas, sobre a legislação e a formação de professores para a educação básica e um olhar sobre o processo de iniciação na profissão docente; assim, obteve-se um panorama inicial dos eixos temáticos das tendências que o campo educacional brasileiro vem discutindo nos espaços dos periódicos acadêmicos.

Os eixos nomeados nasceram da análise dos resumos completos de cada um dos artigos selecionados, eles foram feitos pelo pesquisador e por meio deles os eixos “A ação dos programas de iniciação à docência para os cursos de licenciaturas”, “Embates no campo das políticas de formação de professores” e “O professor de educação básica, a inserção das políticas na docência e seus dilemas” foram concebidos, as concepções das políticas de formação de professores da educação básica apresentou-se quando pode-se observar cada um dos artigos científicos.

Porém, antes, apresentaram-se os artigos e seus respectivos periódicos selecionados para que iniciássemos as concepções abordadas sobre as PFPEB no campo educacional nacional nos periódicos acadêmicos brasileiros no quadriênio de 2013-2016, vejamos:

QUADRO DOS ARTIGOS SELECIONADOS E OS PERIÓDICOS	
Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos – A1	Revista Brasileira de Educação
Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores – A1	Educar em Revista
Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão – A1	Educar em Revista

O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho –A1	Educar em Revista
Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e PIBID – A1	EDUCAÇÃO UFSM
O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação – A1	Educação e Pesquisa USP
Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam – A2	Acta Scientiarum. Education
O pibid no bojo das políticas educacionais de formação de professores – A2	Cadernos de Pesquisa UFMA
A capes e a regulação da formação de professores da educação básica - A2	Cadernos de Pesquisa UFMA
Legislação Educacional para a Formação de Professores para a Educação Básica – A2	Revista Educação e Cultura Contemporânea
O pibid no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência - A2	Imagens da Educação

Fonte: Quadro elaborado pelo próprio autor. /2019

A partir da esquematização e apresentação do quadro com os artigos elencados no decorrer desta dissertação, iniciou-se a análise dos resumos sobre o que cada um dos artigos discorreu junto as suas discussões, iniciamos com artigos que foram eleitos dos periódicos classificados em A1.

O artigo da *Revista Brasileira de Educação* e intitulado *Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos*, traz a discussão sobre dois grandes estudos que relatam a condição docente no Brasil e que tiveram como aporte financeiro a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) entre os anos de 2009 e 2011. Uma discussão que implicou nas políticas de formação de professores sobre dados obtidos pelas investigações, um assunto que disserta sobre a expansão dos cursos de formação docente no país, relatando sobre a crescente oportunidade de educar a população, mesmo que tardia, sendo que, a universalização e a frequência ao ensino fundamental obrigatória, só ocorreu na virada do milênio. A autora Elba Siqueira de Sá Barreto cita o marco

da LDB de 1996 e os problemas decorrentes da generalização dos certificados dados aos cursos, ela discorre sobre a expansão das licenciaturas na última década, da evolução das matrículas conforme a oferta dos cursos entre 2001 e 2011, passando pela distribuição das matrículas em cursos de formação de professores por modalidade e dependência administrativa.

Posterior aos dados, a autora apresentou o cerne de sua pesquisa, os fatores que incitam suas dúvidas, a do crescimento significativo do interesse de instituições privadas para a abertura de vários campi no Brasil e a rápida expansão de cursos oferecidos a distância que deixam a desejar pelo alto índice de evasão e projetos pedagógicos improvisados. Sendo que o segundo fator é quando o Ministério da Educação assume papel proativo na formação de professores para a educação básica, criando a Universidade Aberta do Brasil, que é um modelo de educação que permite a cooperação entre Institutos de Educação Superior públicas, governo federal e redes de estado e municípios que pudessem ofertar o ensino a distância.

Para Barreto (2015, p.687):

O que fica claro é que as políticas docentes são mais complexas e precisam ser abordadas em diferentes frentes. Nesse caso, estamos diante de uma questão de baixa atratividade da profissão, que perde para oportunidades mais vantajosas de emprego no mercado de trabalho e que não são sanadas com medidas estritas do campo da formação (Tartuce; Nunes; Almeida, 2010; Vaillant, 2006) [...] não basta atrair os melhores estudantes para os cursos e oferecer-lhes boa formação; é preciso mantê-los na profissão. Para tanto, há que lhes assegurar salário condigno, condições adequadas de trabalho e progressão na carreira, o que está longe de ser generalizado no horizonte das políticas docentes no país.

A autora aponta questões referentes a qualidade dos cursos de Licenciatura a despeito das reformas educacionais, as ações do PIBID e as suas atuais demandas que com os recursos que apresenta ainda estavam longe de suprir os problemas e ainda relata sobre os modelos de EaD de Educação e a sua ação ainda muito rasa na discussão dos seus projetos pedagógicos.

Ainda existem reflexões sobre a expansão da desigualdade dos polos presenciais, da formação dos tutores das faculdades à distância, das práticas dos recursos tecnológicos usados

em sala de aula, perpassando pela precarização da formação docente do ensino básico, além da discussão sobre o FUNDEB, das iniciativas centradas no protagonismo do profissional em educação e discussão sobre os problemas de formação para a alfabetização.

O segundo artigo selecionado no periódico *Educar em Revista* apresenta o título *Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores* escrito um texto que tem como objetivo a discussão sobre as políticas voltadas aos docentes da educação básica com o respaldo em dados coletados em quinze secretarias de educação de estados e municípios brasileiros, que edificaram os estudos do campo de pesquisa em educação sobre políticas docentes e de formação de professores no Brasil.

A discussão é sobre a importância de estudos sobre políticas docentes e informes de estudos efetuados em diferentes países, sendo que a segunda parte apresenta a metodologia do trabalho de campo, os locais selecionados, as fontes de coleta de dados, os instrumentos e mecanismos utilizados. A terceira parte do artigo apresenta alguns resultados da investigação.

A autora aponta que os estudos de alguns pensadores em Educação na Europa delimitam três grandes pontos que se cruzam nos discursos da grande maioria das comissões internacionais da área, elas dita o estudo de novas ideias sobre as competências que o professorado deve angariar na atualidade, falam sobre tornar a profissão mais atrativa para as novas gerações, tanto no ingresso quanto no desenvolvimento, uma forma de combater a escassez de professores em muitos países e por fim, tornar o espaço educativo em uma área autônoma e responsável por suas medidas na gestão pedagógica e organização das pessoas que ali atuam.

As metodologias para a realização desses estudos de campo tiveram como ação as visitas em secretarias de educação por pesquisadores experientes que tiveram acesso a documentos e a realização de entrevistas com os responsáveis pelo planejamento, estatísticas e pessoal da rede. Foram usados roteiros de entrevistas para caracterizar as secretarias e o número de



escolas, de professores e alunos, formação e carreira dos docentes, depois, para conhecer as maneiras de apoio ao trabalho nas escolas e os processos de formação continuada.

A autora conclui neste artigo que os dados coletados no estudo desse campo revelaram que na maioria dos estados e municípios são desenvolvidas ações formativas na efetivação das políticas e dão continuidade da formação de professores de educação básica, porém, para professores genéricos, são constatações que reforçam, em geral, os resultados da pesquisa que evidenciam o caráter individualizado das ações formativas e a falta de instrumento avaliativo para verificar seu efeito no desenvolvimento profissional do professor e na prática de sala de aula.

Outra questão apontada é o não envolvimento dos professores na definição e implementação das ações de formação. Os depoimentos e entrevistas não foram o suficiente para se concluir se os professores depois desses processos de formação, implementam ou apresentam melhoria nas suas salas e ambiente de ensino. O que cabe, é fazer com que as proposições apontadas sejam elevadas a medidas efetivas.

O terceiro texto é a *Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão* e é uma apresentação dos problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão contemporâneos na formação de professores para a Educação Básica em instituições públicas de ensino superior nacionais. O que é visto neste artigo é a grande demanda de trabalhos que têm ampliado a discussão e mostrado o quão complexo é o tema da formação de professores, um reflexo da pouca evolução qualitativa da formação docente, lembrando da inércia das universidades quando a formação do professorado ainda ocorria em institutos isolados e a sua não preocupação em debater o tema das licenciaturas.

Todas as constatações acima são atribuídas a um texto escrito por Bernadete Gatti nos anos 1990 e mais de 10 anos depois, o mesmo serve como apoio para a compreensão da situação que continua recorrente na formação de professores, para tal, o autor se pauta em pontos de tensão na formação de professores entre o período de 2006 a 2013, através de um levantamento de diversas questões colocadas na formação de professores nas universidades públicas brasileiras.

Uma pesquisa documental de resumos de teses do Bando de Teses da Capes e em artigos publicados online no site SciELO/Brasil. A maior parte dos resumos selecionados tratam da formação de professores analisadas de cursos específicos, os mais visualizados falam dos cursos de química, educação física, matemática, pedagogia e física.

O artigo segue seu percurso teórico refletindo sobre a profissão primeiramente, sobre como diversos estudiosos enfatizam o magistério como uma difícil profissão, ressaltando a complexidade da atividade dos professores, muito por ser uma profissão que trata da formação e desenvolvimento de pessoas.

Depois a pauta segue para os cursos, inicialmente a complexidade do currículo dos cursos de Pedagogia, a posteriori, os dos cursos de Licenciatura que salienta temas comuns que são recorrentes como os conflitos, dilemas e pontos de tensão na formação de professores. Verificam que ambos os currículos permanecem prescritos, compostos de conhecimento fragmentado em diversas disciplinas com clara dicotomia entre o conhecimento teórico e o prático. É pertinente também destacar a falta de propostas curriculares que façam frente entre a escola, os conhecimentos específicos e pedagógicos.

Em sua conclusão, as autoras deste artigo tiveram como base mais de 2200 teses e mais de 350 artigos originados pela seleção do descritor “formação de professores”. Em suma, a maioria deles pautam sobre às disciplinas, aos alunos, aos professores e a relatos de experiência

dos docentes. O panorama evidenciou a recorrência de temas que permeiam os conflitos e a necessidade de apresentar soluções no campo político, temas que denunciam os descaminhos da formação de professores no Brasil há anos, considerando também o desenvolvimento tecnológico da comunicação e das informações nas últimas décadas, evolução essa que modificou o quadro da Educação Brasileira.

O texto de número quatro *O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho* que é do ano de 2013 traz em seu corpo a mostra de um conjunto de leituras a partir de dados de bases secundárias do Censo dos Profissionais do Magistério de 2013, questionário do professor aplicado pela prova Brasil 2011, as duas produzidas pelo INEP/MEC com a intenção de analisar o perfil dos docentes na educação básica no Brasil.

Ele se articula na busca de quem é o professor de educação básica no Brasil, para tal, diversos estudos realizados tentaram responder essa pergunta, muito por tentar compreender até que ponto a imagem do professor corresponde à verdadeira composição do quadro de importantes trabalhadores do país. Porém, existia a preocupação em verificar as possíveis mudanças que estariam passando os profissionais da área educacional mediante a direção das políticas educacionais dedicadas a formação docente em especial.

O artigo fala que algumas respostas surgem diante das reformas educacionais ocorridas nos anos 1990 a 2000 e o seu impacto direto no perfil e no trabalhador docente, entretanto, não são ações uniformes em inflexões do movimento, haja visto que, tais mudanças foram movimentadas em decorrência do crescimento significativo no número de postos de trabalho no campo educacional. Assim, a questão inicial desdobra-se em dois aspectos da vida dos trabalhadores docentes, a primeira é a valorização profissional e a relação com o trabalho, a segunda está ligada ao nível cultural.

É essencial falar que as fontes empíricas usadas neste trabalho foram o questionário de contexto aplicados a docentes de matemática e Língua Portuguesa do 5º e do 9º ano do ensino fundamental por causa da aplicação da Prova Brasil de 2011 e o questionário aplicado aos trabalhadores docentes de escolas públicas e privadas através do Censo do Profissionais de Magistério em 2003.

Em uma outra parte, o artigo verbaliza sobre a Identidade, Valorização profissional e as relações com o trabalho, fala sobre o grande índice de mulheres na profissão e a distinção diante das bases de dados usada para a investigação, que era de 85% e agora é de 67%. Ainda há referências sobre sexo, cor e tempo de trabalho, dados que convergem nas condições salariais dos professores, algo que cada vez mais é gritante na diminuição da remuneração. Mesmo sabendo que com o tempo de serviço e experiência, o reajuste deveria ser lógico e conjunto ao plano de carreira que muitas vezes, não recebe a devida atenção.

Isso acaba por gerar profissionais que se aposentam e seguem exercendo as suas funções para assim, complementar a sua renda familiar, o que também pode culminar na qualidade da atividade realizada, algo muito comum na educação básica. O professor acaba por ter de dar aulas em mais escolas e coloca em risco o ensino e aprendizado daqueles que precisam da educação.

A estabilidade é outro ponto que foi considerado no artigo, a ausência dela é um fator preponderante, ainda mais quando o profissional pertence a uma categoria que não têm garantias, esse acaba por assinar um contrato que o leva a ter que estender seu deslocamento, o que aumenta a sua jornada de trabalho. Ele trabalha por hora, se movimenta mais e recebe menos por isso.

Por fim, as leituras e interpretações efetuadas apontaram questões que permeiam o perfil étnico dos professores que se aproxima da média nacional, parecendo não existir discriminação

desta natureza, os docentes são de uma população já envelhecida e uma entrada de professores mais jovem com uma média de menor proporção;

O quinto texto que é *Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e PIBID*, foi publicado no ano de 2014 e teve como objetivo o entendimento das relações entre o Estágio Curricular e o PIBID, os dois realizados em escolas. A interrogação nasce do processo de observação e etnografia no campo, e entrevistas com trabalhadores da educação que atuam nas unidades escolares onde se desenvolvem estágio e PIBID.

O artigo apresenta reflexões que estão envolvidas com a pesquisa e possibilita o entendimento de outras questões que as políticas de formação de professores vêm apresentando no campo educacional. O primeiro ponto deste artigo fala da contextualização das políticas de formação inicial dos professores, enquanto o segundo ponto expõe a discussão do estágio obrigatório nos anos finais de graduação.

Segundo o autor, das políticas de formação inicial implementadas e que decorrem da LDBN, a mais atual já sofreu várias mudanças nos cursos e nos programas de formação de professores, para fim de uma adequação que foi exigida pelo contexto socioeconômico e político vigentes. Na esfera governamental, várias políticas públicas foram criadas e estão sendo implementadas no intuito de se estabelecer um sistema nacional de educação que ofereça uma formação efetiva e mais ajustada para às atuais demandas da sociedade.

Um desse é o Pibid e que tem como primazia, à formação inicial dos professores, a aproximação da escola e a universidade através do incentivo ao contrato dos alunos em formação inicial. Entretanto, outros programas criados a partir de modelos importados, têm servido como sustentação para a reelaboração da Formação de Professores num contexto de reforma de estado.

O autor fala que a crítica social evidencia o fato de que os mecanismos desenvolvidos por esse contexto do capitalismo constroem-se ao longo dos anos oitenta e noventa em reformas institucionais, um campo da educação que se tornou estratégico para a constituição de um novo ser social apto a responder às demandas apresentadas pela reestruturação das políticas. Mas, como as políticas educacionais de governos ou de estados têm realizado a utilização desses modelos de reestruturação político-econômico para dirigir a formação de professores?

Para Jardimino (2014, p. 356-357):

O Estado não submete os programas de formação inicial de professores a um marco regulatório, porém, procura elaborar uma política de formação que se articule a partir de vários parceiros, dentre eles a Universidade. O Governo brasileiro deste novo século implementou programas federais de grande impacto e abrangência, que ainda, não conseguiram atingir a educação básica, mas que comprovam o fato de que o Estado, por diversas razões, tem a formação no coração de suas políticas. Isso é perceptível pelo número de programas que, na década de 2000, foram gestados e postos em prática pelo governo federal. Dentre eles, destacam-se REUNI, Pró Licenciatura/UAB, PARFOR, PROUNI, PIBID. Este último objeto de análise deste artigo.

Historicamente ao examinar as atuais políticas de formação, no século XX, autores como Gatti, Barreto e André já apresentavam um estado da arte sobre as políticas novas de formação de professores no Brasil.

Já em 2009, nasce e institui-se a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da educação Básica, uma ação que tem como objetivo a organização da formação inicial e continuada dos profissionais de educação para as redes públicas da educação básica.

Adiante o embate segue na formulação do conceito do que é um estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, em seu aspecto formativo, se mostra como estágio de contribuição para a formação inicial do aluno dos cursos de licenciatura, um fomento para formação continuada dos professores das escolas que acompanham os estágios. Ele se forma em um campo de espaço de aprendizagem e de saberes numa visão prática reflexiva.

Outro item é a diferença entre o Pibid e o estágio quanto a concessão de bolsas para os participantes, isso inclui tutores, professores e coordenadores do projeto, enquanto o estágio é parte constituinte de um observatório e prática dentro da escola, junto ao professor e que se estabelecem na didática.

O artigo seguinte selecionado no periódico foi *O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação* e que é do ano de 2013 se direcionou no mapeamento e na compreensão do campo da formação de professores desde a metade de o século 20. Um estudo que tinha como objetivo o mapeamento dos estudos e tendências teórico-práticas que marcam o entendimento da docência no Brasil. O trabalho refletia a respeito do conceito de formação de professores que pede sempre o auxílio à pesquisa, à prática de formação e ao próprio papel do docente em sociedade.

O estudo tinha em foco os diferentes perímetros do papel docente, não tendo a pretensão de se esgotar o assunto e sim a de propiciar o entendimento da trajetória da formação de professores no Brasil de modo processual.

A dimensão dessa concepção não é vaga a partir de uma visão que se distancie da compreensão técnica, pois cada olhar ou observação modifica o objeto de estudo e por isso sistematizá-lo é um meio de evitar que ele assume o papel de imposição. O autor fala que naquela época a ciência moderna encontrava um paradigma marcado pelas ciências exatas e naturais, o que assinalava o caminho das ciências sociais como uma legitimidade, ela às vezes tratava a formação de professores de maneira neutra quando em verdade ela deveria ser valorativa e explícita passando da uma interpretação rasa.

Com essa dimensão, a literatura a respeito da formação docente vinha assumindo possibilidades formais de desenvolvimento profissional de professores em duas frentes: na Formação Inicial e na Formação Continuada. Mas quando se falava na formação de professores no desenvolvimento da trajetória de seu conceito, teorias e autorias principais, a autora citou

que a literatura pedagógica informava sobre as pesquisas que se relacionavam ao professor e a sua formação, essas buscas estavam atreladas com as perspectivas políticas e epistemológicas que elucidavam a função do profissional, isso ocorria por causa do local onde o professor exerce o seu trabalho, nas escolas e universidades e assim, ficava improvável discutir o tema da docência sem o local que os produz.

Tal conjectura ajudou no entendimento e análise das tendências de investigação do campo de formação de professores nos anos de 1970 e 1980, estudos norte-americanos foram irradiados no Brasil e influenciaram pesquisadores nacionais, as primeiras datadas são inspiradas em organização industrial e com a suposição de ideias de produtividade e controle sobre o trabalho subsidiados nas partes administrativas dos sistemas escolares.

No mesmo caminho, alguns estudos seguiram a vertente dos aspectos afetivos e interacionais do ensino, outras se centraram nas condições cognitivas do ato de ensinar, no Brasil a repercussão desses estudos marcou bastante e isso se deu pelas abordagens realizadas nas Pós-Graduações que iniciaram as suas atividades a partir de 1970.

Outros autores seguiram nas pesquisas a respeito das perspectivas psicológicas dos professores que falam sobre isso e tiveram seus relatos traduzidos no Brasil, já outros propuseram a reunião e ressignificação de proposições de autores estrangeiros sobre outros temas como a visão progressista e tecnicista, estudos sociológicos e antropológicos e assim, a compreensão da dimensão política da educação intercedeu muito na maneira de entender o papel dos professores e a sua formação pois, só a partir de 1980 no Brasil, os novos olhares do trabalho docente é concebida como uma identidade de uma construção social e cultural.

O que se observou nos primeiros trabalhos selecionados é a existência da discussão de políticas, a criação de novas e a viabilidade de algumas, outra questão apontada em um dos artigos fala da continuação de ações criadas pelas políticas de formação de professores e que



ainda são pertinentes ao campo educacional brasileiro, sendo que os problemas seguiram e não tiveram avanço ou tão pouco uma solução.

A partir de agora, adentramos ao campo em que os outros artigos selecionados foram de periódicos classificados em A2 e o primeiro advém do periódico *Acta Scientiarum. Education* e tem como tema *Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam* e inicia com apontamentos sobre a fase inicial da formação profissional de professores, principalmente no atual contexto sócio educacional brasileiro, algo que impõe necessariamente políticas específicas para o professorado nacional.

As autoras apresentaram também um comparativo entre o primeiro Projeto de Lei das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN, 1996) e o texto final com os destaques para as questões que falam dos profissionais da educação, levando em consideração o objetivo da LDBEN.

O objeto de estudo do artigo tem como indagação a iniciação à docência e as implicações no processo de desenvolvimento, pois, diversos estudos afirmam a existência de variadas fases diferentes no processo de aprendizagem do professor. Alguns afirmam que ela é estruturada em um pré-treino ou formação, a formação inicial, a iniciação profissional e a formação permanente. Para outros estudiosos ela se elenca em inicial indução profissional e a continuada.

A maior parte desses estudos, que apontam divergências entre os pesquisadores, apresentam características específicas onde a fase inicial é um período de desafios onde o professor se encontra com diversas tensões e dificuldades. Essas experiências vividas nessa fase é o que aponta a permanência ou abandono da profissão.

Diferente de outras profissões, em que profissionais no começo da carreira atribuem gradativamente as tarefas mais difíceis e sob a supervisão de um profissional, os professores em início de carreira assumem responsabilidades integralmente até mesmo antes de terminar a

graduação, uma prática muito comum no Brasil, isso porquê os sistemas acabam não tendo contingente suficiente para a demanda, a falta de professores é uma constante.

Para as autoras, nessa visão a formação de professores é compreendida como um processo contínuo tendo como linha o conceito de desenvolvimento profissional que deve estar apoiado e orientado a responder aos desafios do começo da carreira. Em outros países esta fase já vem sendo trabalhada com o acompanhamento de profissionais já experientes e com maior atenção aos ocorridos da carreira docente. Este objeto tem sido investigado com maior apreço e voltada às políticas de formação que auxiliem para a atração e manutenção de bons profissionais na docência.

Em consideração ao que foi exposto no primeiro ponto do artigo, as autoras evidenciam a necessidade de políticas que trabalhem no processo de iniciação à docência, seja em educação básica quanto no ensino superior. Outro ponto debatido são os traços sobre a inserção profissional nas políticas e diretrizes e bases de educação nacional, tais traços são marcas que delimita o campo dos documentos legais, isso se dá após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, documento esse que refletia a discussão que ocorria no país. O que foi observado é que o texto final da LDBEN apresenta o embate de forças entre os diferentes espaços da sociedade.

O que se compreendeu é que a elaboração da lei que fixa as diretrizes e bases educacionais no país provoca a organização de um sistema de educação que englobe o país. É importante alertar que o texto afirma a educação como um direito público e que o Poder Público pode ser responsabilizado pela falta de seu oferecimento, que implica na responsabilidade do Estado em garantir o cumprimento da lei e deveres por parte dos cidadãos.

Os próximos dois textos foram encontrados no periódico acadêmico *Cadernos de Pesquisa*. O primeiro tem como assunto *O Pibid no bojo das políticas educacionais de*

*formação de professores*, o objetivo era abordar as políticas educacionais para a formação de professores no Brasil, precisamente na década de 1990 e em especial, as implicações do Pibid para a formação docente. Para tanto, efetivou-se uma revisão bibliográfica e a análise de legislações como a Constituição da República Federativa do Brasil, a LDB, o Plano de Desenvolvimento da Educação, os Planos de Ações Articuladas e o Pibid.

As autoras apontam tópicos que desenvolvem a reflexão sobre a formação de professores no início do século XXI, das dificuldades na tarefa de repensar e implementar políticas de formação docente e as suas adequações. Falam também do início dos anos 1990 no Brasil e o neoliberalismo que apontaram mudanças políticas e a reforma do Estado, a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e o papel fundamental dos professores diante da sua formação inicial e continuada.

O artigo também fala das diretrizes para a formação dos profissionais da educação e a sua valorização, a proposição da melhoria dessa formação e o estabelecimento de garantias constitucionais no atendimento das demandas sociais e para a formação dos profissionais da área educacional brasileira. Algo que implicou em outras políticas, ações e programas do governo para que fossem regulamentadas, ações que não se efetivaram totalmente.

Segundo Medeiros e De Assis Lopes (2014, p. 42):

Dentre as leis criadas para regulamentar o PNE 2001/2010, vale a pena citar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007, que coloca à disposição dos estados e municípios, instrumentos para avaliação e implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação. Em 2007, por meio do Decreto nº 6.094/2007, instituiu-se o Plano de Metas Compromisso. Todos pela Educação (Plano de Metas), um programa do PDE, que objetiva melhorias dos indicadores educacionais por meio de regime de colaboração entre os entes federados, com 28 diretrizes consolidadas em um plano de metas, que visa a manutenção e desenvolvimento da educação básica. Na tentativa de efetivar este regime de colaboração, o governo federal também em 2007, lançou o Plano de ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2007), este que nasceu do Plano de Metas e foi lançado concomitantemente ao PDE, sendo um instrumento para o planejamento de políticas educacionais, comandadas pelo Ministério da Educação, aos entes federados que aderiram ao Plano de Metas.

Neste período é que o Pibid foi implementado, foi um atendimento as recomendações do Plano Nacional de Educação de 2001/2010, um investimento que foi aventado para a

elevação da qualidade do ensino da educação. Neste sentido, o programa criado em dezembro de 2007 e que concede bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciaturas das instituições das Instituições de Ensino Superior em diversas áreas têm como compromisso a fomentação da formação de professores de educação básica, ele busca inserir o aluno desde o princípio de sua formação na realidade escolar.

Nas considerações finais do artigo, as autoras apontaram que a formação de professores é um dispositivo importante para a educação, em especial para que professores tenham uma formação de nível superior efetuadas em instituições preparadas para tais competências, entretanto, a realidade das salas, dos espaços escolares, do ambiente educativo denunciam a formação precária, sem habilitação suficiente para a construção de um profissional do campo educacional.

Para que essas falhas sejam sanadas, é preciso que ocorram as discussões no campo através da troca de experiências e diálogos no momento de estudo dos professores, ação que o programa Pibid sempre se propôs a realizar, para isso, as estratégias de trabalho e concepções entre os atores desse programa, sejam eles de todas as áreas atuantes, precisam estar fortificados.

O segundo texto que também foi publicado no periódico *Cadernos de Pesquisa* se chama *A CAPES e a regulação da formação de professores da educação básica*, um trabalho que esmiúça a formação de professores no campo da política educacional no Brasil e as condições para o enfrentamento das dificuldades que atingem a Educação Básica, apresentando a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como principal órgão de articulação e que assume seu papel ao ser chamada pelo MEC para dirigir a estruturação de um sistema nacional de professores, custeando-a na elaboração de políticas e atividades de suporte para a formação de professores na fase inicial e na continuidade de sua profissão.

Do Nascimento e Melo (2015) descrevem um parecer sobre a trajetória da formação de professores resumindo em um percurso histórico durante a ebulição das reformas a nível de Estado e de educação e que estavam atreladas às demandas sociais na reestruturação produzida pelo neoliberalismo no Brasil no final dos anos de 1980.

Reformas que até hoje seguem articuladas através de acordos firmados pelos governos em função de órgãos internacionais como UNESCO, Banco Mundial e OCDE, implementações no campo da formação de professores que são encontradas na LDB de 1996 e que discutiram até o fim dos anos de 1990 a implementação das diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Mais adiante as autoras destacam que entre os documentos a serem ressaltados no campo da formação de professores estavam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de Licenciaturas e de graduação conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 18/2/2002 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 5, de 13/12/2005, que conduziam as mudanças efetuadas na estrutura curricular dos cursos de licenciatura e de Pedagogia.

Isso foi observado por meio de estudos desempenhados por Gatti e Nunes no ano de 2009 referente a quatro licenciaturas, e também por Libâneo, em 2010, investigação relacionada à didática e às metodologias de ensino no Curso de Pedagogia, onde eram analisados os processos curriculares de cursos de formação de professores que referenciados nas diretrizes, não se concretizaram no dia a dia dos distintos cursos de licenciatura.

Em suas considerações finais, as autoras registram que a formação de professores como uma política suscitada pela CAPES, com o intuito de dar mais qualidade a Educação básica realmente é uma inovação no campo educacional. Mas é importante considerar o cenário nacional e internacional que se apresentava no fim do século XX, pois, a política em cursos e

que tem como cunho a valorização da formação para os professores de Educação Básica, mesmo tendo problemas, buscou responder as necessidades da formação inicial e continuada de profissionais que buscavam qualificação para desempenharem a sua prática pedagógica.

O penúltimo artigo é do periódico *Revista Educação e Cultura Contemporânea* apresentou a *Legislação Educacional para a Formação de Professores para a Educação Básica*, e analisou a legislação educacional para a formação de professores para a Educação Básica na esfera da sociedade globalizada. O autor usou a análise documental e bibliográfica para ter acesso a compreensão da legislação educacional que é vista na base das políticas públicas de formação de professores para a Educação Básica.

Uma revisão que foi criteriosa na literatura da área, enquanto a pesquisa documental auxiliou no rastreamento de informações em documentos oficiais que demarcavam a legislação educacional para a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica no Brasil nas últimas duas décadas. Além destes preceitos, o autor visou a utilização da conceituação de esfera pública de Jurgen Habermas, o que permitiu ao autor saber contextualizar o seu estudo, compreender as bases sociais, políticas, econômicas e culturais que cada povo foi construído e as influências em sua história.

O autor também perpassou pelo contexto da esfera pública e os processos que a envolvem no mundo da vida das práticas de formação inicial e continuada de professores e de como as ações das políticas passou pelas distintas instituições formadoras de professores. A organização de seu artigo adentrou também a análise da formação de professores à luz da legislação pertinente a LDB de 1996, buscando verificar a exigência mínima de formação prevista obrigatoriamente pela lei, concepções teóricas sobre as propostas educacionais, algo que fez com que ela se tornasse reféns das disputas políticas velada e desveladamente.

Dessa maneira, segundo o autor do artigo, foi possível perceber que na própria esfera pública do sistema há um vazio ou condições entre Leis, Resoluções e Decretos, contradições na normatização ou no oferecimento de amparo à Educação Básica.

Em suas considerações finais Orth (2015) cita que a legislação educacional para a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica ao longo dos anos, buscou aprofundar-se na esfera pública, nas ações e estratégias de políticas que foram pensadas para o atendimento da demanda social apresentadas pelo Banco Mundial e países centrais. Elas acabaram por se caracterizar pela priorização da auto-organização da sociedade, algo que leva a administração de toda a sociedade por ela mesma.

Cita também que uma análise mais atenta das políticas de formação permite entender que ao longo dos anos existiu um esforço claro por parte do Estado para a articulação das ações políticas com a intenção de oferecer uma formação bem alicerçada. Entretanto, isso não garantiu a articulação entre a esfera governamental e a sociedade realmente como ela se apresenta. O que para ele, reforçou a imprescindível discussão das questões culturais, políticas, pedagógicas e didáticas pertencentes à formação inicial e continuada de professores de cada curso de formação.

O último texto selecionado é do periódico *Revista Brasileira de Educação* e tem como ponto de partida a observação da configuração dos cursos de licenciatura no Brasil e a maneira com que eles são conduzidos à aprendizagem da profissão docente. Intitulado *O Pibid no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência*, o artigo mergulha na questão inicial sobre o modelo que o programa pode apresentar para a qualificação e valorização da formação de professores, apresentando desde o início quando ele foi criado e o seu intuito.

Em seguida, é discorrido em texto as definições que a agência de fomento regulamentou para as ações formativas dos alunos de licenciatura, os seus principais objetivos, a diferença entre o programa e o estágio obrigatório dos alunos dos cursos das universidades e faculdades, além dos impactos que ele gerou na sua aplicação.

O texto escrito em 2016 também levanta a importância das diretrizes do Pibid e relatórios apresentados pelos Institutos Superiores de Educação que utilizam o programa na viabilização da integração entre a pós-graduação, a formação de professores e a escola básica, o que segundo os autores, permitiu o avanço nas condições objetivas e no vislumbre de um cenário mais promissor no campo da educação da formação docente.

Adiante as autoras apresentaram também alguns estudos e um breve balanço sobre o Pibid e as suas contribuições, propostas de estreitamento da relação das universidades e das escolas, a convocação dos professores a reverem seus métodos de ensino e de como receber os bolsistas de iniciação à docência nas suas práticas em relação ao ensino e aprendizagem. Falam também da importância do investimento financeiro como peça chave para a motivação dos bolsistas contemplados, questões sobre a resistência docente com a educação e o acesso ao estudo para uma demanda social que ainda sofre para ser atendida.

O artigo ainda cita sobre trabalhos que relatam o programa e a sua criação, que políticas complementares como essa são necessárias com urgência no âmbito do trabalho docente, pois, tão importante quanto a atração, a preparação e o desenvolvimento de futuros professores, é a permanência deles na profissão docente, e para tal, é preciso investimento financeiro para essa valorização do magistério e ações que sejam para o professor iniciante e um acompanhamento para ele com a finalidade de auxiliar no ato de lecionar.

As considerações finais do artigo apontaram para o interesse de se refletir sobre o modo com que se insere à docência nos cursos de licenciatura, algo que busque a relevância na



condução da formação de professores para a educação básica. Além disso, algumas considerações foram vislumbradas como a necessidade de articulação do programa com aportes teóricos da formação de professores de educação básica, o modelo de formação que preze pela aprendizagem e potencialidade da aproximação dos campos da educação referentes a universidade, escola e profissionais de ambas as áreas.

Além disso, a inovação das ações que devem deter forte influência na ressignificação da formação efetiva de professores, finalizando com a atenção voltada para mais estudos que investiguem os benefícios, potencialidades e fragilidades de políticas como essa.

Ao finalizar este item, examinou-se quais foram os principais temas tratados pelos artigos sobre as políticas de formação de professores nos periódicos acadêmicos A1 e A2, neles pudemos averiguar qual assunto permeava o campo educacional do quadriênio de 2013 a 2016. Visualizou-se nessa etapa a preocupação com a formação direta e a implicação das principais resoluções e diretrizes delegadas a formação de professores, o campo desse assunto está ligado a inquietação dos pesquisadores com a situação que se encontra os professores de educação básica.

Afim de poder ter mais clareza sobre as discussões, os descritores de busca trouxeram um total de 11 artigos que abordavam as políticas de formação docente em algumas instancias e o grau de importância sobre como se deu as ações para a melhoria com as PFPEB

Entendendo quais eram os assuntos abordados pelos artigos, a criação dos eixos temáticos permitiu que fosse possível começar a entender o campo das concepções das PFPEB e de como as políticas se articulam em meio a tantos embate e problemas que ocorrem dentro dessa esfera de disputas.

Sendo assim, o próximo capítulo terá como direção a relação das concepções e tendências do campo das políticas de formação de professores de educação básica encontrado

pelos autores dos artigos no período do quadriênio de 2013 a 2016 através dos eixos temáticos já denominados. O que segue é uma análise mais focada sobre a concepção das articulações, das políticas, desafios e os resultados de algumas delas no campo educacional no Brasil.

## CAPÍTULO III

### 3 CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O presente capítulo apresenta os eixos temáticos elaborados a partir dos resumos completos efetuado durante a investigação com os artigos selecionados nos periódicos, assim, as concepções das políticas de formação de professores de educação básica apresentaram-se detendo importantes informações sobre as políticas de formação. Foram 11 artigos científicos selecionados a partir da classificação de periódicos acadêmicos entre A1 e A2 disponibilizados na plataforma Sucupira que é coordenado pela CAPES.

A partir da seleção e análise do *Corpus* dos artigos, da exploração dos resumos, da discussão, do objetivo, metodologia e resultados alcançados pelos autores, os eixos se distribuíram em três temas, o primeiro discorre sobre a ação dos programas de iniciação à docência dentro dos cursos de licenciatura, pesquisas que exploraram essencialmente o Pibid em assuntos que falam da dúvida sobre um programa que se confunde com o estágio supervisionado, com as legislações pertinentes e que conceberam a idealização da execução do Programa Institucional, além de analisa-lo como um novo processo para a iniciação na vida docente.

O segundo eixo analisa as disputas no campo das políticas de formação de professores, artigos que encontraram conflitos dentro de deliberações, órgãos de coordenação e legislações criadas a partir da LDBEN, movimentações que mexeram com as estruturas da educação após os anos 1990. A regulamentação da CAPES como órgão supervisor e mantedor de medidas para a profissionalização dos professores, uma exigência que mudou o cenário do campo educacional brasileiro.

O terceiro questiona o professor de educação básica e a política inserida na docência, um caso que expressa preocupação pelos desafios, principalmente a de formação de profissionais capacitados, a identidade do professor e o seu trabalho junto a documentos que sinalizam as dificuldades na formação docente em distintos locais que têm suas deliberações e leis a serem criadas e cumpridas.

Dentre estes temas, cada artigo apresentou características evidentes para a nomeação dos eixos, todos falam sobre PFPEB, contudo, são alguns que se aprofundam diretamente na análise e debate sobre as políticas que afetam diretamente a profissão de professor no Brasil.

Foi visto que muitos dos pesquisadores dos artigos não aprofundaram o quesito das políticas, mas sim, da reverberação de seus resultados, tanto sobre a diminuição da procura pelo professorado quanto ações atrativas para a profissão.

### **3.1 A ação dos programas de iniciação à docência para os cursos de licenciaturas**

Três artigos direcionaram pautas que discorrem sobre programas criados pelas políticas de formação de professores de educação básica, são eles: *Políticas de formação de professores em conflito com o currículo: estágio supervisionado e Pibid*, o segundo é *O Pibid no bojo das políticas educacionais de formação de professores*, enquanto o terceiro é *O Pibid no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência*.

O primeiro artigo foi publicado no periódico *Educação* da Universidade Federal de Santa Maria, o segundo no *Cadernos de Pesquisa* da Universidade Federal do Maranhão, classificadas em A1, enquanto o último pertence ao periódico *Imagens da Educação*, classificada em A2. Observou-se que o assunto permeia as duas esferas do campo das classificações dos periódicos.

Apresentou-se no primeiro artigo o conflito existente entre o programa Pibid, que insere estudantes de licenciaturas nas salas de aulas e escolas afim de proporcionar os primeiros

contatos com as atividades escolares da vida de um professor, e o estágio supervisionado curricular obrigatório que tem aspecto formativo. As suas diferenças surgem quando confrontados sobre as suas ações formativas, a remuneração de um e a obrigatoriedade de outro que não parece ser atrativo e muito mais construtor das atividades a serem exercidas pelo aluno.

O segundo artigo que se enquadra neste eixo mostra-se preocupado com as leis que regulamentam a formação de professores no Brasil e como o Pibid é compreendido pelas políticas públicas. As autoras efetuaram uma revisão bibliográfica e a análise das legislações da LDB, PNE, PDE, os Planos de Ações Articulada e o Pibid, trazendo a atenção para o ano de 2007 e o Plano Nacional de Educação que colocou à disposição dos estados e municípios instrumentos para avaliação e implementação de políticas para a melhoria da qualidade da educação.

O terceiro indagou sobre as disposições dos cursos de licenciatura no Brasil referindo-se sobre a maneira que são conduzidos os licenciandos à aprendizagem na formação dos professores. O texto apresentou as definições que a agência de fomentação utilizou para a qualificação dos alunos iniciantes de licenciatura, os objetivos, diferenças entre o estágio obrigatório e o programa além dos impactos que ele gerou na sua aplicação. O texto escrito em 2016 também levanta a importância das diretrizes do Pibid e relatórios apresentados pelos Institutos Superiores de Educação que utilizam o programa na viabilização da integração entre a pós-graduação, a formação de professores e a escola básica, o que segundo os autores, permitiu o avanço nas condições objetivas e no vislumbre de um cenário mais promissor no campo da educação da formação docente.

As autoras trazem os trabalhos e relatos sobre o programa e a sua criação, a necessidade de políticas complementares que dão importância ao trabalho docente, perpassando pela importância da permanência na profissão docente em tempos atuais.

Analisa o interesse em refletir sobre os modos com que se inserem as docências nos cursos de licenciaturas, a condução das problemáticas já presentes na vida dos postulados professores, a necessidade de uma articulação do programa com aportes teóricos da formação de professores de educação básica, prezando a aprendizagem e potencialidade do campo educacional referente a universidade, escola e profissionais de ambos os espaços.

Os artigos abrem suas discussões sobre como as políticas se iniciaram, tendo um percurso teórico bem claro para o desenvolvimento de suas pesquisas e publicação. Os três textos se solidificam na discussão sobre a importância do programa Pibid e a evolução das políticas, seus resultados aparentemente bons sobre a atração de novos discentes para a vida de professor de educação básica. Há também falas sobre o olhar voltado pelas Leis de Diretrizes e Bases e o desdobramento de suas metas a serem alcançadas sobre a profissionalização do professor.

Para Jardimino (2014) o fator que dinamizou mais políticas para a formação de professores foi a atuação da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para tal, o Pibid é o marco regulatório de uma das políticas para áreas estratégicas no Brasil. Um programa que tem como objetivo o incentivo a formação docente em nível superior para a educação básica, elevar a qualidade da formação inicial de professores, inserindo alunos de graduação no cotidiano de escolas da rede pública de educação, incentivar essas mesmas escolas, mobilizando os professores como co-formadores dos futuros docentes e contribuir para a articulação entre a teoria e a prática docente.

Oliveira e Leiro (2019) destacam em seu artigo o surgimento do programa pela atuação da Capes, uma aprovação ocorrida em seu estatuto pelo Decreto nº6.316, de 20 de novembro de 2007. O primeiro programa foi o PIBID, regulamentado pela Portaria do MEC nº38 e que mais tarde foi ampliada no ano de 2010.

Uma outra questão que os artigos apresentaram é a designação do programa de formação de professores de educação inicial e continuada de tentar readquirir o que foi perdido por anos de descaso no investimento da educação no Brasil, sabendo que a criação de políticas e seus programas são importantes, porém, são medidas que auxiliam por um espaço curto de tempo.

Existem também apontamentos sobre a importância de programas de formação de professores de nível superior, mas que são realizadas em instituições que não estão totalmente preparadas para tais realidades do ambiente escolar e para os diferentes problemas que envolvem os alunos e a precariedade desses espaços.

Encontra-se dentro dos artigos a fala sobre a esfera governamental e as várias políticas que foram criadas e estão ainda em implementação com o intuito de se estabelecer um sistema educacional que possa oferecer uma formação fundamentada e precisa para o atendimento de demandas educacionais que ainda perduram dentro das metas estabelecidas nas políticas de formação de professores. Porém, outros programas que foram elaborados, como o Pibid, nasceram a partir de modelos internacionais e que atendiam outras demandas de outras realidades, mas que serviram como direção para a sustentação e reelaboração de programas e políticas para a formação de professores de educação básica.

Os artigos afirmam que o programa surgiu como um atendimento as recomendações do Plano Nacional de Educação de 2001/2010 e que foi um investimento suscitado para a elevação da qualidade do ensino de educação. Seu intuito desde a sua criação em 2007 era o incentivo da formação docente para a educação básica inserindo o aluno desde o princípio, em contato com a realidade escolar. Dizem também que o programa é uma importante peça para a educação, principalmente pelas modificações decorridas da LDBN nos cursos e outros programas de formação de professores, a finalidade era a da adequação exigida pelo contexto socioeconômico e político vigentes.

Para essas conclusões, além das observações sobre as legislações, resoluções, decretos e implementação de alternativas com programas de educação, os autores dos artigos relacionam os principais investigadores do campo educacional usados para a sustentação de seus estudos, concebem que Gatti, Barreto e André já apresentavam estudos bem claros sobre as novas políticas de formação de professores no Brasil.

Neste eixo percebeu-se as intenções da criação dos programas de formação de professores de educação básica, as ações que foram desenvolvidas para que a educação tivesse crescimento desde a criação da LBD. A intenção era a de atender a aqueles que iniciavam as suas vidas profissionais na educação e também poder atender as metas estabelecidas pelos documentos das políticas de educação no Brasil.

Todavia, o que perdura como interrogação é se a ideia dessa ação política, a criação do programa é na verdade uma possibilidade de formação, seja ela inicial ou continuada, ou se ele é só mais um programa para se postergar as políticas efetivas para a educação?

Medeiros e Pires (2014) embarcam no que a Capes diz sobre isso, de que os princípios pedagógicos que dirigem o Pibid são esteados pelos estudos de Antônio Nóvoa, uma formação e desenvolvimento profissional de professores que se aporta no trabalho, no convívio escolar, na concretude dos fatos reais, ou seja, alinhando o conhecimento prático ao teórico entre os docentes e os professores da educação básica.

Souza e Testi (2016) tomam seu ponto de partida nas configurações dos cursos de licenciaturas no Brasil, discutindo o contexto do Pibid nas políticas de formação inicial e com uma nova perspectiva. Uma tentativa de encontrar uma nova alternativa para repensar o programa e seu potencial de formação. Os autores mencionam as conjecturas da década de 1990 e o início do século XXI, onde as críticas sobre políticas de formação de professores já tinham resultados aparentes.



A análise se instaura junto a duas mudanças legislativas que ocorreram, foram duas resoluções, a CNE/ CP nº1 e a nº 2, elas instituíram as DCN para a formação de professores da educação básica, além da duração e a carga horária dos cursos de licenciatura. Elas basicamente regulamentaram a construção de um projeto pedagógico baseado em competências, uma liberdade para as IES ter liberdade para essa construção, enquanto a outra dita sobre espaços para atividades, mas impondo uma duração mínima de 1800 horas para disciplinas específicas de conteúdo curricular e 1000 horas para o conjunto das atividades práticas como os estágios supervisionados e as acadêmicos-científicos-culturais.

Nos artigos é possível encontrar um balanço sobre o Pibid, estudos que abordam a sua importância e impacto. A maioria deles manifestam o impacto dos trabalhos feitos em realidades locais e relatam experiências a partir de apontamentos significativos, o enfrentamento de profissionais há muito tempo inseridos no ambiente escolar ao receber os estagiários em suas práticas diárias, dentro dos processos de ensino e aprendizagem.

Neste caminho, a atenção está na análise das proposições das políticas que estão sendo implementadas pelo governo federal, principalmente políticas de formação docente que valorize o professor de educação básica e que caminhe em direção às necessidades suscitadas nos artigos deste eixo.

Sabe-se que o programa foi concebido com bons olhos e que as IES precisam ainda entender como isso funciona e a sua contribuição, saber o que é de fato uma PFPEB e o que ela fará para o avanço do campo educacional brasileiro. Mesmo assim, as políticas de formação de professores no Brasil parecem não estar de acordo ou atendem de maneira direta o profissional de educação, fragilidades aparentes dentro das licenciaturas não permitem que de fato a política cubra a demanda necessária e não se sabe se elas estão separadas corretamente nas legislações e deliberações realizadas nos primeiros anos da segunda década do século XXI.

Os artigos apontam que as políticas de formação de professores é um importante instrumento para a educação, em verdade, políticas como essa são os objetos que estão em disputa dentro da esfera educacional a nível federativo, essa é uma disputa que as concepções das PFPEB têm como força impulsora, ela é quem dita as regras e direções sobre a formação de professores.

Entende-se que o governo é quem deve aprimorar a formação docente e as condições para o exercício da profissão, mas também se sabe do descaso ao longo do tempo quando se discute a educação e a submissão que o professor sofre desde sua formação e no decorrer de sua vida de trabalho e na formação continuada.

Nesse momento, os artigos chegam a um ponto de compreensão: suas considerações finais delegam que uma ação só segue sendo benéfica e muito importante no espectro das PFPEB, mas adiantam que para uma formação realmente forte e que gere resultados mais claros, resoluções, decretos e deliberações será preciso ações mais efetivas, além da solidificação de políticas que sejam permanentes para a formação de professores.

A criação de políticas complementares é uma necessidade urgente no campo do trabalho de professores, dar a garantia de uma estabilidade e valorização ao professor de educação básica faz com que o desamparo, a descrença e a instabilidade sejam de vez afastadas, isso faz com que a vida do profissional não seja afetada, dando força desde o início do exercício da profissão docente.

### **3.2 Embates no campo das políticas de formação de professores**

Aqui, quatro artigos direcionam as discussões para os conflitos existentes no campo das PFPEB, sendo que o primeiro é do periódico Revista Brasileira de Educação – RBE –, seu título é *Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos*; é do ano de 2015 e retoma assuntos relacionados a dois grandes estudos

efetuados sobre a condição docente no Brasil e que teve como apoio financeiro a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – no ano de 2009 e 2011.

O segundo artigo vem periódico *Educar em Revista* e seu nome é *Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão*. Um texto escrito em 2013 e que tem como cerne os problemas, impasse, dilemas e pontos de tensão atualmente voltados a formação de professores para a Educação Básica em universidades públicas nacionais. Um embate que tem origem nas relações entre áreas específicas de conhecimento e dos componentes gerais das áreas das ciências da educação e de um momento em que a articulação delas era pouco efetuada.

O terceiro artigo é *A Capes e a regulação da formação de professores da educação básica* e é do periódico *Cadernos de Pesquisa* da Universidade Federal do Maranhão. O é a formação de professores que no campo educacional brasileiros se apresenta como uma condição de enfrentamento dos vários problemas que afetam a educação básica, isso ocorreu quando a CAPES assume como principal órgão na estruturação e coordenação de um sistema nacional de formação de professores.

O quarto texto, *Legislação Educacional para a Formação de Professores para a Educação Básica*, do periódico *Revista Educação e Cultura Contemporânea* analisa a legislação educacional para a formação de professores para a Educação Básica no ambiente da sociedade globalizada e do conceito de esfera pública, uma análise documental e bibliográfica que deu acesso a compreensão da legislação educacional que é vista neste espaço como base das políticas de formação de professores da educação básica.

Os embates encontram-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, cada um dos artigos cita o ano da sua criação como ponto inicial para as discussões apresentadas em seus artigos. O que embala a reflexão deles são as Diretrizes. Leis e

Deliberações realizadas para que os professores de todos os níveis educacionais tivessem sua formação a nível superior, e da mesma maneira considerou a formação à distância, uma discussão que ainda tem muitos pontos sendo debatidos, principalmente a sua qualidade.

Outra questão é a recorrência dos pontos de tensão na formação de professores e que formaram três pautas; as questões pertinentes a formação e o exercício da profissão de professor de educação básica e que iniciou nos cursos de licenciaturas ou de pedagogia nas universidades públicas; a segunda são as ações relativas aos cursos de formação de professores que apresentam problemas nos currículos, tensão nos espaços onde os cursos iniciaram, dificuldades nas instituições de ensino superior; a terceira fala da falta de atratividade para a carreira docente em seus níveis.

Mindal e Guérios (2013) sustentam sobre a qualidade da formação, que segue sendo um canto obscuro da formação docente, pois, a pouca atratividade para a carreira docente é um fator a ser considerado, muito porque algumas questões da qualidade e das condições da formação, junto a valorização do trabalho dos professores dependem de políticas e planos de governo em um longo prazo. Um embate do campo educacional que segue sendo influenciado por outras forças que por diversas vezes, vão contra a uma educação totalmente autônoma e de qualidade, são forças que nascem dos interesses em ter uma educação menos reflexiva e mais lucrativa.

Outro conflito são as questões sobre as reformas a nível de Estado e na Educação, os artigos citam que elas estavam juntas às demandas sociais na reestruturação provocada pelo neoliberalismo ao final dos anos 1980 em grande parte da América Latina, reformas que ainda reverberam e são articuladas por órgãos internacionais e acordos com governos. Além disso, ainda existem discussões sobre a implementação das diretrizes nacionais curriculares para os cursos de Pedagogia e as Licenciaturas.

Há uma outra preocupação que os artigos apresentam, a legislação para a formação de professores para a educação básica no contexto em que vivemos atualmente, um mundo globalizado, junto à questão pública, pois, ao analisar as ações de legislações referentes a educação, foi percebido contradições entre a esfera governamental com a dos processos de formação de professores.

Os textos se referem a políticas do início do século XXI que contribuíram para o fortalecimento e edificação das licenciaturas; entretanto, na segunda metade do século, as contribuições na legislação educacional e as políticas educativas no Brasil entram em contradição no momento da aceitação da educação à distância como política pública de formação inicial e continuada de professores.

Isso criou a elevação das matrículas em instituições tanto particulares quanto públicas, porém, a distribuição percentual destas matrículas não significou qualidade dos cursos privados, muito pelos projetos pedagógicos improvisados, o despreparo no funcionamento de uma instituição de ensino, um elevado número de campi no Brasil. O debate no campo é de como essas políticas docentes mais complexas necessitam ser abordadas em distintas frentes, a da baixa atratividade da profissão também segue esse caminho.

Os artigos expõem os conflitos e questionam o gerenciamento da educação por parte de agências de coordenação, mesmo sabendo que a intenção era de dar mais qualidade para formação de professores de educação básica, uma inovação do campo educacional, contudo, é preciso considerar o cenário nacional e internacional, os movimentos sociais, os modelos econômicos adotados, a direção que as populações têm tomado dentro da esfera governamental como ocorreu no final do século XX. Isso foi preciso por causa das políticas em curso que vêm tentando retomar a valorização da formação de professores e dos profissionais que trabalham com a educação básica, segundo os artigos.

Orth (2015) discorre sobre a preocupação com a legislação e com a opção de financiar determinados modelos de educação como uma política pública preferencial, uma política que sofreu a influência de bases sociais, econômicas e culturais de diferentes grupos e conexões com o mundo globalizado. Mas o que conduz essa reflexão é a publicidade que orienta a política da esfera pública que toma uma decisão como essa.

O autor cita que a decisão de ações como essa está ligada a uma mediação entre a sociedade, o que ela deseja, e o Estado, que também tem seus anseios e direitos. Ou seja, em um mundo globalizado, os indivíduos que o constituem, organizam as suas vontades no ato da fala dos sujeitos, visando a construção de consensos através de argumentações, sendo que ao mesmo tempo sofre influências da economia, da política e da sociedade organizada.

Nascimento e Melo (2015) expressam preocupação com isso e debatem sobre a Capes assumir o empreendimento de coordenar a estruturação do sistema educacional. Segundo eles (2015, p. 91):

A primeira década do atual século vivencia, no interior desses embates, vários encaminhamentos para a construção de um sistema nacional de formação dos profissionais da educação, como defendem os movimentos dos educadores, o que se configura como um diferenciador se comparado às políticas empreendidas na última década do século XX. Entendemos que ações governamentais nessa área, por se aproximarem das reivindicações e propostas desses movimentos, podem significar algum avanço na definição de uma política de profissionalização e valorização dos profissionais da educação na medida em que for construída em novos referenciais para a formação inicial e continuada dos professores. Entretanto, as dificuldades para superar o caráter fragmentário e dicotômico da formação dos professores expresso na organização curricular, indicam um longo caminho a percorrer nos processos formativos dos vários programas e cursos existentes no âmbito da política educacional. As repercussões dessas dificuldades na Educação Básica são inevitáveis, apesar dos elevados patamares de cobertura no Ensino Fundamental que se verifica hoje. Por isso, é importante destacar que os problemas que afetam a Educação Básica em sua totalidade, constituem, ainda, um dos sérios gargalos a comprometer o desenvolvimento da nação, segundo análise da comissão encarregada de acompanhar o VI Plano Nacional de Pós-Graduação. Para essa Comissão “trata-se de uma situação paradoxal de termos uma Educação Básica deficitária em contraste com um sistema de ensino de Pós-Graduação de alto nível.”

Ao ser chamada pelo MEC, o órgão coordena a estruturação de um sistema nacional de formação de professores, isso mediante ao subsídio do ministério na formulação de políticas e

no desenvolvimento de pleitos para a formação inicial e continuada de profissionais de Educação Básica, o intuito passa a ser a valorização do professor de todas as modalidades do ensino. Para isso, a estrutura da Capes foi alterada pela Lei nº 11.502/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.316/2007, depois foi revogada pelo Decreto nº 7.692/2012 e passa a ter novas atribuições junto as políticas de pós-graduação, importante determinação desde a criação do órgão, em 1951.

Mais tarde, segundo Barreto (2015) os dilemas sobre a estruturação de um sistema de formação de professores são questionados, isso acontece com a reforma das grades das licenciaturas e a qualidade desses cursos, sendo que as fragilidades aparentes sobre a sua qualidade, de modo geral, não puderam ser atribuídas às condições da expansão. O que se manteve inalterado foi a excessiva formação nos cursos de licenciaturas de professores, desde a educação infantil ao ensino fundamental, de especialistas em educação, diretores e supervisores, deixando a desejar a formação geral com o foco na docência.

A precarização da formação docente do ensino básico também é pauta, sendo que a expansão da escolaridade básica da população tem sido acompanhada pelas mudanças dos perfis sociais e econômicos dos professores. Isso porque antes, os professores recrutados eram de setores médios da sociedade, hoje a maioria dos profissionais advém de famílias em que ele é o primeiro a ter ensino superior, o que implica numa desigualdade ainda muito latente nas chances de qualquer indivíduo ter acesso as Universidades, Faculdade e IES.

Segundo os artigos, várias resoluções acabaram se tornando injustos embates diante do crescente avanço dentro da esfera pública, as posições dentro dos últimos anos acabaram sendo reivindicadas por diversos setores conservadores e neoconservadores, muito por entenderem que para se atuar como professor tanto nos anos iniciais como no fundamental, não havia necessidade de os professores terem formação superior.

Isso levou os professores a valorizarem cada vez mais o exercício de suas funções sociais não aceitando uma imagem deturpada sobre a profissão docente, o que implicou em princípios que direcionaram as ações que as políticas e resoluções apontavam, a competência como concepção central da formação, a coerência entre a formação ofertada e a prática que se espera de um profissional de educação, além da investigação com foco no processo de ensino e de aprendizagem.

Mesmo tendo aprofundado essas observações, foi possível perceber que dentro da esfera pública existe uma lacuna bem clara nas condições entre as leis, resoluções e decisões, são contradições na normatização e na oferta do apoio à formação de professores no contexto inserido.

Orth (2015) analisa as PFPEB pelas legislações pertinentes a partir da LDB nº9.394/96, uma política que determinava, dentro dos anos de 1990, “uma formação prevista a professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (ORTH, 2015, pg. 185), o que permitiu visualizar a conjuntura da política nacional na década de 1990, um local constituído por legisladores do Congresso e Senado Nacional que sustentavam concepções teóricas e propostas educacionais distintas.

As propostas educacionais distintas fizeram com que o campo de disputas dos legisladores que defendiam as sugestões educacionais para professores, pesquisadores, instituições de ensino e entidades de classe entrassem em conflito com o campo da esfera pública e de políticos que defendiam os interesses de grupos econômicos, de gestores públicos e organismo internacionais. Isso gerou conflitos na câmara dos Deputados e no Senado no transcorrer do processo de elaboração da LDB, o que fez com que fosse explícita as diferenças de ideias dentro do próprio texto da Lei.



A interpretação do contexto naquela época, nomeou a LDB como o mais novo filho do neoliberalismo brasileiro, algo bem eleito para a situação toda, pois, os homens no poder agiram para garantir a concretização dos objetivos por determinada corrente política. Mesmo assim, isso não deu garantias para ambas as esferas, isso reforçou as discussões das questões que permeiam a cultura, política, pedagogia e didáticas que são da formação inicial e continuada de professores das licenciaturas.

Segundo os artigos, a disputa se acirra em abril de 1999, quando a Câmara de Educação Básica do CNE, através da Resolução nº 2/99 instaura as DCN's para a formação docente da Educação Infantil e a dos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde os profissionais necessitariam de nível médio. Mais tarde, um Decreto Presidencial nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999, decidiu que a formação em nível superior de professores para a atuação agora era necessária e urgente. Nasce um conflito com que cria um conflito com a Resolução do CNE/CEB nº 2/99 e com as propostas de projeto da DCN.

Desses conflitos, Leis, Portarias, Resoluções e Pareceres reestruturaram os diversos níveis de e modalidades do ensino, o que fez com que certas ações racionais fossem efetivadas. Assim, compreende-se que na esfera pública do sistema, existem contradições que normalizam os problemas e contradições nas PFPEB em todos os níveis,

Os autores dos artigos convergem numa direção que apresenta os pontos de conflitos dentro do campo educacional brasileiro de políticas de formação de professores, isso é visto desde a alfabetização até a universidade. Para Orth (2015, pg. 191):

Essa contradição fica clara, na medida em que se olha a data de homologação das DCN de cada nível e modalidade de ensino e as alterações realizadas na LDB nº 9.394/96 por meio da Lei nº 11.274/2006 e da Lei nº 12.796/2013. Ou seja, essa incongruência entre a lei maior (LDB) e as DCN, por si só, já evidencia a necessidade de novas DCN para todos os níveis e modalidades de ensino, além de exigir readequações nos currículos de formação inicial e continuada de professores em todos os níveis e modalidades. O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2001, no final da gestão do Ministro Paulo Renato Souza, estabeleceu como uma das suas cinco prioridades educacionais para o decênio de 2001 a 2011 a formação de professores. De fato, dentre as prioridades desse PNE, a quarta valorizava os

profissionais da educação, quer garantindo sua “formação inicial e continuada”, quer oferecendo condições adequadas de trabalho, tempo para estudo e preparação das aulas e um salário digno, assegurado por meio de um piso salarial nacional e plano de carreira. Para dar conta dessa ousada proposta, o PNE previa que, até o final da década da Educação (1997 a 2007), 70% dos educadores para a Educação Infantil e todos “os dirigentes de instituições de Educação Infantil” teriam concluído um curso em nível superior na área. Já para o Ensino Fundamental, o mesmo PNE previa que todos os profissionais do magistério deveriam ter uma formação específica em sua área de atuação, o que exigiu, sem dúvida, um efetivo compromisso de todas as instituições de educação superior e de todos os sistemas de ensino.

Cabe salientar que a introdução de políticas com a finalidade de elevar o nível de qualidade da formação de professores de qualquer modalidade do ensino foi uma inovação, entretanto, com o passar dos anos, o campo educacional sofreu com as diretrizes e metas a serem alcançadas para a evolução da educação no Brasil.

Mildal e Guérios (2013) citam que em sua investigação, os temas que tiveram mais aparição na discussão das políticas de formação de professores remetem ainda a relatos de experiência, disciplinas, alunos e formação de professores. Mesmo com uma busca mais profunda, menos de um quinto, de 2.550 documentos, tratam da formação inicial de professores nas universidades públicas e poucos debatem a concretização de políticas públicas, da indefinição da profissão, de sua complexidade e da relação entre a teoria e a prática.

A descontinuidade da educação é claramente vista durante as discussões, o descaso com os profissionais do campo educacional nacional não é uma novidade a muito tempo, pois, muito objetivos e metas, mesmo tendo leis garantidoras, não tiveram resultados desejados no decorrer das vigências dos PNE's.

Resultados obtidos por análise e avaliações efetuados por censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicaram que algumas metas foram alcançadas ao longo da vigência do PNE, demonstrando resultados positivos, entretanto, usando políticas educacionais que vinham do financiamento do Banco Mundial e as suas exigências. Mas a implementação dessas políticas públicas revelou a necessidade de se superar uma cadeia

de deficiências no processo de implementação delas; isso gera a capacidade de qualificação dos processos formativos dos professores do século XXI.

Entende-se que as legislações educacionais para formação de professores, seja inicial ou continuada, demandou uma agenda ao longo de duas décadas e teve como direção de ações instrumentais e estratégicas pautadas e geridas pelo Banco Mundial e pelos países centrais. Essas ações foram vistas como esforços por parte da esfera pública do sistema, atitudes que articularam a oferta de uma formação de professores de educação básica, mas que não garantiram a articulação precisa entre a esfera pública e a sociedade.

Tais embates endossaram ao longo de duas décadas, segundo os artigos, princípios que direcionaram a formação de professores para lutas que enfrentaram resistência no estabelecimento de diretrizes que muitas vezes, não iam de encontro com a real necessidade e demanda social da educação brasileira, o que fica é a indagação: até que ponto as propostas governamentais realmente estão no mesmo caminho para uma evolução efetiva para uma resolução dos problemas reais e que perduram até os dias atuais?

### **3.3 O professor de educação básica, a inserção das políticas na docência e seus dilemas**

Os artigos selecionados aqui passam pela formação de professores a as ações das políticas de formação docente na inserção de seus trabalhos na educação. Aqui foram observados artigos dos periódicos *Educar em Revista*, *Educação e Pesquisa* e *Acta Scientiarum. Education*. Os artigos são: *Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores*, *O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho*, *O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação* e *Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam*.

Os textos apontaram temas relativos a formação de professores em sua fase inicial, principalmente no contexto sócio educacional brasileiro, um assunto que tem sido discutido recentemente, algo que implicou em políticas específicas para o profissional da educação.

Dessas ações, as discussões referentes as políticas de formação docente em outras localidades, mostraram países da união europeia que mesmo sendo tão perto um dos outros geograficamente, apresentaram dificuldades e diferenças históricas em suas estruturas políticas, econômicas, sociais e educacionais.

André (2013) cita que na América Latina, por exemplo, a radiografia da situação dos professores perpassa o entorno profissional, o que dificulta na retenção de bons professores na docência. Muito pelo pouco estímulo por uma opção de carreira, adicionado as condições de trabalho, remuneração e reconhecimento. Há também a má preparação dos professores que por diversas vezes só se qualifica no decorrer de sua carreira, enquanto a gestão institucional e a avaliação dos docentes ao todo, não têm corroborado como meios essenciais de melhoria dos sistemas de educação.

Souza (2013) indaga sobre quem é o professor de educação básica no Brasil. O autor reflete e cita mudanças e articulações de leis e diretrizes junto a avaliações realizadas na década de 2010, outros censos também corroboraram para a discussão a partir dos resultados. Algumas respostas surgiram mediante as reformas realizadas nos anos 1990 e 2000, um impacto direto no perfil do professor trabalhador, porém, essas ações nasceram em decorrência do crescimento do número de postos de trabalho no campo educacional.

Neste caso, alguns pontos foram apresentados nos artigos sobre aspectos da vida dos trabalhadores docentes, o primeiro observado foi a valorização profissional, outro sobre o nível cultural, passando por sexo, cor e há quantos anos leciona.

Os artigos afirmam a dificuldade no preenchimento de vagas de professores, principalmente em algumas áreas que parecem não ter solução e perspectivas de um futuro atraente dentro da profissão de professor. Mesmo assim, existem esforços na execução de políticas que aprovam redes de aprendizagem para professores de educação básica no início do exercício da profissão, a criação de programas que cuidem da carreira docente no decorrer da vida profissional, além de avaliações da formação dos professores que atuam e atuarão em escolas de diversos lugares.

Mesmo com os dados interpretados nos artigos, o assunto necessita ser bem mais conhecido e estudado, as bases de dados são interessantes, mas não foram realizadas para o escopo deste estudo. Mesmo assim, eles ajudam na compreensão, ao menos um pouco, do campo da formação de professores da educação básica no Brasil.

André (2013) cita em seu artigo as pesquisas sobre a formação de professores e de como cresceu a investigação dessa parte do campo, um componente importante nas disputas de ascensão e solidificação de PFPEB. Esse panorama aumentou consideravelmente no início dos anos 2000, no decorrer da década, em 2007, a porcentagem chegou a mais de 20% das teses e dissertações dentro da produção acadêmica nacional.

Nos artigos encontram-se questões pertinentes ao perfil cultural, muito pela função social que o professor acaba exercendo na educação. Outro fator é a impossibilidade de acessar locais de formação de professores, já que o profissional necessita estar em várias escolas para poder trabalhar, gerando uma incompatibilidade na sua locomoção, algo que é preponderante na diferença entre o professor de ensino fundamental e do ensino médio.

Com o intuito de compreender isso Mira e Romanovski (2016) voltaram sua investigação para a análise preliminar de documentos recentes que instauraram as diretrizes para as políticas educacionais, como a LDBN, o PNE de 2001 a 2011 e o atual plano do decênio de 2014 a 2024.

Os autores dos artigos entenderam que existem fases de formação ou processo de aprendizagem da docência em qualquer um dos níveis de educação, apontando que a maior parte dos estudos apresentam pontos específicos da constituição dos professores, incluindo a fase inicial e as suas tensões, ensinando e aprendendo com as suas primeiras turmas, uma etapa crítica num processo que demanda tempo e, principalmente, uma estabilidade.

Essa fase se destaca por estar sendo trabalhada em outros países, principalmente aqueles que fazem parte da união europeia e da OCDE, campos educacionais que já estabeleceram políticas voltadas para o acompanhamento dos professores iniciantes, contudo, isso só está ocorrendo graças a estudos recentes e avaliações em larga escala que apresentaram resultados preocupantes para os órgãos competentes que esses países fazem parte. Foram relatórios que reforçaram a necessidade do reconhecimento de políticas que auxiliam na atração e para que os professores de educação básica sigam na docência.

A influência das políticas econômicas, nacionais e internacionais, nos sistemas de educação gerou o debate a respeito dessa formação docente e as políticas vigentes para a formação de professores de educação básica.

André (2013) acentua que há muito tempo os níveis de remuneração nos países em desenvolvimento, como o Brasil, são muito baixos e que isso é um fator nevrálgico para o abandono da carreira de professor em todos os setores. Neste sentido, a formação do professor merece mais atenção nas políticas docentes, pois esse é o primeiro ponto de acesso ao avanço profissional e tem papel fundamental na qualidade dos professores que passam por esse procedimento.

Segundo Cunha (203) as vertentes das características efetivas e interativas do ensino lembra que as ações se centraram nas condições cognitivas do ato de ensinar, sendo que, no Brasil, a repercussão de estudos que tratavam das práticas de ensino surgiu somente nos anos de 1970 e

foram realizadas nas Pós-Graduações. Essa discussão vanguardista é vista como uma ação política quando os eventos nacionais iniciaram as investigações no campo da ação das PFPEB.

Os principais eventos, segundo Cunha (2013, pg. 615) foram:

“ [...] o da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Conferência Brasileira de Educação – CBE e Encontro Nacional de Didática e Prática, de Ensino – ENDIPE, tornavam-se espaços privilegiados para grandes discussões políticas e acadêmicas. Tais eventos materializavam o esforço de entidades nacionais que floresciam, como Associação Nacional de Educação – ANDE; Associação Nacional de Docentes da Educação Superior – ANDES; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação ANPED; e Centro de Estudos sobre Educação e Sociedade. – CEDES. Naquele momento, a pesquisa educacional voltava-se para os referenciais filosóficos e sociológicos, uma vez que estava preocupada com os grandes problemas do país, na fase de reconstrução democrática. A temática da formação de professores estava na pauta dos governos estaduais, recém-eleitos no contexto da abertura política, que procuravam, na academia, intelectuais engajados para seus quadros. Havia uma emergência para novas práticas que dessem encaminhamentos às demandas reais dos sistemas educacionais públicos, as quais ficavam a cargo dos estados. ”

As temáticas de formação de professores surgiram através de investigações realizadas em periódicos da época e se referiam aos traços do professor, sobre a competência docente e também processos interativos, enquanto outras questões se alocavam nos programas de formação e treinamento docente, uma base referenciada em pesquisadores norte-americanos.

Outros pontos nos artigos discorrem sobre as características na introdução do profissional de educação básica nas políticas e diretrizes e bases da educação nacional, características que marcaram a delimitação do campo dos documentos legais, algo que ocorreu após a promulgação de Constituição Brasileira em 1988, um documento que refletia a discussão que ocorria no país ao final da ditadura militar. O que foi observado era o final do texto da LDBN que apresentava o embate de forças entre os diferentes espaços da sociedade, uma lei que foi elaborada para a fixação das diretrizes e bases educacionais afim de provocar a organização de um sistema de educação que envolvesse o país.

Entendeu-se que a elaboração da lei e que fixava as diretrizes e bases educacionais é uma afirmação da educação como um direito público e que o próprio Poder Público deveria se responsabilizar pela falta de sua oferta, ação que implicou na responsabilidade do Estado em garantir o cumprimento da lei e deveres dos cidadãos.

Alguns dos autores dos artigos lembraram que os processos de formação de professores, seja ele continuado ou não, e o apoio aos professores iniciantes deveriam construir o desenvolvimento pessoal, profissional e institucional dos docentes, algo que fortificasse o trabalho colaborativo para se mudar a forma como se pratica a educação.

Alguma coisa que está ligado à parcialidade dos professores, levando em conta os sentimentos, emoções, autoestima, questões que proporcionam o reconhecimento das mesmas coisas em outro colega de trabalho, uma maneira que se pudesse praticar a empatia sobre todo o contexto de sua formação e vida laboral.

Mira e Romanovski (2016) citam que as diretrizes comuns dos documentos legais se dividem em formação de professores para trabalhar na educação básica em nível superior, mas admite a formação em nível médio para a educação infantil e nos anos iniciais do fundamental, ainda cita uma proposta de formação continuada ligadas aos planos de carreira docente. Além da formação específica para a administração, planejamento e supervisão de especialistas para o efetivo da graduação em pedagogia ou pós-graduação.

Entre planos nacionais da educação e os professores iniciantes e a preocupação com o início da carreira, as autoras falam que mesmo com a afirmação de que os programas direcionados a entrada profissional do docente na carreira precisam ir mais além da perspectiva do apoio técnico para a realização do trabalho, mesmo analisando os documentos referentes ao primeiro e o texto final da LDBEN e os seu desenrolar nas práticas, é possível verificar que só a partir



da então o PNE, discutida e aprovada em 2014, seria possível observar as propostas das ações e desdobramentos dos processos de introdução de professores nas redes de ensino.

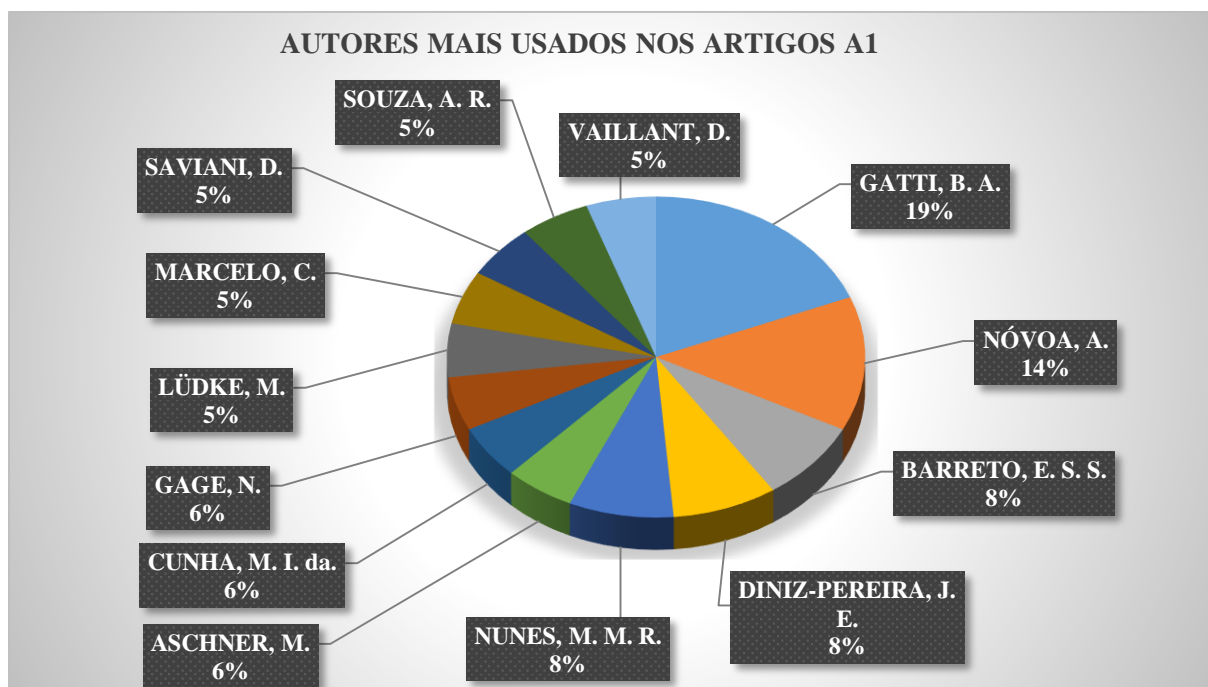
As políticas e os seus resultados dentro dos anos de 1996 até o ano de 2014, de lá para cá, tiveram mudanças e mesmo assim, o tema da inserção e a iniciação do professor na profissão segue sendo discutida em quase 20 anos. Planos foram criados, mas os mesmos problemas persistiram no dilema em ser um professor de educação básica sem a presença de uma política que tenha sido criada e que protegesse o professor em qualquer nível do ensino.

Ao finalizar a análise dos artigos e as discussões referentes às PFPEB, outros apontamentos foram vistos dentro das pesquisas e por parte dos seus autores. O uso de alguns estudiosos para desenvolver as investigações trouxe curiosidade e também, mais uma visualização das concepções das políticas de formação de professores de educação básica no Brasil. Para tanto, um novo tópico foi criado para observar-se as fontes bibliográficas de cada um dos artigos selecionados. A seguir veremos quais são os principais autores das discussões sobre às PFPEB.

### **3.4 Apontamentos sobre as fontes bibliográficas**

Dentro dos artigos analisados, outro ponto que alicerça as concepções que envolvem às PFPEB é a observação das referências que foram utilizadas para os estudos, investigações e discussão sobre as políticas no campo educacional brasileiro dentro dos artigos científicos.

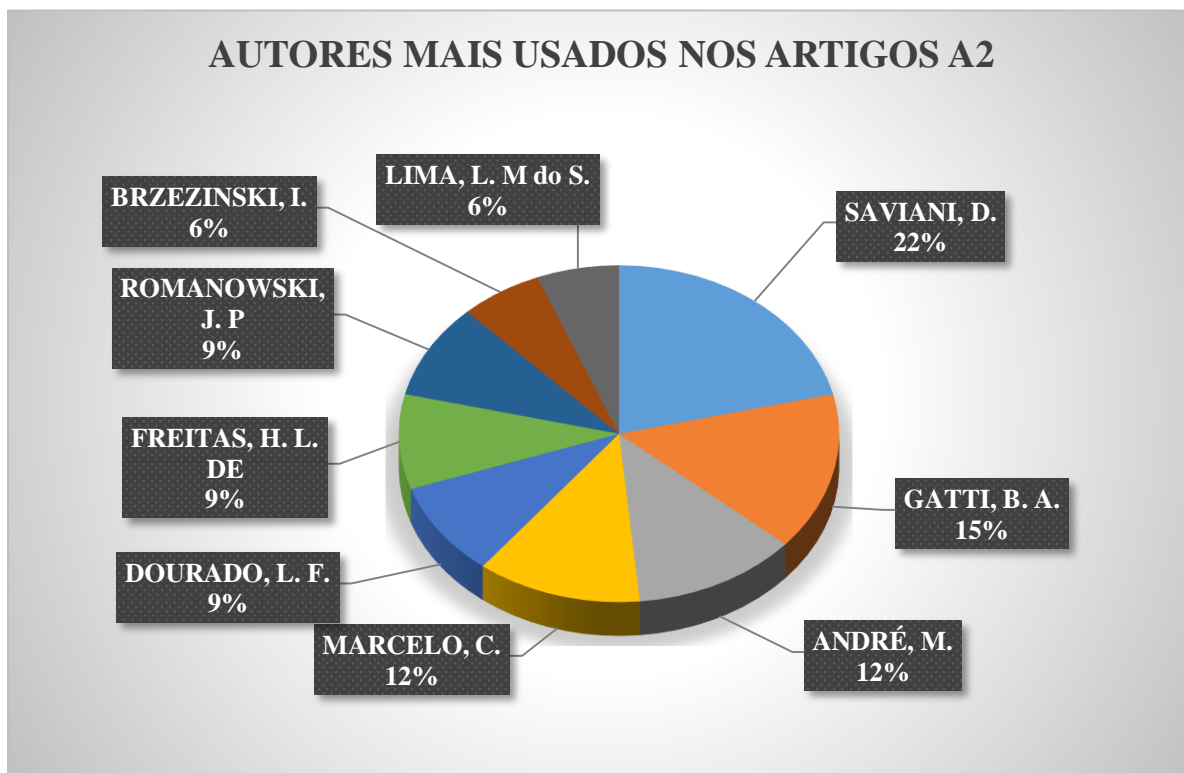
Dois gráficos foram elaborados e apresentam os dados coletados para uma visualização mais prática das referências de cada um dos artigos selecionados após uma filtragem efetuada por meio dos descritores eleitos, vejamos:



FONTE: Quadro criado pelo próprio autor. 2019.

Os autores mais citados nos artigos classificados em A1 foram Marcelo, C. (5%), Vaillant, D. (5%), Lüdke, M.(5%), Saviani, D. (5%), Souza, A. R. (5%), Aschner, M. (6%), Cunha, M. I. Da. (6%), Gage, N. (6%), Nunes, M. M. R. (8%), Barreto, E. S. S. (8%), Diniz-Pereira, J. E. (8%); Nóvoa, A. (14%) e Gatti, B. A. (19%)

Enquanto isso, os autores mais citados nos artigos dos periódicos acadêmicos classificados em A2 foram Lima, Maria do Socorro Lucena (6%), Brzezinski, I. (6%), Romanowski, J. P. (9%), Dourado, Luiz Fernandes (9%), Freitas, H. L. de (9%), André, Marli. (12%), Marcelo, C.(12%), Gatti, B. A. (15%) e Saviani, D. (22%)



FONTE: Quadro criado pelo próprio autor. 2019

As primeiras observações realizadas nas buscas dos artigos nos periódicos acadêmicos no decorrer desta investigação trouxeram nomes de autores que investigam os estudos referentes às PFPEB. Os mais citados dentro das buscas foram o de Bernadete Gatti, Dermeval Saviani, Marli André, Antônio Nóvoa e Carlos Marcelo.

Dentre dos periódicos acadêmicos classificados em A1, Bernadete Gatti aparece com 19% de citações referentes aos seus estudos, enquanto nos periódicos A2, Dermeval Saviani detêm 22% de citações. A primeira autora também apareceu dentro dos periódicos acadêmicos classificados em Qualis A2, ela detém 15% das referências dos artigos, sendo que, o segundo autor aparece com 5%. Outro autor que detém uma porcentagem expressiva é Antônio Nóvoa, ele aparece com 14% nos periódicos classificados em A1.

Com a edificação das referências usadas pelos autores dos artigos científicos, pôde-se observar que as investigações de PFPEB têm dois autores nacionais bem claros dentro do campo

educacional e que as suas pesquisas permeiam outros investigadores que estão preocupados com a formação docente. Bernardete Gatti surge com discussões referentes as políticas docentes no Brasil, formação de professores para o ensino fundamental I e II, baseados nos currículos das licenciaturas, os embates entre os professores e a academia, citando também os impasses e desafios, há preocupações que são citadas e que falam da formação docente e o início da carreira, a sua entrada e estada na profissão e disputas sobre uma política nacional que trate da formação de professores.

Já as investigações em que Demerval Saviani é citado, as discussões se aglomeram numa organização da educação nacional dentro de um sistema e um conselho nacional de educação, perpassando pela nova lei da educação e a sua trajetória, limites e perspectivas, existem também bases que falam do PNE, tratando também sobre a pedagogia no Brasil e a sua história, sobre os sistemas de ensino e planos de educação no âmbito de municípios, além da preocupação com a pós-graduação em educação no Brasil, um pensamento sobre como se dão as orientações e as direções que as Pós-graduações tem seguido em relação as suas pesquisas.

Há um ponto importante que foi notado, o decréscimo de citação entre os periódicos acadêmicos de Dermeval Saviani, o autor é citado com pouca frequência nos periódicos A1, enquanto em A2 ele tem uma presença bem forte e parece ser a base mais comum ente os autores dos artigos.

De autores estrangeiros, Antônio Nóvoa é o autor mais citado dentro das bases dos periódicos classificados em Qualis A1, na A2, Carlos Marcelo têm seu espaço. Ambos pertencem a universidades situadas na Europa, o primeiro é de Portugal e outro é da Espanha. Os estudos de Nóvoa se concentram na formação de professores e a profissão docente, a sua imagem e importância, enquanto Marcelo se preocupa com o desenvolvimento profissional docente, a formação para uma mudança educativa, a inserção do professor e a prática pedagógica e a experiência, além da pedagogia universitária e e-learning.

A frente destes assuntos, as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, os Planos Nacionais de Educação e o Conselho Nacional de Educação são citados nos corpos dos textos e entram como principais itens na discussão das PFPEB, assim, foi possível entender como estão distribuídos cada um dos eixos temáticos apresentados anteriormente.

Diante da recorrência dos usos dos autores pelos pesquisadores dos artigos, visualizou-se as tendências do campo educacional das políticas de formação de professores de educação básica, a preocupação pela iniciação na profissão de professor, os embates ainda permeados sobre as ações de programas criados pelas políticas educacionais e os dilemas existentes sobre a identidade e valorização do professorado. São tendências que são tratadas por distintas visões teóricas e metodológicas, são traços evolutivos dentro da globalização que permitiram configurações diante das ações econômicas trazidas por essas visões neoliberais, algo que coloca em cheque a autoridade do professor e a sua ação formativa no decorrer da carreira docente.

As políticas também se mostram como item muito discutido, mas sem o efeito esperado na criação delas, tanto que diversos programas tiveram de ser criados e acionados para o atendimento da demanda social sobre a educação. Observou-se que após determinadas reformas, as soluções foram a criação dos programas e investimentos que serviram como saída para os problemas referente as metas das políticas não alcançadas. Existe também, em meio a isso, uma preocupação sobre a valorização da profissão docente em um país que teve seus investimentos maciços somente nos primeiros anos do século XXI.

Foi possível perceber, ao fim da investigação das referências, que os discursos sobre a formação de professores de educação básica no Brasil se encontram distribuídos pela região Sudeste e Sul do país, mas que também há importantes estudos estruturados em periódicos da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Enquanto isso, a PFPEB é mais constante nos

periódicos A1, sendo que nos classificados em A2, os temas das ações e deliberações das políticas são mais aparentes.

Afrente a esta observação, as políticas de formação de professores têm influência de espanhóis e portugueses na maior parte dos artigos, a comprovação está na maior porcentagem de aparições nos textos de grande parte dos investigadores, sem se esquecer sobre o currículo que têm citação de autores franceses. A influência europeia ainda surge como fonte norteadora das concepções e principalmente como base para a criação de políticas de formação de professores no Brasil.

A importância da verificação das referências usadas pelos autores dos artigos foi a de dar clareza as estruturas das quais se consolidam as pesquisas em políticas de formação de professores de educação básica no Brasil. A composição das discussões dessas bases revelou quais são as forças que se conflitam dentro do campo dessas políticas, refletindo na análise das leis, deliberações, decretos e ações para a formação de professores de educação básica, o que gerou a composição da identidade das publicações referentes ao tema da investigação científica desta dissertação.

A seguir, nas considerações finais, teremos uma disposição das concepções das políticas de formação de professores de educação básica no Brasil dentro do que foi analisado e discutido nos artigos científicos selecionados e a suas bases referenciais nas investigações dos autores dos artigos científicos.

### 3.5 Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender as concepções sobre as políticas de formação de professores da educação básica no Brasil por meio das publicações de artigos científicos em periódicos acadêmicos nacionais que foram selecionados no último quadriênio da Capes no período de 2013 a 2016.

O percurso teórico que sustentou e fez com que a concepção das PFPEB fosse clara, utilizou o conceito de campo de Bourdieu (1983). Essa concepção é descrita como um espaço de lutas e um jogo constante entre as forças que o formam, um poder que demarca seus interesses, ideias, ideais, suas posições teóricas e metodológicas, e, o mais importante, seu poderio.

A metodologia utilizada na investigação foi a análise documental com uma abordagem qualitativa junto a metapesquisa, foram artigos científicos publicados em periódicos classificados em A1 e A2. Aqui, a metapesquisa auxiliou na análise de cada um dos artigos selecionados, com ela foi possível apresentar os eixos temáticos e as análises das investigações.

Entendeu-se que as concepções das PFPEB do campo educacional brasileiro de 2013 a 2016 foram realizadas em um ambiente natural e com uma fonte direta de dados que o pesquisador usou como instrumento de trabalho no campo educacional, o que contribuiu para se entender a importância dos periódicos acadêmicos no campo educacional e a percepção dos embates existentes no campo.

Sabe-se que, nesse momento, o Brasil passa por novas designações políticas referentes a PFPEB, como nova a resolução n. 2/2019 elaborado pelo CNE para a formação de professores, a reestruturação da BNCC. Entende-se que as políticas apresentadas nos artigos já tiveram seus efeitos vistos no campo educacional de formação de professores no Brasil

Ressalta-se que o número de periódicos acadêmicos classificados em A1 e que são de Educação teve um número menor em relação aos periódicos classificados em A2 de Educação, mas o fator mais importante foi o número de apenas 18 periódicos acadêmicos de educação que falaram sobre as PFPEB.

Os artigos apresentaram a compreensão da importância das políticas, que são elas que apresentam as designações que serviram para a formação de professores que tinham capital cultural suficiente para sanar os primeiros entraves existentes na vida do professor em qualquer instância da educação. Porém, boa parte dos autores dos artigos pareceram não ter essa compreensão mais complexa das políticas, isso citando apenas a LDBN (Brasil, 1996) que é a principal criação do Poder Executivo em relação a educação nos anos 1990. Foi perceptível que poucos autores se debruçaram para entender a maioria delas e a evolução das portarias, decretos e afins.

A ordenação legal da formação de professores no Brasil, segundo os artigos, nasceu no meio da década de 1990, mais precisamente com a Lei De Diretrizes e Bases, Lei nº9394/96 (Brasil, 1996). Mas uma política efetiva de formação de professores de educação básica, aquele que atua nos anos fundamentais somente surgiu anos mais tarde, no século XXI, precisamente em 2001 com a Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Brasil, 2001), aprovada pelo PNE, foram diretrizes e metas para os próximos 10 anos, vista no § 1º, do Art. 87 da LDB.

Surgiu também a implementação de políticas públicas no campo educacional nacional, as suas condições delegavam o avanço científico e tecnológico do país. O desafio era a de sobrepor uma histórica divisão entre a teoria e a prática. Os artigos apontaram que para a execução do PNE de 2001, tinha-se o prazo de um ano para a constituição dessas diretrizes e parâmetros curriculares dos cursos superiores de formação de professores e todos os profissionais da Educação, mas só em 2002 o CNE publicou as diretrizes para os cursos de Licenciaturas pelas Resoluções CNE/CP nºs 01 e 02, em 2002.



Entretanto, os artigos tiveram poucas citações dos descritos acima, boa parte dos autores decidiu por operar outras questões no momento de suas pesquisas, mesmo descrevendo em seus resumos que basear-se-iam nas políticas de formação de professores.

Alguns autores tiveram dificuldade em falar sobre Pibid, alguns estudos o mostraram como uma política, enquanto em outros artigos acessados ele foi descrito como programa criado pela Capes e de como ele foi implementado nos espaços escolares, apontando que alguns professores o viam como um estágio remunerado e outros como sistema avaliativo a ser realizado pelo aluno que era contemplado com o programa de iniciação à docência.

Somente em 2007 a Capes começou a atuar na coordenação de novas PFPEB, em 2010 começam os programas direcionados à formação de professores da educação básica. O primeiro programa é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), um programa que contribuiu para a valorização da profissão de professor, rara política de atenção a formação inicial do professor formado nas licenciaturas e que mobilizou as escolas.

Os artigos reconheceram no embrião da formação de professores, junto as instituições de formação de professores, uma maneira de centralizar à formação de profissionais que atuam na educação básica, isso por meio de projetos acadêmicos dos IES que se propusessem a essa finalidade. Entretanto, ao contrário, admitiam lugares específicos para esse modelo de formação, em oposição a formação consistente em universidade, manejando o ensino junto a pesquisa e a extensão.

A investigação possibilitou a observação da defesa das PFPEB, órgãos como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), organizações que sempre foram importantes frentes de disputas no campo, discutindo a valorização dos docentes e dos profissionais que trabalham na educação básica.

Assim, o acesso a discussões existentes nesses artigos, de maneira mais profunda, ofereceu capital cultural suficiente para esse tráfego mais ativo no campo, algo que é capaz de provocar um embate de forças mais equilibrados, porém, isso só aconteceu com a criação dessas políticas de formação, elas é que deram algum suporte nas disputas educacionais no campo e asseguraram estabilidade ao profissional da educação, mesmo ele não sendo consultado diretamente.

Percebeu-se diante dos levantamentos nos periódicos, no acesso as referências, no posicionamento teórico e das metodologias, algumas tendências, a primeira refere-se aos embates no campo das políticas de formação de professores, uma questão que segue fortemente em luta no campo, já que essa questão envolve diretamente o que se quer atingir, mas não ouve diretamente quem está sendo conduzido nas políticas de formação de professores.

Outra tendência refere-se a PFPEB e o seu problema na formação do profissional em educação, persistindo a compreensão de que a demanda não será atendida se ao menos os professores, sejam eles, no início e no decorrer da carreira, não tiverem uma solidificação no seu aprendizado. A discussão está ligada ao currículo das licenciaturas e o seu endurecimento quanto a disposição de situações cotidianas da vida de um professor, mesmo entendendo que as reformas educativas que foram aprovadas tentaram de alguma maneira, sanar tais questões

O equilíbrio entre as discussões e as tendências globalizadas sobre a formação de professores no mundo não é algo perceptível ou tão claro nos textos. Observou-se que uma parte dos autores perpassou pelo tema, porém, sem um aprofundamento sobre aos discursos pelo mundo. As legislações instauraram no campo educacional um embate entre quem designa e quem foi designado a universalização da formação de professores de educação básica, um confronto com as duras dificuldades de um local que não apresenta condição para atender essa inovação apresentada.

O que chamou a atenção dentro dos artigos foi a idealização da formação universitária dos profissionais da educação básica no Brasil, uma tentativa que expôs alguns dos problemas, como a questão da infraestrutura dos institutos superiores de educação e dos espaços que oferecem essa “formação”, mas que na verdade, não tem alicerce suficiente para a manutenção dos cursos oferecidos. Muitos deles não têm nem um espaço físico adequado para que o aluno possa estudar e desenvolver as questões sobre educar, educar-se e ensinar, há uma fala bem aberta também sobre a formação à distância (EaD) que também oferece um currículo reduzido e com lacunas consideráveis na formação do professor.

Os autores resgataram a lei que foi aprovada para a formação de professores da educação básica, a Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006 (Brasil, 2006), falando da concessão de bolsas de estudo e pesquisa para a educação básica para quem participasse de programas de formação inicial e continuada. Assim nasceu a Universidade Aberta do Brasil (UAB), isso pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Nesse momento nasceu a educação a distância (EaD), seu objetivo era expandir a oferta de cursos e programas formadores de professor. Essa foi uma política emergencial que deveria apenas ser passageira, mas passou por configurações que a tornaram ação principal na modalidade educação a distância.

Dentro das designações instituídas por leis, deliberações e decretos, há um papel que passa despercebido por grande parte dos autores dos artigos, que é o órgão regulador do Executivo, poucos discutem essa disputa no campo das PFPEB. É o Congresso Nacional quem analisa as leis e as discute a partir das implicações e demandas sociais. Essa é uma parte que não foi vista nos artigos, poucos autores pautam a influência do poder Executivo sobre as ações a serem tomadas no campo educacional brasileiro, isso porque somente na primeira década do século XXI a implicação de novas políticas educacionais no Brasil foi implementada, isso inclui a ampliação de recursos para a formação de professores, a destinação de novos órgãos responsáveis pelas políticas de formação, a alteração da LDB quando se fala da formação de

professores da educação básica, metas e estratégia definidas pelo novo PNE e demais regulamentações que referem às PFPEB.

Destaca-se que a atuação da Capes foi de primordial importância para as configurações e a fomentação de PFPEB, mas que dentro do triênio de 2013 a 2016 e dos artigos selecionados nos periódicos, não acrescentou novas ou importantes políticas que assegurassem a valorização da profissão de professor de educação básica.

Entendeu-se que o Brasil tem em seu Poder Executivo a maioria das regulamentações das políticas de formação de professores, iniciativas exclusivas com instrumentos legais para regulamentação de leis, resoluções e portarias, ou seja, decisões tomadas sem uma consulta, vê-se que políticas emergenciais que deveriam ser apenas temporárias, acabaram por se tornar estratégia principal de intervenção do poder público.

O que é bem claro em todos os artigos, é a urgência da necessidade de novas e efetivas ações que visem consolidar um sistema de formação e valorização dos profissionais da educação, entendendo que as políticas de formação de professores da educação básica são iminentes das políticas de valorização dos profissionais da área, além da continuação da luta e de movimentos organizados de professores e de suas entidades representativas para a consolidação e apropriação de espaços de disputas do campo educacional de políticas de formação de professores.

Foi com base nessa estruturação dos periódicos acadêmicos que se pode investigar sobre a política de formação de professores da educação básica no Brasil e que elas são efetuadas em sua grande parte nas regiões Sul e Sudeste do país, o que apresentou corpos editoriais com a mesma tendência, porém, com filiações de outras regiões do país.

Ressaltou-se que dentro dos artigos levantados e selecionados, autores da região Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país tiveram suas sinalizações bem aparentes, porém, com poucas

publicações. Entretanto, os periódicos dessas regiões surgiram nas qualificações em A1 e A2 Qualis da Capes. Por conseguinte, pode-se observar o embate ocorrido dentro do campo educacional no Brasil, e claramente, o progresso dessas regiões que agora mostram-se em evolução na concepção e discussão sobre as PFPEB.

Sendo assim, essa dissertação contribuiu para a compreensão dos embates e forças existentes na política de formação de professores da educação básica a nível nacional, trazendo em seus resultados, as concepções das políticas de formação de professores no Brasil, algo que ainda necessita ser mais estudado e aprofundado em relação as leis, decretos, deliberações e direitos a serem assegurados para os profissionais da educação nacional.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. Políticas de valorização do trabalho docente no Brasil: algumas questões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 86, p. 213-30, jan./mar. 2015
- ANDRÉ, M. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em Revista**, n. 50, p. 35-49, 2013.
- ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, v. 33, n. 3, p. 174-181, 2010.
- BARRETO, E. S. de S, Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, 2015
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em, v. 31, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94.
- BURTON, Guy. Teorizando o Estado e a Globalização na política e políticas educacionais. **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa. v. 9, n. 2, p. 315-332, jul. /dez. 2014.
- CAPES, Fundação. Qualis. Periódicos e classificação de produção intelectual. Acesso em: 10 abr. 2020. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/qualis-periodicos-e-classificacao-de-producao-intelectual>
- CHAILE, Marta Ofelia. Retos y tensiones de la formación docente en el actual proceso de transformaciones. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 2, p. 215-231, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e pesquisa**, v. 39, n. 3, p. 609-626, 2013.

DE ALMEIDA FERREIRA, Norma Sandra. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257, 2002.

DE AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Autores Associados, 1997.

DE OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez Editora, 2017.

DE SOUZA, Nathália Cristina Amorim Tamaio; TESTI, Bruno Moreti. O PIBID no contexto das políticas de formação inicial: um novo olhar para o processo de iniciação à docência. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 1, p. 50-58, 2016.

DO NASCIMENTO, I. V.; MELO, M. A. A CAPES e a regulação da formação de professores da educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 22, n. 3, p. 87-99, 2015.

GARCÍA, C. G. Estudio sobre estrategias de inserción profesional en Europa. **Revista Iberoamericana de Educación**, 19, 101-143. 1999.

GATTI, B. A. *et al.* **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. 2019.

GATTI, B. A. Formação de Professores: perspectivas. *in* DE LOURDES SPAZZIANI, Maria. **Profissão de professor: Cenários, tensões e perspectivas**. SciELO-Editora UNESP, 2016.

GATTI, B. A.; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. 2011.

GOROSTIAGA, J. M.; TELLO, César G. Globalización y reforma educativa en América Latina: un análisis inter-textual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 363-388, 2011.

JARDILINO, J. R. L. Políticas de formação de professores em conflito como o currículo: estágio supervisionado e PIBID. **Educação UFSM**, v. 39, n. 21, 2014

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora E.P.U., 2ª ed., 2013

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 43, n. 72, p. 303-319, nov/dez. 2018.

MARQUES MIRA, Marília; PAULIN ROMANOWSKI, Joana. Processos de inserção profissional docente nas políticas de formação: o que documentos legais revelam. **Acta Scientiarum: Education**, v. 38, n. 3, 2016.

MEDEIROS, J. L.; DE ASSIS PIRES, L. L. O Pibid no bojo das políticas educacionais de formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 37-51, 2014.

MINDAL, Clara Brener; GUÉRIOS, Ettiène Cordeiro. Formação de professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas, impasses, dilemas e pontos de tensão. **Educar em Revista**, n. 50, p. 21-33, 2013.

NÓVOA, A. A 'nova' centralidade dos professores: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. 1999.

OLIVEIRA, H. L. G.; LEIRO, A. C. R. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, e20170086, 2019, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072019000100508&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100508&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17/12/2019.

ORTH, Miguel Alfredo. Legislação educacional para a formação de professores para a Educação Básica. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 30, p. 176-207, 2015.



SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência, publicado em 2013. **RBPAAE** - v.29, n.2, p.207-221, maio/ago.2013. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/43520/27390>. Consulta em 19/07/2019.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. **Educar em Revista**, n. 48, p. 53-74, 2013.

TELLO, César et al. Los objetos de estudio de la política educativa: Hacia una caracterización del campo teórico. **Buenos Aires: Autores de Argentina**, v. 3, n. 04, p. 2016, 2015

TEODORO, António Neves Duarte. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. 2003.

VIEIRA, Maria Lourdes. Ensino superior e formação docente: a importância da legislação como saber escolar. 2003. 169f. **Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação**, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

XAVIER, L. N. A construção social e histórica da profissão docente uma síntese necessária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 59, p. 827-849, 2014.

WEBER, S. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 85, p. 1125-1154, 2003.